

O INSTITUTO POLYTECHNICO NO CONTEXTO  
SÓCIO-CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS

AMAZILE DE HOLLANDA VIEIRA

Dissertação submetida à Universidade Federal de  
Santa Catarina para obtenção de Grau de Mestre  
em História (Área Social).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

JULHO DE 1979

**O INSTITUTO POLYTECHNICO NO CONTEXTO  
SÓCIO-CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS**

**AMAZILE DE HOLLANDA VIEIRA**

Dissertação submetida à Universidade Federal de  
Santa Catarina para obtenção de Grau de Mestre  
em História (Área Social).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**JULHO DE 1979**

O INSTITUTO POLYTECHNICO NO CONTEXTO  
SÓCIO-CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS

Dissertação apresentada por:

AMAZILE DE HOLLANDA VIEIRA



Dr. PAULO FERNANDO ARAUJO LAGO

Professor Orientador



Dr. WALTER FERNANDO PIAZZA

Professor Coordenador do Curso

UFSC

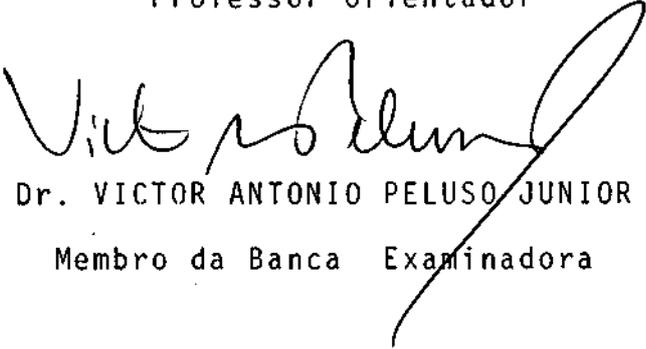
JULHO DE 1979

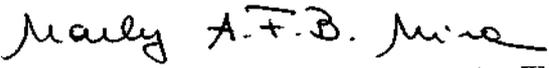
O INSTITUTO POLYTECHNICO NO CONTEXTO  
SÓCIO-CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS

Dissertação apresentada por:  
AMAZILE DE HOLLANDA VIEIRA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma inicial pelo orientador e membros da Banca  
Examinadora, composta pelos professores:

  
Dr. PAULO FERNANDO ARAUJO LAGO  
Professor Orientador

  
Dr. VICTOR ANTONIO PELUSO JUNIOR  
Membro da Banca Examinadora

  
Dra. MARLY A.F.B.MIRA  
Membro da Banca Examinadora

## OFERECIMENTO:

Ao meu marido Ady, com muito amor, pelo grande auxílio que me deu. E a meus filhos Aruza e Paulo com muito carinho.

## AGRADECIMENTOS

## Agradecimento Especial:

Expresso meu sincero agradecimento aos ex-alunos do Instituto Polytechnico nas pessoas de: Victor Antônio Peluso Júnior pela paciência em me escutar e solicitude de informações e a Carlos Büchele Júnior, Waldir Grisard, Manoel Donato da Luz, Arnaldo Suarez Cúneo, Pedro Paulo Sanford e Erich Goettmann pela documentação em prestada, sem a qual, provavelmente, muita coisa não poderia ter sido escrita. Não posso esquecer, também, outros ex-alunos que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a reconstituir a história do Instituto.

## Agradeço ainda:

A Estela Vieira de Oliveira, responsável pelo Setor de Documentação da Biblioteca Universitária da UFSC, por sua eficiente orientação bibliográfica.

A Stella Maris Büchele Ceccato que datilografou esta dissertação.

A direção da Biblioteca Pública, Arquivo Público do Estado, Departamento de Saúde Pública, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Conselho Regional de Farmácia, juntamente, com a Universidade Federal de Santa Catarina que colaboraram para concretização desta pesquisa.

**O INSTITUTO POLYTECHNICO NO CONTEXTO  
SÓCIO-CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS**

## RESUMO

O presente trabalho buscou reconstituir historicamente o primeiro estabelecimento de ensino superior, o Instituto Polytechnico, organizado e implantado em Florianópolis em 1917 e extinto em 1935.

Desdobravam-se os Cursos do Instituto Polytechnico em: Preparatórios e Especialização. O Curso de Preparatórios dava oportunidade aos estudantes de obterem o certificado correspondente ao curso ginásial, indispensável na ocasião, para ingressarem nos cursos superiores.

O Curso de Especialização dividia-se em: Cursos de Farmácia, Odontologia, Agrimensura e Engenheiros Geógrafos e de Comércio, complementado este último pelo Curso de Datilografia. Formando respectivamente farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, agrimensores, engenheiros geógrafos e guarda-livros.

Dentro das possibilidades procurou-se focalizar a importância que o Instituto exerceu no contexto sócio-cultural de Florianópolis. Analisou-se, também, os condicionamentos que levaram a seu fechamento, uma vez que o momento era para alicerçar suas bases, diversificar seus programas e preparar seu corpo docente às exigências da Reforma do Ensino Superior havida com a implantação do Governo Provisório, em 1930.

Tem-se que considerar ser este o primeiro estu-

do sistemático a respeito do assunto e que as fontes de pesquisa foram suficientemente exploradas, mas não esgotadas, dadas as dificuldades de acesso.

Certamente novos estudos poderão surgir, enriquecendo e complementando esta dissertação.

## ABSTRACT

This dissertation studies the first school of higher education, the "Instituto Polytechnico", organized and introduced in Florianópolis in 1917 and extinguished in 1935.

The courses of "Instituto Polytechnico" included Preparatory and Specialization courses. The Preparatory courses provided the opportunity to obtain a certificate corresponding to a "ginásio", secondary, course essential at that time, for access to higher education courses. The Specialization courses included Pharmacy, Dentistry, Surveying, Geographical Engineering and Commerce, which was complemented by a typing course. These courses graduated pharmacists, dental-surgeons, surveyors, geographical engineers and book keepers. We focus on the influence of the "Instituto Polytechnico" in the social cultural context of Florianópolis. We analyse the circumstances that led to its closing, for at that time it was expected that it would consolidate the organization of the school, diversify its programs, and prepare its faculty in response to the reforms of Higher Education which occurred during the establishment of the Provisional Government in 1930. It must be noted that this is the first systematic study on this subject that the sources for

research were explored but not exhausted due to difficulties of access. It is to be expected that subsequent research will enrich and complement this dissertation.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	p. vii-viii
ABSTRACT .....	ix-x
INTRODUÇÃO .....	1-4
1 - ANTECEDENTES DO INSTITUTO POLYTECHNICO ..	6
1.1 - Contexto Sôcio-Cultural .....	7-11
1.2 - Idéias Positivistas no Brasil .....	11-13
1.3 - Breve Abordagem do Ensino Politécnico no Brasil .....	13-15
1.4 - Situação do Ensino Primário e Secundário de Santa Catarina, anterior a 1917	15-21
1.5 - Fundação e Repercussão do Instituto Poly- technico .....	21-28
2 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	33-43
2.1 - Período de Interventoria .....	43-47
2.2 - Receita Orçamentária do Instituto Poly- technico .....	47-54
2.3 - Prédio - A Construção do Edifício Sede	55-59
3 - ESTRUTURA DO ENSINO - CURSOS .....	64-65
3.1 - Curso de Preparatórios .....	65-68
3.2 - Cursos de Especialização .....	69-89

3.2.1 - Curso de Farmácia .....	90-100
3.2.2 - Curso de Odontologia .....	100-115
3.2.3 - Curso de Agrimensura e Engenheiros Geógrafos .....	116-123
3.2.4 - Curso de Comércio .....	124-135
3.3 - Corpo Discente .....	135-138
3.4 - Atividades Complementares .....	138
3.4.1 - Biblioteca .....	138-140
3.4.2 - Museu .....	140-142
3.5 - A Luta dos Ex-Alunos do Instituto Poly- technico pelo Registro dos seus Díplo- mas .....	142-146
CONCLUSÃO .....	161-165
REFERÊNCIAS .....	167-173

## INDICE DOS ORGANOGRAMAS

- 1 - Organograma do Instituto Polytechnico de Florianópolis de 1917 ..... p. 36
- 2 - Organograma do Instituto Polytechnico de Florianópolis de 1932 ..... p. 46

## ÍNDICE DE TABELAS

- 1 - Tabela nº 1 - Subvenções recebidas pelo Instituto Polytechnico ..... p. 52
- 2 - Tabela nº 2 - Recursos recebidos pelo Instituto Polytechnico de órgãos governamentais de 1917 a 1934 ..... p. 53

## INDICE DE DIAGRAMA

1 - Origem dos recursos governamentais por percentual .....	p. 54
--	-------

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIA

- 1 - Fotografia do prédio do Instituto Polytechnico de Florianópolis, situado à Avenida Hercílio Luz, nº 47 ..... p. 58

## ÍNDICE DE QUADROS

- 1 - Quadro de funcionamento do 1º ano dos Cur  
sos de Especialização do Instituto Polytechnico  
de Florianópolis ..... p. 80
- 2 - Quadro dos Cursos em funcionamento do Instituto  
Polytechnico no ano de 1934 ..... p. 88-89
- 3 - Quadro Geral dos Formados no Instituto Pol  
lytechnico no período de 1919 a 1934 .... p. 134

## INTRODUÇÃO

O tema a ser analisado busca recompor dados históricos do Instituto Polytechnico<sup>1</sup> de Florianópolis, primeiro estabelecimento de ensino superior organizado em 1917, precursor de todos os demais que se seguiram.

A abordagem sobre um órgão de ensino tornou-se complexa, porquanto tem-se que, no mínimo, focar sob dois aspectos importantes: o cronológico e as mudanças quantitativas e qualificativas do sistema de ensino.

O cronológico, porque transcorreu em épocas que marcaram profundamente a educação no Brasil. O período subsequente à I Grande Guerra e o logo posterior à implantação do Governo Provisório e sua consequente reformulação no ensino superior. Foram consideradas mudanças quantitativas aquelas que dizem respeito a elementos básicos do sistema educacional, como: número de alunos e de professores. As mudanças qualitativas referem-se às alterações relevantes da política e filosofia educacionais e que comumente são chamadas "reformas de ensino".

No presente trabalho procurar-se-á verificar a influência do Instituto Polytechnico na conjuntura sócio-cultural catarinense, mais em particular na de Florianópolis.

Os questionamentos surgidos em torno são vários.

Quando e quais as causas de sua criação? Como estava organizado este estabelecimento administrativamente e sua estrutura de ensino? O ambiente cultural da época correspondia à realidade do Instituto? Quanto tempo permaneceu em funcionamento e quais as razões do seu fechamento?

Essas perguntas e muitas outras far-se-ão ao longo da explanação, algumas por falta de melhores elementos ficarão sem uma resposta adequada, mas chegaremos perto; a outras, tentaremos dentro de todas as limitações encontradas, dar respostas precisas.

Dividiu-se o trabalho em três capítulos, assim distribuídos:

1 - Antecedentes do Instituto Polytechnico. Pretendeu-se analisar a conjuntura econômica, social e cultural da época que antecedeu à implantação do Instituto Polytechnico no âmbito internacional, nacional e regional. Sua fundação e repercussão iniciais. Dados que merecem uma atenção especial porque retrata a sua importância na comunidade local e como esta criação foi aceita nas diversas camadas sociais.

2 - Organização Administrativa. Pretendeu-se recompor sua estrutura orgânica e administrativa, dando ênfase às diretorias e principais realizações, a luta pela construção do edifício próprio e sua autonomia financeira, através de subvenções e doações, principalmente.

3 - Estrutura do Ensino. Abordagem geral dos cursos: Preparatórios e de Especialização. Buscou-se com es-

ta análise configurar sua organização, exames, cadeiras, corpo docente e alterações curriculares. No aspecto específico, uma síntese dos diversos cursos ao longo da sua existência, a participação dos discentes e algumas informações sobre as atividades complementares. Concluindo com a luta de alguns ex-alunos pelo reconhecimento de seus diplomas.

O grande obstáculo surgido logo no início das pesquisas foi a inexistência aqui em Florianópolis do arquivo pertencente ao Instituto. Teve-se que percorrer um longo e difícil caminho. No que diz respeito ao período que antecedeu a criação do Instituto há importantes obras referentes à conjuntura internacional e nacional, como livros que falam sobre a realidade econômica do Brasil. Outras publicações como Mensagens, presidenciais e governamentais e Relatórios do Conselho Superior de Ensino, encontrados no Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, e Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Obras que espelham a realidade do ensino público em Santa Catarina, permitindo uma antevisão educacional antes da criação do Instituto.

A estes documentos acrescentou-se o valor marcante de leis e decretos, estaduais e federais, referentes à implantação, funcionamento e extinção do Instituto. Mesmo havendo uma discrepância, muitas vezes sentida, entre as leis e a realidade.

Tem-se a acrescentar ainda a exaustiva pesquisa

feita nos jornais da época, tais como: "O Estado", "República", "A Época" e "O Dia", todos estes desta Capital, e outros como "A Nação", do Rio de Janeiro e "O Albor", de Laguna. Os Diários Oficiais do Estado de Santa Catarina e da União, o Diário do Congresso Nacional, além de buscas no Cartório de Registro Civil - Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Capital. Levantamentos no Departamento de Saúde Pública, no Conselho Regional de Farmácia, de Odontologia e de Engenharia e Arquitetura.

Nesta dissertação utilizou-se, ainda, a técnica da História Oral, com ex-alunos e ex-professores do Instituto Polytechnico. Procurou-se os entrevistados, visando recompor e complementar dados a respeito dos seus diversos cursos e fatos marcantes da época em que eles atuaram quer como discentes, quer como docentes.

## NOTAS

### INTRODUÇÃO

- 1 - Procurou-se escrever o nome do Instituto Polytechnico sempre na ortografia antiga, com a intenção de melhor caracterizá-lo. Apesar de se saber pelos jornais que por volta de 1931, com a reforma ortográfica, já se adotava nova grafia relativa ao estabelecimento.

## CAPÍTULO 1

### ANTECEDENTES DO INSTITUTO POLYTECHNICO

## 1.1 - CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL

Nosso primeiro surto industrial surgiu nos últimos anos do Império, a partir de 1880, devido ao espírito empresarial do Visconde de Mauã, durando mais ou menos até 1895. A guerra civil nos Estados Unidos favoreceu o desenvolvimento da produção brasileira de algodão e sua indústria têxtil, e a guerra contra o Paraguai em 1865-1870, protegendo nossa indústria através duma taxaço especial de impostos, foram as primeiras causas deste desabrochar industrial brasileiro. Mais tarde a cultura cafeeira, a construção de estradas de ferro e usinas de energia elétrica, a vinda de emigrantes para se fixarem principalmente no sul do país, vão acelerar esse impulso industrial. E a partir de 1905 até 1919 este ritmo é acelerado com a I Grande Guerra.<sup>1</sup>

O conflito europeu gerou uma crise no comércio exterior, afetando alguns países e beneficiando outros. Nossa atividade industrial foi atingida, reduziram-se as importações de matérias-primas, combustíveis e bens de capital e emergiu em consequência, uma expansão e maior otimização da nossa capacidade produtiva.

As exportações brasileiras foram diversificadas. A partir de 1915, devido à baixa dos preços dos nossos produtos tradicionais: café e borracha. A indústria têxtil, açúcar, carnes frigorificadas juntamente com o manganês, algodão, madeira e produtos agrícolas iriam substituir a

tradicional exportação brasileira.<sup>2</sup>

Classificando a cultura brasileira desse período através da sua classe dirigente, constatar-se-iam duas correntes caminhando "pari passu". Uma mentalidade humanística, retórica e jurídica, ao lado de outra com tendências científicas, idéias positivistas que através das disciplinas matemáticas e biológicas haviam conquistado as simpatias das gerações mais novas dos militares.

Estas duas correntes, diversas e frequentemente em conflito eram representadas por duas figuras exponenciais no cenário brasileiro. Rui Barbosa, a figura principal do primeiro ministério republicano e Benjamim Constant, proclamado, devido aos serviços prestados à Assembléia Constituinte, o fundador da República. Sobre a instrução primária e o ensino secundário e superior fez Benjamim Constant uma análise, respaldado na primeira Constituição Republicana, a de 24 de fevereiro de 1891. Figurava entre as atribuições do Congresso Nacional na Constituição de 1891 legislar sobre o ensino superior da capital da República, competindo à União conforme seu Artigo 34º, nº 30: Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o governo da União.<sup>3</sup>

Possibilitando aos estados criar os seus próprios sistemas educacionais e instituições de ensino superior, secundário e primário. Como se verá adiante, a criação

de instituições de ensino superior nos estados não era privativo da União, e de acordo com o Artigo: "35º Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: 3º Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados".<sup>4</sup>

"Por essas poucas disposições, esparsas na Constituição de 1891, ficaram repartidas da seguinte forma as atribuições do governo da União e dos governos estaduais: 1) à União competia privativamente legislar sobre o ensino superior na capital da República, cabendo-lhe, mas não privativamente, criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados e prover a instrução no Distrito Federal; 2) aos Estados se permitia organizar os seus sistemas escolares completos".<sup>5</sup>

Com estas descentralizações, reduzindo as possibilidades de um sistema educacional globalizante, deixou entregue às políticas e orçamentos locais a educação nos Estados, ficando estes dependentes de situações econômicas as mais diversas. Favorecendo alguns estados economicamente mais fortes e deixando à sua sorte, outros menos favorecidos.

Sob o prisma cultural e pedagógico, a República foi somente uma mudança de regime, não tiveram seus mentores o pensamento de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, uma renovação intelectual das elites culturais e políticas necessárias às novas diretrizes democráticas.

Benjamim Constant, tomando o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro como modelo, tentou acabar com os exames Preparatórios, estabelecendo um currículo estritamente

positivista e um curso seriado de 7 anos.

A reforma que se seguiu elaborada por Epitácio Pessoa, em 1901, modificou esses ideais de Benjamin Constant. O curso seriado foi reduzido para 6 anos e foram mantidos os exames preparatórios parcelados.<sup>6</sup> Instituiu-se, ainda, o regime de equiparação dos colégios particulares, ajustados ao padrão federal e fiscalizados pelo Governo da República. Foi neste momento que se iniciou a explosão do crescimento demográfico e o país começou a sair da monocultura colonial ensaiando seus primeiros passos para a sua efetiva industrialização. Emergiu no Brasil a classe média e algumas camadas do povo sentiram a oportunidade da ascensão social, girando, a partir de então, a educação em torno do ensino secundário.

A reforma subsequente caracterizou-se por uma total liberalidade. Foi uma época de mudança nos quadros sociais em consequência da abolição da escravatura e das correntes migratórias. Efetuada em 1911, conhecida como reforma Rivadávia Correia ou "Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República", instituiu o regime livre, subtraindo ao Estado a ingerência no domínio da educação, instaurou o exame vestibular e não havendo, para tanto, necessidade de comprovar a escolaridade anterior, promulgou a autonomia das Congregações e despojou o Governo do direito de se imiscuir na economia interna dos institutos superiores.

Em contrapartida a toda esta liberalidade surgiu

a Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, regulando o ensino secundário e superior.<sup>7</sup> Esta reforma surgiu tentando coibir os excessos da anterior e tomando emprestado para si alguns pontos das anteriores, tais como:

- "- vestibular (da Rivadávia) agora tornado extremamente rigoroso;
- ensino, disciplinadamente, seriado (5 anos) embora mais reduzido na duração (da Epitácio Pessoa);
- restrição à equiparação e proibição de reconhecimento das escolas particulares (da Benjamim Constant);
- tolerância dos preparatórios (da Leôncio de Carvalho) mas agora parcelados em etapas anuais."<sup>8</sup>

## 1.2 - IDEIAS POSITIVISTAS NO BRASIL

As idéias filosóficas no Brasil, foram em sua maior parte, consequência da penetração de pensamentos alienígenas. Justifica-se esta situação pelo nosso longo passado colonial, transmissores que fomos dos acontecimentos e pensamentos filosóficos da Europa. No entanto, como as peculiaridades históricas sociais nossas são bem diversas da Europa, essas idéias aqui no Brasil so-

freram mutações.

Luiz Washington Vita, assim sintetiza com bastante propriedade:

"... a história da filosofia no Brasil adquire grande importância, pois serve não só para determinar a sua generalidade, a sua aplicação às atividades humanas e a sua flexibilidade cultural, como também, para compor a nossa própria história institucional: o Segundo Império é "ecclético", a Primeira República é "positivista" e o movimento de 10 de abril de 1964 é "maniqueu". Conhecer o sentido destas posições filosóficas é entender o sentido de nossas próprias instituições políticas...."9

Os três períodos históricos que acabamos de ver mencionados Colônia, Império e República, todos dependentes economicamente de outras nações, não possibilitaram ao Brasil condições culturais e intelectuais necessárias à eclosão do espírito crítico, autonomia nem originalidade de pensamento, especialmente no campo filosófico.

Mas como o pensamento humano é um eterno "mutatis mutandi", o Brasil vem a sofrer no decorrer do século XIX, influências de novos pensadores que alteraram a ordem filosófica na Europa e que repercutiram no nosso país. As novas idéias surgiram de Auguste Comte e foram chamadas de "positivismo". O positivismo visou a superação dos estados teológico e metafísico, a fim de atingir o estado positivo ou científico, através da experiência, como único critério verdadeiro.

No Brasil, Chile e México o positivismo obteve a mais ampla aceitação, talvez mais que na própria França,

lugar de origem.

As razões que engendraram uma maior difusão do positivismo no Brasil foram várias. Os ideais democráticos propugnados pelos enciclopedistas franceses e o espírito cientifista, do qual muito se ressentiam os brasileiros; as idéias metafísicas que proliferaram juntamente com as escolas jurídicas por todo território nacional e o espírito militarista que norteou nossa República Velha, talvez sejam os fatores mais importantes. Foi dentro das Academias e Escolas Militares, mais tarde transformadas em Escolas Politécnicas ou em Escolas de Engenharia, onde se estudaram as primeiras matérias exatas e biológicas, necessárias ao pleno desenvolvimento político e econômico que tanto necessitávamos.<sup>10</sup>

### 1.3 - BREVE ABORDAGEM DO ENSINO POLYTÉCNICO NO BRASIL

O Brasil, na segunda metade do século XIX, viu nos seus maiores centros uma forte tendência para as idéias positivistas e como consequência, implantaram-se por todo território brasileiro Escolas ou Institutos Politécnicos. As Escolas Politécnicas brasileiras, basearam-se na famosa "Ecole Polytechnique de Paris", organizada na França após a propagação do pensamento positivista. A origem da primeira Escola Politécnica no Brasil está na

criação em 1810 da Real Academia Militar, que foi criada com a finalidade de se desenvolverem os estudos de ciências matemáticas, ciências físicas, ciências naturais e ciências militares. Sofreu a Real Academia Militar sucessivas reformas até que em 1874 (pelo Decreto nº 5.600) transformou-se em Escola Politécnica, conferindo-lhe caráter civil. Em 1937, o estabelecimento passou a denominar-se Escola Nacional de Engenharia, integrada à Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.<sup>11</sup>

Em 1849, organizou-se em São Paulo, estado emergente na vida econômica e social do Brasil, o primeiro estabelecimento de ensino superior que foi a Escola Politécnica.<sup>12</sup> Movimento encabeçado por Antonio Francisco de Paula Souza. Segundo análise de Jorge Martins Rodrigues, a Escola Politécnica de São Paulo surgiu do espírito idealista e realizador deste homem que conseguiu ver a possibilidade de modificação na economia paulista. Após o "boom" cafeeiro não restava, segundo palavras de Antonio Francisco de Paula Souza, em discurso proferido na inauguração da Escola:

"... se fossem mais comezinhos ao nosso povo os conhecimentos técnicos, teríamos graças à reconhecida inteligência e natural perspicácia dos filhos desta terra, uma indústria variada e bem dirigida... em nosso próprio lar encontraríamos facilmente o que hoje com grande dispêndio necessitamos importar do estrangeiro".<sup>13</sup>

Outras Escolas e Institutos surgiram após a cria-

ção da do Rio de Janeiro e de São Paulo, como o Instituto Politécnico da Bahia, criado a 14 de março de 1897, a Escola Politécnica de Pernambuco organizado em 22 de maio de 1934<sup>14</sup> até chegarmos à criação do Instituto Politécnico de Florianópolis, objeto desta dissertação.

#### 1.4 - SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DE SANTA CATARINA, ANTERIOR A 1917

A administração pública catarinense, como bem disse Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral: "... nos trinta primeiros anos do século XX, obedeceu ao binômio - educação e viação".<sup>15</sup>

Este espírito tecnocrata que norteou as três primeiras décadas do nosso século começou com o Governo do Cel. Vidal José Oliveira Ramos (1902-1905 e 1910-1914).<sup>16</sup> Seguiu-se o Governo de Gustavo Richard (1906-1910) marcado por inúmeras obras no interior e, especialmente, na Capital do Estado. Foi em sua gestão que se tentou implantar, pela primeira vez, em Florianópolis um estabelecimento de nível superior. A idéia foi convertida em lei estadual, levando o nº 839, de 2 de outubro de 1909, através da qual pretendeu-se criar a Faculdade Livre de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia.

"... a lei ficou apenas no papel. Não houve condições de implantação da chamada Faculdade Livre de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia. A qualificação de "faculdade livre" deve-se provavelmente ao fato de todos os cursos de Odontologia em funcionamento no Brasil, estarem vinculados às Faculdades de Medicina. A falta de um suporte estrutural de uma Faculdade de Medicina, pode ser destacado como um dos fatores que impediram a implantação da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia na Capital".<sup>17</sup>

Outros fatores podem ser apontados como: a falta de um corpo docente e o afastamento do Governador Gustavo Richard logo no ano seguinte, não lhe dando tempo para a organização da Faculdade.

Sucederam-se os governadores: Cel. Felipe Schmidt (1914-1918) e do Eng. Civil Hercílio Pedro da Luz (1894-1898 e 1918-1924).<sup>18</sup>

A partir de 1930 os Governos da Interventoria iriam dar nova sistemática à administração pública.

De 1900 a 1930 houveram grandes modificações: foi instalado na Capital serviço de energia elétrica, abastecimento de água, reforma educacional, a Capital passa por rápida urbanização, prédios foram construídos, ruas calçadas, avenidas saneadas e a construção da ponte ligando a ilha ao continente. No interior, foram construídas estradas e vias férreas com a finalidade principal de dar escoamento aos produtos das zonas industriais, agrícolas e carboníferas.<sup>19</sup>

A administração de Vidal Ramos visou principalmente o problema da educação. Deu ênfase ao ensino público realizando a primeira grande reforma neste setor. Com

larga experiência política, sua mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911, bem expressou sua preocupação: "... fundar um novo tipo de escola, dar à mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante".<sup>20</sup>

Nesta época contratou o professor paulista Orestes Guimarães para empreender esta reforma, considerada até nossos dias como uma das maiores e mais importantes. Sua responsabilidade foi grande, pois fora contratado para: "... criar um sistema educacional e não o de renovar ou continuar ou expandir algo já estabelecido".<sup>21</sup>

Atribuiu-se o sucesso que Orestes Guimarães conseguiu a alguns fatores como: 1) Natural de São Paulo, descompromissado com a política local, pôde trabalhar mais livremente; 2) Procurou conhecer as reais necessidades dos estabelecimentos escolares, visitando-os e, estruturando a partir daí, sua ação de trabalho e 3) disciplinação do ensino através de novos decretos, leis, métodos didáticos, aperfeiçoamento e a introdução de controle efetivo do ensino através dos inspetores escolares, os quais, tinham a atribuição de fiscalizar e atualizar as Escolas Normais, Complementares, Grupos Escolares, Escolas Isoladas e Reunidas.

A "Reforma Vidal Ramos", como assim ficou conhecida, objetivava a reestruturação administrativa e pedagógica.

gica do ensino público catarinense, enfatizando a didática com introdução de novos programas de ensino.<sup>22</sup> Possibilitava, ainda, a passagem de alunos de uma para outro estabelecimento de ensino, assimilação de grupos étnicos estrangeiros e irradicação do analfabetismo.

A Escola Normal foi o primeiro estabelecimento de ensino a ser reformulado, introduziu-se o estudo da pedagogia, psicologia e aulas práticas. Esta mesma reforma criou novo tipo de escola em Santa Catarina, o Grupo Escolar, substituto da tradicional escola primária e que entre outras vantagens instituiu a seriação do ensino e divisão do trabalho. Mais tarde, em 1915, surgiram as Escolas Reunidas assemelhadas aos Grupos Escolares e herança das Escolas Isoladas, abundantes no meio rural. Quanto às Escolas Complementares, eram continuadoras do ensino ministrado nos Grupos Escolares e propiciavam a formação de professores normalistas, pois seus alunos podiam matricular-se no terceiro ano da Escola Normal.<sup>23</sup>

Felipe Schmidt deu seqüência à obra de Vidal Ramos. Preocupou-se com a instrução pública, principalmente no tocante ao corpo docente, ensino médio e nacionalização do ensino nas zonas de elevado contingente germânico e italiano.

Em 1916 funcionavam no Estado 706 escolas. Públicas 253, municipais 164, federais 5 e particulares 284 (subvencionadas ou não). As escolas existentes achavam-se divididas da seguinte forma:

" Municípios	Estadues	Federaes	Municipaes	Part.	Total
Araranguã	10	-	5	-	15
Biguassū	10	-	4	-	14
Blumenau	16	-	-	117	133
Brusque	2	-	17	2	21
Camboriū	4	-	3	2	9
Campo Alegre	2	-	-	2	4
Campos Novos	3	-	6	-	9
Canoinhas	2	-	1	-	3
Curitybanos	2	-	3	-	5
Florianópolis	45	1	18	18	82
Garopaba	4	-	-	-	4
Imaruy	7	-	3	10	20
Itajahy	14	-	14	10	38
Jaguaruna	3	-	-	-	3
Joinville	14	1	-	54	69
Lages	11	-	7	16	34
Laguna	18	-	4	1	23
Nova Trento	3	1	5	3	12
Orleans	2	-	4	2	8
Palhoça	19	1	10	6	36
Paraty	7	-	3	-	10
Porto Bello	5	-	3	1	9
São Bento	1	-	-	14	15
São Francisco	5	-	9	1	15
São Joaquim	2	-	22	3	27
São José	17	1	9	2	29
Tijucas	12	-	13	-	25
Tubarão	12	-	1	2	15
Urussanga	1	-	-	18	19
	<u>253</u>	<u>5</u>	<u>164</u>	<u>284</u>	<u>706</u>

O número das Escolas Particulares não é ainda verdadeiro".<sup>24</sup>

Em 1916 houve um total de 28.841 matrículas, sendo 10.413 nas escolas estaduais, 347 nas federais e 18.081 nas municipais e particulares. Funcionou nesta Capital, com frequência de 79 alunos, a Escola Complementar equiparada, anexa ao Colégio Coração de Jesus. O ensino secundário era ministrado pelo Ginásio Catarinense,<sup>25</sup> este estabelecimento subvencionado pelo Estado.

A situação geral das escolas públicas estaduais e secundária (Ginásio Catarinense) de Santa Catarina, quanto à matrícula no ano de 1917, foi:

Escolas Isoladas	- 9.138	alunos
Grupos Escolares	- 2.261	"
Escolas Reunidas	- 627	"
Escolas Complementares	- 195	"
Escola Normal	- 85	"
Ginásio Catarinense	- <u>308</u>	"
Total	.....	12.614 "

A evasão escolar, entretanto, foi acentuada. Dos 12.614 alunos matriculados, somente 8.605 tiveram frequência efetiva,<sup>26</sup> isto na rede pública estadual, quanto ao Ginásio Catarinense, somente 9 alunos formaram-se neste ano,<sup>27</sup> para uma população censitária de 320.289 habitantes.<sup>28</sup>

Dos alunos formados no Ginásio Catarinense, poucos eram os que podiam se afastar da sua cidade para continuar seus estudos superiores em centros onde houvessem oportunidade para tal. Somente o faziam os de melhores condições financeiras. Quanto aos outros, tornava-se mui

to difícil essa pretensão. Tentando dirimir este vazio, surgiram manifestações de figuras representativas da comunidade local, objetivando dotar a capital do Estado de um estabelecimento de ensino superior. Foi na administração de Felipe Schmidt, pela Lei nº 1.169, de 19 de outubro de 1917, que se criou o Instituto Polytechnico de Florianópolis.

#### 1.5 - FUNDAÇÃO E REPERCUSSÃO DO INSTITUTO POLYTECHNICO

Em 1917 Florianópolis possuía três estabelecimentos de ensino significativos e um Liceu de Artes e Ofícios.<sup>29</sup> O Colégio Coração de Jesus, com a escola complementar equiparada anexa; o Ginásio Catarinense, gozando do privilégio concedido por quarenta anos no Governo de Vidal Ramos, de ser o único estabelecimento de ensino equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, atendendo em regime de internato e externato os filhos das mais tradicionais famílias da capital e do interior do Estado; a Escola Normal que servia de estabelecimento de apoio para o grande contingente de alunos menos abastados, procedentes dos diversos Grupos Escolares, Escolas Isoladas e Complementares das redes municipal e estadual e o Liceu de Artes e Ofícios.

As alternativas, para continuidade dos estudos da

mocidade, eram muito limitadas. Fazer um curso superior fora de Florianópolis era de natureza elitista, somente quem tivesse condições financeiras ou quem arranjasse uma colocação para financiar seus estudos poderia fazê-lo.

O percentual de jovens formados no Ginásio Catarinense que iam estudar fora também era reduzido. Na sua maioria, ao terminar o ginásio submetiam-se a concurso para uma repartição estadual, parando aí seus estudos.

Felipe Schmidt, Governador do Estado, olhava com especial atenção este setor, destinando 20% do orçamento estadual para a instrução pública e preocupando-se ao mesmo tempo com a nacionalização do ensino. Com a celebração do acordo de definição de limites com o vizinho Estado do Paraná, preocupou-se com o sistema viário (terrestre e ferroviário) abrindo novas perspectivas de trabalho.<sup>30</sup>

Jovens formados em centros maiores, naturais de Santa Catarina e de outros Estados, aqui se estabeleceram, com a finalidade de iniciar sua vida profissional. Outros, como Celso Bayma, Adolfo Konder, militando há muito na vida política também ajudaram a compor este mosaico da vida cultural florianopolitana.

São figuras significativas deste período: os médicos Carlos da Motta Azevedo Correa, Vicente Bulcão e o engenheiro Augusto Fausto de Souza. A integração destes com José A. Boiteux, advogado; Joaquim David Ferreira

Lima, médico, Henrique Bruggmann, farmacêutico, Álvaro Ramos, cirurgião-dentista, não tardou pela necessidade de transmitir conhecimentos, a criar um ambiente propício para dotar Florianópolis de um estabelecimento de ensino superior.

O Instituto viria satisfazer aquela parcela da juventude ávida de novos conhecimentos, sem recursos financeiros para estudar fora de Florianópolis e que tinham no Liceu de Artes e Ofícios, Escola Normal e Ginásio Catarinense os continuadores de sua formação profissional.

Acreditavam seus idealizadores que poderiam atrair, também, os práticos de farmácia e cirurgiões-dentistas do interior, assim como agrimensores e guarda-livros, com a implantação de um estabelecimento superior na Capital do Estado.

As primeiras reuniões objetivando este intento, foram realizadas no Centro Cívico e Literário, à rua Jerônimo Coelho, nº 8, em geral às 18 horas. A imprensa escrita local documentou o acontecimento:

"Não temos ainda um estabelecimento de ensino superior e é essa uma lacuna a que um grupo de esforçados amigos do progresso desta terra pensa em atender. Na verdade, é necessário, faz-se urgente a criação de um tal estabelecimento. Precisamos criar, entretanto, um Instituto que constitua cursos de especialização. A farmácia, a odontologia, a obstetrícia, o comércio, a pilotagem, a agrimensura, as máquinas, a agronomia são cursos que podem perfeitamente ser lecionados aqui e assim aproveitarão os jovens conterrâneos as vantagens decorrentes desse ensino na nossa própria Capital.

... No ano passado, o nosso colega Dr. José Boiteux reconhecendo as dificuldades com que lutam muitos dos nossos conterrâneos, completando o seu curso de Preparatórios vem-se privados de prosseguir nos seus estudos superiores, apresentou à consideração do Congresso Representativo do Estado um projeto que colimava aquele fim. Comjugando os seus esforços com um grupo de distintos engenheiros civis e militares, médicos, bacharéis em direito, agrimensores e odontologistas, o nosso colega promove a organização de um Instituto com dois cursos: o de Preparatórios e de Especialização". 31

A 14 de fevereiro de 1917, realizou-se uma reunião onde José A. Boiteux explanou em breve palavras a finalidade da mesma. Convidou o Eng. Augusto Fausto de Souza para presidí-la, sendo secretário, ele próprio. Ao final da reunião organizaram-se as comissões para elaborar os planos dos Cursos Preparatórios e de Especialização. Dois dias mais tarde, no dia 16 de fevereiro ficou finalmente definido quais os cursos que seriam ministrados e as matérias exigidas por lei para cada um deles. No dia 17 de abril o Instituto Polytechnico foi transferido para um prédio, colocado à disposição pelo Governo do Estado, onde funcionou até aproximadamente 1925, situado à rua João Pinto, nº 41, esquina com Travessa Ratcliff. As aulas tiveram início regularmente entre os dias 19 e 23 de abril de 1917, com os horários dos diversos cursos aprovados pela Congregação. Os nomes ligados à fundação foram:

**ENGENHEIROS CIVIS E MILITARES** - Augusto Fausto de Souza, Nicolau Pederneiras, Euríprdes Ferro, Samuel Gomes Pereira, Pe

dro Taulois, Waldemiro Salles, Luiz Costa, José Vieira da Rosa, José Olynpio Barbosa e Celso Fausto de Souza.

**Médicos** - Joaquim David Ferreira Lima, Carlos Correia, Jonas Miranda, Ervino Presser, Felipe Machado Pedreira, Agripino de Mello e Francisco de Mattos.

**Farmacêuticos** - Raulino Horn, Mâncio da Costa, Henrique Bruggman, Francisco Pereira de Oliveira, Francisco Digiógehes de Oliveiea e Crhistierno Vasconcellos.

**Cirurgiões-Dentistas** - Achylles Wedekin dos Santos, José Baptista da Rosa e Álvaro Ramos.

**Bacharéis em Direito** - Henrique Lessa, Nereu Ramos, Marinho Lobo, Henrique Rupp Jr., Ivo D'Aquino, Cid Campos e José Arthur Boiteux.

**Oficial da Marinha** - Cap. Tenente Lucas Boiteux.

**Agrimensor** - Frederico Selva.

**Guarda-Livros** - José O'Donnell, Vicente Conill e Laércio Caldeira.

Incluiu-se mais tarde os nomes de: Armando Knaught, Joaquim de Oliveira Costa e Oscar de Oliveira Ramos,<sup>32,33</sup> Francisco Barreiros Filho, Fernando Machado Vieira, Carlos Wendhausen e Olímpio Veiga.

As instalações onde funcionavam o Instituto, à rua Travesa Ratcliff, nº 41, pareciam atender as necessidades da época, pois foi assim descrita por um periódico do Rio de Janeiro:

"O Instituto Polytechnico funciona presentemente num prédio, sobrado, sito à rua João Pinto, propriedade do Lyceu de Artes e Officios, contando sua diretoria adquiri-lo logo que o Congresso Representativo do Estado na sua próxima reunião, vote a lei que determine o patrimônio desse estabelecimento de ensino superior, de acordo com a lei anterior que autoriza o poder executivo a auxiliar a constituição do mesmo patrimônio. No pavimento superior funcionava a Secretaria e ali estão estabelecidas a sala da Congregação, quatro salas de aulas, os gabinetes, a biblioteca e o Museu. No pavimento térreo funcionam os cursos de agrimensura e de clínica odontológica (prática) ali se realizando a assistência gratuita desse serviço, diariamente, com uma grande concorrência registrada em livro especial. O Instituto Polytechnico é fiscalizado pelo governo, sendo atualmente seu fiscal o senhor Dr. Álvaro Monteiro de Barros ..." 34

As camadas representativas da sociedade florianopolitana em especial, as mais tradicionais famílias, pouco se manifestaram.

As repercussões procederam principalmente da imprensa local e do interior. A primeira associação de classe a se manifestar foi a Associação Comercial, através de seu presidente Cel. Emílio Blum, solidarizando-se com a criação do Curso de Comércio do Instituto e oferecendo o mais restrito apoio moral e material sob forma de donativos arrecadados junto às diversas casas comerciais.

Do jornal "O Estado", de Florianópolis, transcrição de "O Albor", de Laguna:

"Accionado pela iniciativa empreendedora de José Boiteux e auxiliado por um grupo de intelectuais de Florianópolis, levantou-se simpática e disposta a vencer, a idéia da fundação

ção de um Instituto Superior em nosso estado, com diversos cursos de especialização... E, diante da ótima sensação que em toda parte tem causado esse empreendimento, digno dos maiores encômios, é de crer que tenhamos em nosso Estado, dentro em breve tempo um Instituto Universitário, aparelhado perfeitamente para educação e cultivo de nossa mocidade".<sup>35</sup>

Do jornal "O Estado", de Florianópolis, transcrição de "A Tarde", de Laguna:

"Uma iniciativa que merece o apoio público. Tínhamos até 1889, seis escolas superiores oficiais, neste ano (12 de março de 1917) só em São Paulo e em Minas esse número é sobrepujado. Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás enfileiram-se entre os Estados que mantêm Curso de Especialização, mesmo não incluindo no número destes estabelecimentos que em alguns deles mantinha o Império. Bem avaliando as vantagens desses cursos para os estudantes do Estado, que poderão fazê-lo nesta Capital, sem as grandes despesas que oneram os que partem para outras terras... É, na verdade, uma iniciativa que vem ao encontro de antiga aspiração da nossa sociedade estudiosa e que não pode passar despercebida pela "Tarde", parte componente da imprensa que acompanha, com o devido interesse, a marcha das aspirações decorrentes do desenvolvimento do Estado".<sup>36</sup>

No mês de junho de 1917 o Governador do Estado, Cel. Felipe Schmidt apoiou pessoalmente a iniciativa pioneira visitando oficialmente o Instituto Polytechnico. Neste mesmo dia a Congregação resolveu conferir-lhe o título de "Fundador Benemérito" pelos serviços prestados ao estabelecimento.

Através da Lei nº 1.169 de 19 de outubro de 1917 (anexo nº 1)<sup>37,38</sup> é reconhecida pelo Estado desde

que se constitua em personalidade jurídica. Concede a lei, auxílio anual de seis contos de rês, obrigando a matricular gratuitamente seis alunos nos seus diferentes cursos.

Transformada mais tarde em Decreto sob o nº 1080 de 29 de dezembro de 1917, com ligeiras alterações. Entre elas: 1) Permitia que os formandos concorressem em igualdade de condições para os cargos estaduais que demandassem competência técnica profissional e 2) Estabeleceu o direito de fiscalização sobre o Instituto.<sup>39</sup>

## NOTAS

## CAPÍTULO 1

- 1 - LEONARDI, Victor Paes de Barros. Efeitos sociais da primeira industrialização do Brasil. In: História do Século XX. São Paulo, Abril Cultural, 1973. p.1.012-3.
- 2 - VILELA, Anibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA, 1975. 454p.
- 3 - ALMEIDA, Fernando H. Mendes. Constituições do Brasil. São Paulo, Ed. Saraiva, 1958. p.171-3.
- 4 - ALMEIDA, Op.cit. p.174.
- 5 - AZEVEDO, Fernando de. A descentralização e dualidade de sistemas. In:— A cultura brasileira. 4.ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963. cap. 3, p.607-52.
- 6 - "O regime de exames "preparatórios parcelados" era o meio pelo qual os alunos "não matriculados", poderiam obter os certificados de todas as disciplinas do curso ginásial indispensáveis para inscrição nos exames vestibulares das escolas superiores, independente de seriação e frequência. Os estudantes, que faziam seus estudos por esse regime, apenas compareciam aos estabelecimentos autorizados para realizarem os exames parcelados na época de sua realização". Informações extraídas do arquivo particular de D<sup>o</sup> Maria da Glória Brandenburgo de Oliveira, gentilmente cedido à autora.
- 7 - AZEVEDO, Op.cit. p.607-52.
- 8 - LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. Brasília, Ed. Brasília, 1974. p.93.

- 9 - VITA, Luis Washington. Panorama da filosofia no Brasil. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969. p.3-4.
- 10 - LINS, Ivan. Perspectivas de Auguste Comte. Rio de Janeiro. Liv. São José, 1965. p.21-5.
- 11 - OLIVEIRA, José Teixeira. Dicionário brasileiro de datas históricas. Rio de Janeiro, s.ed., 1950. p.388.
- 12 - Criada inicialmente com a denominação de escola de "Engenheiros Construtores de Estradas", em 24 de março de 1935, fechou logo depois, sendo revogada finalmente em abril de 1849, pela Lei nº 388.
- 13 - RODRIGUES, Jorge Martins. A "Politécnica", elo entre a técnica e a ciência. O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 de fevereiro de 1978. Suplemento Cultural. p.3-4.
- 14 - RIOS, Adolfo Morales de los. Relação das Escolas de Engenharia e Arquitetura, de todos os países. Rio de Janeiro, s.ed., 1958. p.39-45.
- 15 - CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1970. p.290.
- 16 - Substituiu o Dr. Lauro Severiano Muller no período compreendido entre novembro de 1902 a 30 de outubro de 1905.
- 17 - ROSA, José Edu & MADEIRA, Ademar Américo. Antecedentes históricos do ensino odontológico no Estado de Santa Catarina. Revista Catarinense de Odontologia, Florianópolis, A.B.O., Secção de Santa Catarina, 4(2):5-10, jul/dez. 1977.
- 18 - De 1918 a 1924 corresponde aos segundo e terceiro mandatos, intercalados com grandes ausências motivadas por frequentes viagens e seu precário estado de saúde.
- 19 - CABRAL, Op.cit. p.274-6.
- 20 - FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Florianópolis, EDEME, 1975. p.91.

- 21 - FIORI, Op.cit. p.94-5.
- 22 - SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Decreto nº 587 de 22 de abril de 1911. In:— Decreto e Atos de 1910 a 1913. Florianópolis, Tip. D'O Dia, 1916. p.83.
- 23 - FIORI, Op.cit. p.87-142.
- 24 - SANTA CATARINA. Governador, 1914-1918 (Schmidt) Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 14 de agosto de 1917, pelo Cel. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, s.ed., 1917. p.29.
- 25 - O Ginásio Catarinense foi equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro em 23 de março de 1918. Mensagem do Governador Hercílio Pedro da Luz ao Congresso Representativo do Estado em 22 de julho de 1919.
- 26 - FIORI, Op.cit. p.100-1.
- 27 - Dados extraídos do Relatório do Ginásio Catarinense, publicado no fim do ano de 1940, gentilmente emprestado à autora pelo professor Reinaldo Pick.
- 28 - QUADRO Geral do crescimento da população de Santa Catarina. In: CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. 2.ed. rev. e atual. Florianópolis, Ed. Laudes, 1970. p.365.
- 29 - Hoje, chamada "Escola Técnica Federal de Santa Catarina".
- 30 - SANTA CATARINA. Governador, 1914-1918 (Schmidt) Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 14 de agosto de 1917, pelo Cel. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, s.ed., 1917. p.17-8.
- 31 - PREPARATÓRIOS, estudos prévios para matrícula nos cursos superiores e em alguns especiais. O Estado, Florianópolis, 7 fev. 1917. p.3.

- 32 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 13 fev. 1917. p.1.
- 33 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 14 fev. 1917. p.1.
- 34 - O ENSINO Superior em Santa Catarina. A Nação, Rio de Janeiro, 16 maio 1919. p.4-5.
- 35 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; Fundação do Instituto. O Estado, Florianópolis, 24 fev. 1917. p.1,c.4.
- 36 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 14 mar. 1917. p.1.
- 37 - SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Lei nº 1.169 de 19 de outubro de 1917. In:— Coleção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1917. Florianópolis, Af. D'O Dia, 1917. p.49.
- 38 - Anêxo nº 1. Original da Lei nº 1.169, de 19 out 1917, encontrado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- 39 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Comércio, Engenharia, Odontologia, Farmácia. Florianópolis, Liv. Moderna, 1924. p.10-1.

## CAPÍTULO 2

### ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A estrutura orgânica do Instituto Polytechnico de Florianópolis observou os preceitos do Decreto Lei nº 11.530, de 18 de março de 1915,<sup>1</sup> que reorganizou o ensino secundário e superior na República.

Em consonância com o organograma anexo estava assim constituída a estrutura do estabelecimento:

**Congregação** - Órgão máximo de decisão encarregada da fixação da política, objetivos e orçamento do Instituto. Competia: reformar os Estatutos, resolver o preenchimento das vagas no magistério, aprovar os programas de ensino dos diversos cursos, organizar as mesas examinadoras, assistir e julgar os concursos para o magistério, suspender ou mesmo destituir do seu cargo qualquer membro da Diretoria e do Conselho Econômico e resolver sobre permuta de cadeiras entre lentes.

**Diretoria** - Órgão executivo de apoio à Congregação, compunha-se de cinco membros: 1) Diretor; 2) Vice-Diretor; 3) Secretário; 4) Sub-Secretário e 5) Tesoureiro. Suas atividades objetivavam a execução de todas as deliberações da Congregação com vistas ao bom funcionamento dos cursos.

**Conselho Econômico** - Órgão de assistência e consulta da Diretoria, integrado por quatro membros representando cada um, os diversos cursos de especialização. Competia: organizar, de acordo com o Diretor, o orçamento anual do Instituto, apresentá-lo à Congregação para discussão e votação, bem como, estabelecer a tabela das

taxas escolares, vencimentos dos lentes e pessoal administrativo e inspecionar os livros da Tesouraria.

**Museu e Biblioteca** - Órgãos complementares e de apoio às atividades didáticas e pedagógicas do Instituto.

Os objetivos finais das atividades "polytechnicas" estavam voltados à formação de farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, guarda-livros e agrimensores, bem como, a habilitação de profissionais graduados estrangeiros.<sup>2</sup>

No período compreendido entre 16 de fevereiro de 1917 e 12 de junho do mesmo ano, o Instituto não teve um corpo diretivo. As soluções eram tomadas pelos fundadores.

A primeira diretoria eleita, no dia 12 de junho,<sup>3</sup> com mandato de um ano, ficou assim constituída:

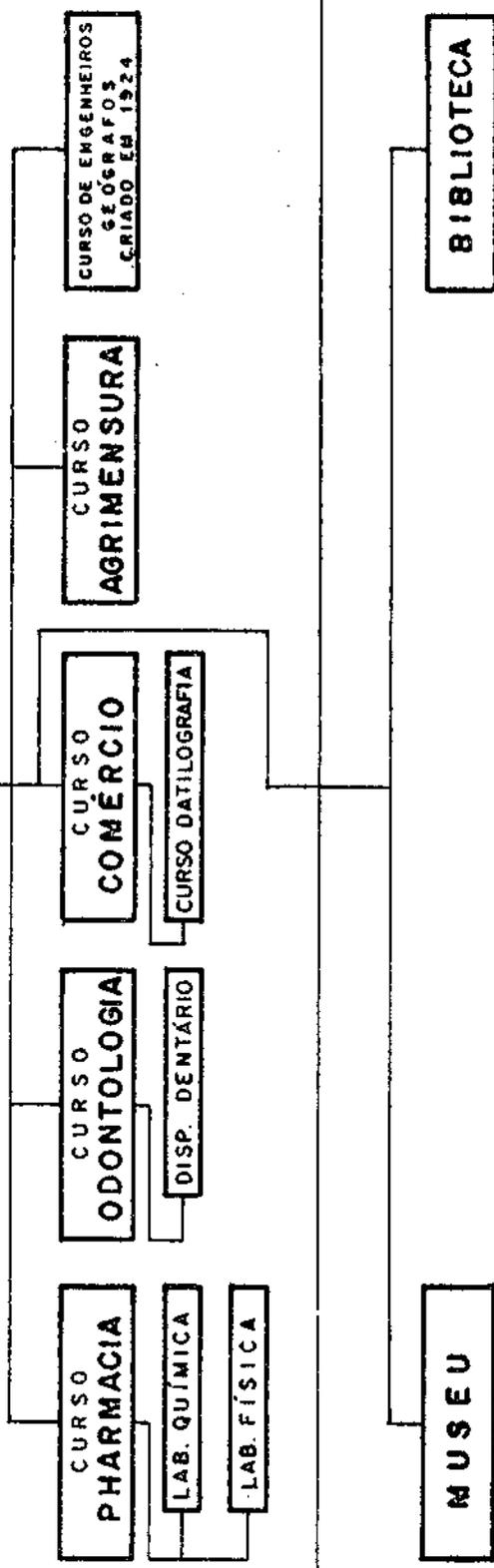
Diretor : Augusto Fausto de Souza  
Vice-Diretor : Joaquim David Ferreira Lima  
Secretário : José A. Boiteux  
Sub-Secretário: Achyles Wedekin dos Santos<sup>4</sup>  
Tesoureiro : Henrique Rupp Jr.<sup>5</sup>

E o Conselho Econômico: Raul de Freitas Melro, Francisco Rodrigues de Souza, Henrique Bruggmann e José Pedro Duarte da Silva. Representando cada um dos seus membros os quatro cursos do Instituto Polytechnico.<sup>6</sup>

Para melhor elucidação, armou-se a estrutura organizacional do estabelecimento, representada pelo organograma que se segue, ressaltando as atividades dos seus diversos órgãos, separadamente.

# INSTITUTO POLYTECHNICO DE FLORIANÓPOLIS - 1917

ORGÃOS DA ADMINISTR. SUPERIOR	CONGREGAÇÃO  DIRETORIA DIRETOR  VICE - DIRETOR TESOUREIRO  CONS. ECONOMICO  SECRETÁRIO SUB-SECRETÁRIO	POLÍTICA, OBJETIVOS ORÇAMENTO
ORGÃOS EXECU- TIVOS DE APOIO	DA ADMINIS- TRAÇÃO SUPERIOR	ATIVID. ADMINISTR. (MEIO)
DO I. P.	DA ADMINIS- TRAÇÃO SUPERIOR	ATIVID. DE ENSINO (FINS)
ATIVID. UNIVER- SITÁRIAS	FARMACÊUTICO  CIR. DENTISTA  GUARDA - LIVROS  AGRIMENSOR <small>(ENGENHEIROS GEÓGRAFOS)</small>	ATIVID. COMPLE- MENTARES  OBJETIVOS



Durante o primeiro ano de sua fundação a diretoria voltou-se para a implantação dos diversos cursos, formação do corpo docente, laboratórios e biblioteca. Essa diretoria exerceu seu mandato até 1922. Os atos marcantes deste período foram: solicitação de subvenções, municipal, estadual e federal. Sensibilização da comunidade no sentido de obter recursos através de donativos para a implantação dos gabinetes, laboratórios e museus. Adquiriu diversos instrumentos para observação meteorológica, assim como, gabinete eletro-dentário, para as aulas práticas do Curso de Odontologia. Contacta com diversos órgãos federais e estaduais, visando o atendimento gratuito a alunos de guarnições militares.<sup>7</sup> Solicitou ao Governador Hercílio Luz uma área de terra para construção de seu prédio próprio, abre concorrência para planta e orçamento do novo edifício, e é lançada na sua pedra fundamental.<sup>8</sup> Conseguiu com a Diretoria de Viação e Obras Públicas a planta de corte transversal. Introduziu modificações estatutárias nos Artigos 7º, 75º e 107º.<sup>9</sup>

Reorganizou o corpo docente. Montou os laboratórios de física, química e história natural.<sup>10</sup> Estimulou, através dos lentes o curso Especial de Humanidades com o propósito de preparar candidatos a exames no Ginásio Catarinense, Escola Normal e admissão às faculdades do país.<sup>11</sup> A Congregação discutiu a possibilidade da criação de um curso de Direito.<sup>12</sup> Tentou-se, junto à Presidência do Conselho Superior de Ensino, inspeção para

seus diversos cursos.<sup>13</sup> Com base na lei da reciprocidade existente entre os Estados de Paraná e Santa Catarina, conseguiu-se o reconhecimento dos diplomas dos alunos do Instituto Polytechnico no estado vizinho (Decreto nº 353 de 19 de abril de 1921).<sup>14</sup> Com a ajuda do deputado Joaquim David Ferreira Lima procurou-se obter junto ao Governo Federal o reconhecimento do Instituto como Associação de Utilidade Pública.

Ainda, nesse período, pela terceira vez, a Congregação reconstituiu o quadro de lentes catedráticos e substitutos, eliminando alguns com base no Artigo 46º, parágrafos 1º e 2º dos seus Estatutos.<sup>15</sup>

Em 1923, assumiu nova diretoria, assim formada:

Diretor	:	Joaquim David Ferreira Lima
Vice-Diretor	:	-
Secretário	:	José A. Boiteux
Sub-Secretário	:	Achyles Gallotti
Tesoureiro	:	Armando A. Knaught (Berlamino Correa assumiu a partir de 22 de dezembro de 1924). <sup>16</sup>

Em termos administrativos, de 1923 a 1930 os membros das Diretorias alternaram-se freqüentemente, isto devido as ausências da Capital do Estado de Joaquim David Ferreira Lima e José Boiteux, atendendo compromissos de ordem política e governamental. Os reflexos para o Instituto foram desastrosos pela falta de sincronia e

continuidade. Os fatos mais relevantes coligidos deste período, referem-se no âmbito federal. O reconhecimento do Instituto Polytechnico como de Utilidade Pública, através do Decreto Federal nº 4.7<sup>6</sup>23, de 15 de dezembro de 1923<sup>17</sup> e a liberação de 70:000\$000 pelo Governo Federal para construção do seu prédio.<sup>18</sup>

A diretoria propõe à Congregação e são aprovadas, a reformulação dos Cursos de Comércio e Agrimensura, estimulou a integração dos discentes, ajudando na criação da sua Associação e "Revista Acadêmica".<sup>19</sup> Realizou melhoramentos na Biblioteca e propôs ao Governador Hercílio Luz ampliação do prédio, ainda em construção, para abrigar novos cursos, entre os quais, Agronomia e Eletro-Técnica.<sup>20</sup> Concretizou-se a mudança de suas instalações à Travessa Ratcliff para o novo prédio à Avenida Hercílio Luz. Sua diretoria, principalmente através de Joaquim David Ferreira Lima, na ocasião deputado por Santa Catarina, empenhou-se junto ao Governo Federal para liberação de novos recursos e seu reconhecimento.

O Governo Estadual concedeu o aumento do auxílio financeiro de 6:000\$000 para 12:000\$000, anuais. Industriais e comerciantes do interior do Estado, doaram diversos materiais para a construção do prédio.

A Congregação aprovou a reforma dos cursos: Preparatórios e Comércio. Procederam-se a algumas alterações no regime de aulas, lentes e fixou-se o "quantum" que cada professor deveria perceber. Usou-se, mais uma

vez, das prerrogativas que lhe concedia o Artigo 469, parágrafos 1º e 2º dos seus Estatutos.

Após alguns desentendimentos, foi finalmente, inaugurado o busto de José Boiteux no saguão de entrada do edifício à Avenida Hercílio Luz. Ainda nesta ocasião são realizados exames de instrução militar no Instituto.

Conforme a Reforma do Ensino Superior, ocorrida com a implantação do Governo Provisório em 1930 e em consonância com o Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, foi empossada nova Diretoria e Conselho Econômico, assim constituídos:

#### **Diretoria**

Diretor : Heráclito Carneiro Ribeiro

Vice-Diretor: Donato Mello

Secretário : Fernando Machado

Tesoureiro : Belarmino Correa

#### **Conselho Econômico**

Henrique Bruggmann, curso de Farmácia; Achyles Wedekin dos Santos, curso de Odontologia; Oscar Ramos, curso de Agrimensura; Eduardo Pio da Luz, curso de Comércio.<sup>21</sup>

Os principais pontos de destaque desta diretoria foram: a ida de José A. Boiteux ao Rio de Janeiro a fim de tratar com o governo federal, de assuntos pertinentes ao Instituto, auxílio financeiro, inspeção dos cursos e a criação do curso de Direito aqui em Florianô-

polis.<sup>22</sup> Como resultado desta viagem, Ernesto Lacombe é nomeado pelo Departamento Nacional de Ensino para proceder inspeção preliminar do Instituto com base no Decreto Federal nº 20.179, de 6 de julho de 1931.<sup>23</sup> A situação financeira do Instituto é, nesta ocasião, satisfatória. O balancete aprovado em dezembro de 1931, assinalou um saldo de 48:792\$200, mas que mesmo assim não lhe dava autonomia financeira, necessitando, portanto de auxílio federal. Pleiteou do Interventor do Estado o aumento da subvenção destinada ao Instituto, visando cobertura de despesas com a fiscalização de seus cursos. Estabeleceu majoração dos vencimentos dos seus funcionários e a importância destinada às bancas examinadoras dos seus diferentes cursos. Em reunião da Congregação, foi proposta a fundação da Faculdade de Direito, sendo constituída comissão para redigir os seus Estatutos. Fazendo parte da comissão José A. Boiteux, Américo Nunes e Henrique Fontes.<sup>24</sup>

Preocupados com a adaptação do Instituto ao Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, expedido pelo Governo Provisório, de 1930, o qual criou o sistema universitário, a Direção do Instituto convocou sessões consecutivas no mês de setembro de 1931,<sup>25</sup> com o objetivo de elaborar sua nova lei orgânica.

As alterações no ensino superior no país foram marcantes. Destacamos entre outras: a autonomia financeira dos estabelecimentos de ensino; a estabilidade e vita

liciedade dos professores; disciplinou as atividades discentes e, sobretudo, definiu mais explicitamente as funções da Congregação, Conselho Técnico Administrativo e Diretor.

Passou, por conseguinte, o organograma do Instituto a ter a seguinte configuração:

**Congregação** - Órgão deliberativo de jurisdição superior do Instituto. Passou a ser integrado por professores catedráticos e efetivos, pelos docentes livres em exercício de catedrático e por um representante dos docentes livres, eleito por seus pares.

**Conselho Técnico Administrativo** - Composto de quatro membros escolhidos dentre os professores catedráticos, com função executiva e fiscalizadora das atividades administrativas e de ensino.

**Diretor** - Com atribuições exclusivas de execução das deliberações da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo.

Sem o devido registro em Cartório, dos seus Estatutos, a Congregação no dia 21 de dezembro de 1931, elegeu seu Diretor e o Conselho Técnico Administrativo.

Diretor: Heráclito Carneiro Ribeiro

Conselho Técnico Administrativo: Nelson Moraes Guerra, Carlos Correa, Frederico Selva e Eduardo Pio da Luz. Por ato do diretor foram nomeados para exercerem os cargos de secretário e bibliotecário os senhores: Germano de Oliveira e Eduardo Pio da Luz, respectivamente, e de

tesoureiro, Belarmino Correa.

Destacaram-se neste período: aquisição do mobiliário para o Gabinete de Mineralogia e o suprimento de material necessário para o Gabinete Dentário. Requer ao Ministério da Justiça auxílio da caixa de subvenções na ordem de 10:000\$000. Tentou-se completar o quadro docente e estimulou-se as atividades do Centro Acadêmico José A. Boiteux.

No dia 19 de dezembro de 1932 Heráclito Carneiro Ribeiro renunciou as funções de diretor do Instituto. Após várias reuniões, no dia 12 do mesmo mês, a Congregação decidiu passar ao Governo do Estado, por um período de cinco anos, as atribuições que lhe competiam.<sup>26</sup> O espaço de tempo entre 14 de dezembro de 1932 e 14 de agosto de 1933 foi o período em que o Instituto esteve sob a Interventoria do Estado e que tentou-se resumir.

## 2.1 - PERÍODO DE INTERVENTORIA

Pela Portaria nº 1.991, de 14 de dezembro de 1932, do Secretário do Interior e Justiça, foi exonerado do cargo de diretor interino do Instituto, a pedido, Frederico Selva, lente mais antigo. No mesmo dia, são nomeados: José A. Boiteux para exercer o cargo de diretor; secretário, Osvaldo Mello; escriturário, Flávio Ferrari

e servente, Armando Costa Miranda.<sup>27</sup>

Para tomar conhecimento da real situação financeira e econômica do Instituto, foi designada comissão para fazer o levantamento do Balanço Geral da Receita e Despesa, o exame moral e aritmético de todos os documentos. Liberou-se para o custeio das despesas de dois inspetores federais a importância de 24:000\$000, anuais. Pelo Decreto Estadual nº 337, de 5 de abril de 1933, determinou-se o prazo de quatro meses para o preenchimento, por concurso, das cadeiras não ocupadas por lentes efetivos; a distribuição das cadeiras dos diversos cursos, exceto o de Comércio, no qual não tinha alunos matriculados; estabeleceu-se ainda que o Governo completaria as cadeiras que por ventura vagassem, mediante proposta do diretor do Instituto. Condiçionou-se que o ensino ministrado nos cursos do Instituto seriam adaptados aos programas das escolas superiores, congêneres no país. Finalmente alterou-se dispositivos dos Estatutos, no que diz respeito ao Conselho Técnico Administrativo, passando de quatro para três membros, que deveriam ser nomeados por proposta do diretor, conforme Decreto Estadual nº 337, de 5 de abril de 1932.

Por esta ocasião é alterado o quadro dos docentes. Solicitando licença:

Alfredo Porphírio Araújo, Antonio Lopes de Mesquita, Antonio Pereira da Silva Oliveira, João Tolentino Jr., Achyles Gallotti, Américo Silveira, Rizoletto Baratta de

Azevedo, Frederico Selva, Celso Leon Salles e Germano de Oliveira.

Nomeados pelo Interventor:

Aristóteles Bersou, Edmundo da Costa Campos, Arnaldo Suarez Cúneo, Orlando de Oliveira Goeldner, João Felipe Sabóia, Estanislau Traple, Arthur Lobo da Gama D'Eça, Carlos Correa, José Ferreira Bastos (fiscal do Governo Estadual) Udo Deeke, Vitor A. Peluso Jr., Yolanda Correa Ribeiro, Nicolau Peressoni, José Nicolau Born, Nelson Moraes Guerra, Annes Gualberto, Alfredo Araújo, Carlos Henrique Medeiros, Cap. Pereira Oliveira Fº., Antonio Bottini, Ary Machado e Idino Sandemberg.

No dia 14 de agosto de 1933 o Decreto Estadual nº 411, devolveu à Congregação do Instituto todas as suas atribuições, revogando-se, os Decretos Estaduais nºs 309 e 337, respectivamente.

Com seus poderes novamente outorgados, a Congregação elegeu seu diretor: Frederico Selva e o Conselho Técnico Administrativo: Carlos Correa, Celso Leon Salles, Nelson Guerra e Eduardo Pio da Luz.

São fatos marcantes deste período: as inspeções federais e os problemas dela decorrentes; o empenho junto à Interventoria para solução dos problemas financeiros do Instituto. É discutida a fusão da Escola Prática de Comércio desta Capital com o Instituto Polytechnico, passando a funcionar, no mesmo, em meados de 1934.

Consoante o novo Estatuto, aprovado em 1932, ficou assim o novo Organograma:

# INSTITUTO POLYTECHNICO DE FLORIANÓPOLIS - 1932

ORGÃO DELIBERATIVO DO INSTITUTO	POLÍTICA OBJETIVOS E ORÇAMENTO	ATIVID. ADMINISTR. (MEIO)
<p>CONGREGAÇÃO</p> <p>CONS. TECN. ADMINISTR.</p> <p>DIRETOR</p>		<p>TESOUREIRO</p>
<p>SECRETÁRIO</p>		
<p>CURSO FARMÁCIA</p> <p>LAB. QUÍMICA</p> <p>LAB. FÍSICA</p> <p>LAB. HIST. NAT.</p>	<p>CURSO ODONTOLOGIA</p> <p>GAB. DENTÁRIO</p>	<p>CURSO COMERCIO</p> <p>CURSO AGRIMENSURA</p>
<p>DA ADMINISTR. SUPERIOR DO</p>		
<p>I - P.</p>	<p>MUSEU</p> <p>SET. MINERALOGIA</p>	<p>BIBLIOTECA</p>
<p>ATIVID. UNIVER. SITÁRIAS</p>	<p>FARMACEUTICO</p> <p>CIR. DENTISTA</p>	<p>PROPEDEÚTICO</p> <p>GUARDA LIVROS</p> <p>AGRIMENSOR.</p>
		<p>ATIVID. COMPLE-MENTARES</p> <p>OBJETIVOS</p>

Com o agravamento da situação financeira do estabelecimento foi nomeada comissão composta dos senhores: Heráclito Carneiro Ribeiro, João José de Cupertino de Medeiros e Germano de Oliveira, com o objetivo de estabelecer junto ao Interventor as bases da doação do Instituto para o Governo do Estado.

As medidas propostas pela comissão sugeriram que a diretoria em nome da Congregação, fizesse a doação de todos os bens móveis, imóveis e valores ao Estado de Santa Catarina com o intuito de manter um estabelecimento destinado à educação da juventude.

Fundamentalmente o fechamento do Instituto prendeu-se:

- falta de recursos financeiros que lhe dessem autonomia própria;
- a impossibilidade de formar um quadro de docentes;
- possível inadequação dos currículos e programas à legislação federal, e
- os relatórios emitidos pelos inspetores federais que dificultaram seu reconhecimento.

## 2.2 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO INSTITUTO POLYTECHNICO

A luta pela auto-suficiência financeira do Instituto

to foi uma constante, do início até o seu fechamento.

A receita orçamentária do estabelecimento constituiu-se de:

- doações;
- subvenções subdivididas em: municipais, estaduais e federais;
- rendas próprias, dividindo-se em emolumentos e alugueis, e
- jûros de aplicação em apólices.

**Doações** - Graças ao prestígio de seus fundadores os encargos para instalação e manutenção da instituição ficaram sob a responsabilidade da comunidade, através de doações recebidas em numerários, livros, carteiras de aula, mapas, terreno e outros materiais diversos.

**Subvenções** - A municipalidade de Florianópolis<sup>28</sup> contribuiu para o Instituto com 1:200\$000, do ano de 1920 até 1928 e com 600\$000 em 1929 e 1930.

No âmbito estadual, em 20 de agosto de 1917, é apresentado um projeto por José A. Boiteux ao Congresso Representativo do Estado, solicitando auxílio para o Instituto.<sup>29</sup> No dia 9 de outubro do mesmo ano, o Congresso Representativo autorizou o poder executivo a conceder subvenção na ordem de: 6:000\$000,<sup>30</sup> a qual é requerida em 1919, incorporando-se ao seu patrimônio. No ano de 1920 é duplicada a subvenção para 12:000\$000, persistindo regularmente até 1930. Em 1931, para fazer face às

despesas com as inspeções federais dos Cursos de Farmácia e Agrimensura, aumentou-se a subvenção para 24:000\$000,<sup>31</sup> permanecendo até 1934.

Na esfera federal, devido a oportuna atuação dos deputados Felipe Schmidt e Celso Bayma, o Congresso Nacional aprovou o auxílio através do Ministério da Agricultura no valor de 20:000\$000.<sup>32</sup> No ano seguinte, em 1921, a bancada catarinense tentou junto à Câmara Federal, aumentar o auxílio para "quarenta contos", sem resultado satisfatório.

Nos dois anos seguintes passou o auxílio para 25:000\$000. Totalizando uma importância de 70:000\$000 que foram destinados exclusivamente para a construção do seu prédio próprio à Avenida Hercílio Luz.<sup>33</sup>

A Comissão de Finanças do Ministério da Agricultura concordou em manter a subvenção dada ao Instituto Polytechnico na importância de 22 contos e quinhentos réis.<sup>34</sup> Notas esparsas de jornais dão conta que o auxílio permaneceu até 1930, quando o Governo Provisório cortou-o definitivamente. Várias tentativas para obter novamente a subvenção foram feitas pelo Interventor Cândido Ramos e José A. Boiteux, sem sucesso.

**Renda própria** - Como renda própria pode-se considerar os emolumentos, pertinentes às taxas de matrículas, mensalidades, admissão, multas, exames de fim de ano ou não, cartões de identidade, cartões de ingresso, cadernos de frequência, diplomas e outros. Não pode-se

montar um quadro com estes dados, por desconhecermos o número exato de alunos matriculados e formados, desistências, transferências e outras informações. Ainda como renda própria, considerou-se o aluguel do antigo edifício do Instituto à Travessa Ratcliff que foi incorporada à sua receita.

**Juros com aplicação em apólices** - Segundo informação coletadas no ano de 1931 a Congregação aprovou a aplicação de 1/3 da sua receita disponível em apólices do Estado.<sup>35</sup>

Pode-se concluir, portanto, que as receitas e subvenções até o ano de 1932,<sup>36</sup> somente cobriam as despesas operacionais, a reposição em caráter precário de aparelhos de precisão, material de laboratório e dispensário dentário.

Neste ano o depósito em dinheiro chegou a 48:809\$600, passando em 1933 para 17:648\$760 e em 1934 para 5:846\$760. No curto espaço de dois anos as despesas absorveram 42:962\$740.<sup>37</sup>

Na justificativa apresentada pela Diretoria para doação do patrimônio do Instituto ao Estado, o orçamento para 1935 apresentava o seguinte quadro:

**Receita**

Subvenções Federais .....	10:000\$000
Subvenções Estaduais .....	12:000\$000
Aluguéis de Casas .....	7:840\$000
Juros de Apólices .....	1:675\$000
Matrículas e Mensalidades .....	470\$000
	<hr/>
Total	31:985\$000

Obs; Admitindo a matrícula dos seis alunos cujo curso fora interrompido, as matrículas e mensalidades elevariam a receita para 34:805\$000.

**Despesa**

Empregados .....	20:640\$000
Idem do antigo Liceu .....	6:480\$000
Telefone .....	306\$100
Material (expediente) .....	700\$000
Limpeza .....	300\$000
Impostos Estaduais .....	497\$200
Seguro de prédios .....	1:059\$200
448 aulas de Agrimensura a 7\$000	3:136\$000
Inspetor Federal .....	12:000\$000
384 aulas do curso de Farmácia a 7\$000 .....	2:688\$000
	<hr/>
Total .....	47:806\$500

Não incluindo a verba - eventuais - o deficit seria de 13:001\$500, e se os seis alunos interrompessem o

curso, o deficit seria ainda maior.

Numa tentativa de salvar o patrimônio e manter o Instituto, a Congregação resolveu, em consonância com o Código Civil, Artigo 229, doá-lo ao Governo do Estado. Assegurando, ainda, aos poucos alunos matriculados em seus cursos o direito de concluí-los, a manutenção do Curso de Comércio, oriundo da fusão com a Escola Prática de Comércio e amparo aos seus funcionários protegendo-os em seus direitos.<sup>38</sup>

Com base em dados coletados em jornais da época e segundo tabela nº 1 a seguir, o Instituto Polytechnico no período de sua existência recebeu dos órgãos governamentais auxílio na ordem de 455:500\$000, assim distribuídos:

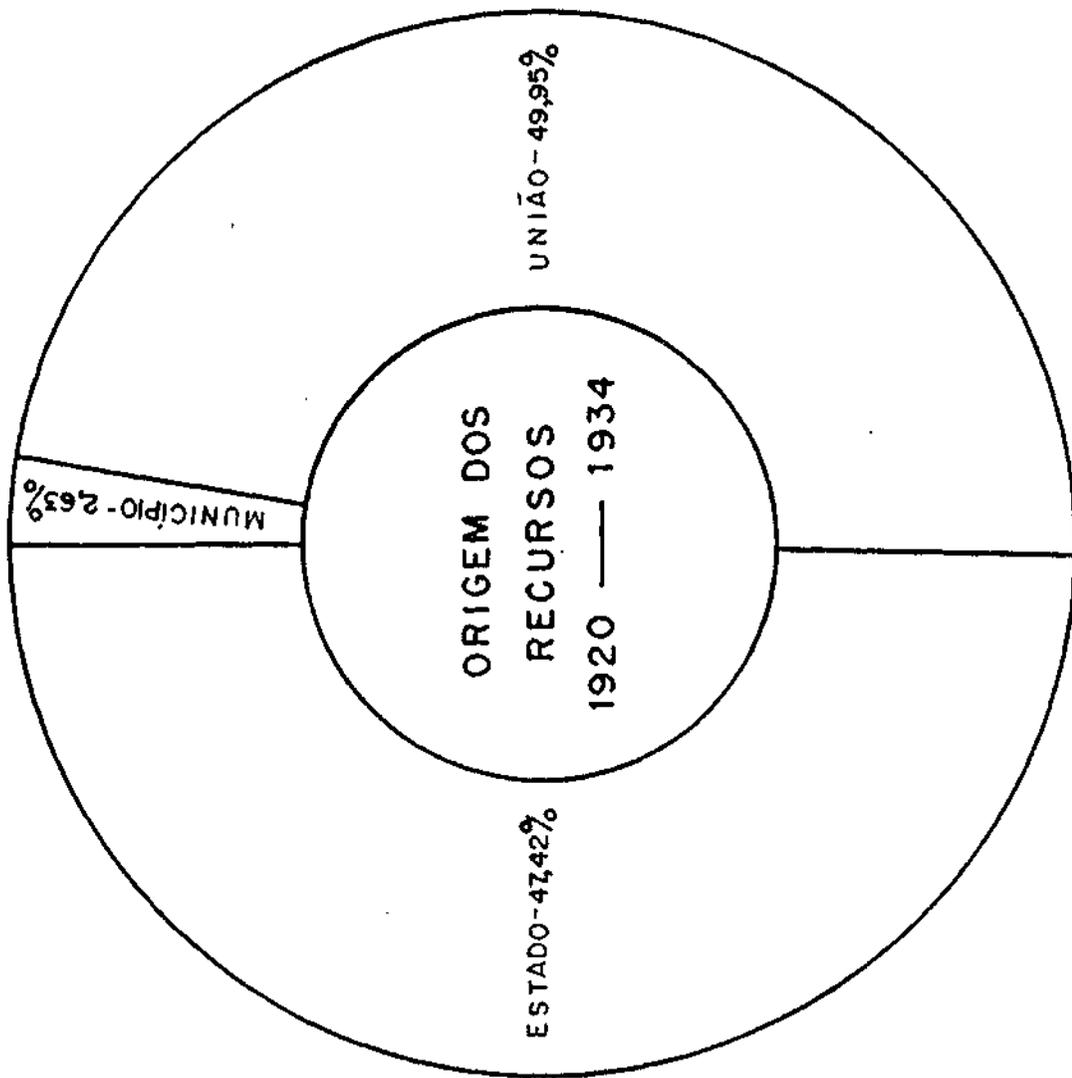
SUBVENÇÕES RECEBIDAS PELO INSTITUTO POLYTECHNICO	
Superintendência Municipal de Florianópolis .....	12:000\$000
Governo do Estado .....	216:000\$000
Governo Federal .....	227:500\$000
Total .....	455:500\$000

Para uma melhor compreensão do que se acabou de falar, armou-se uma tabela com dados nas subvenções municipais, estaduais e federais, juntamente com um diagrama mostrando o percentual recebido por cada um destes órgãos.

# ÍNSTITUTO POLYTECHNICO DE FLORIANÓPOLIS

ENTIDADE DOS ANOS	RECURSOS CANALIZADOS PELOS ORGÃOS GOVERNAMENTAIS EM R\$ 1917 - 1934			TOTAL POR ANO
	SUPERINTENDÊNCIA FPOLIS.	ESTADO DE SANTA CATARINA	GOVERNO DA UNIÃO	
1917	—	—	—	—
1918	—	—	—	—
1919	—	—	—	—
1920	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	20:000 \$ 000	33:200 \$ 000
1921	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	—	13:200 \$ 000
1922	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	25:000 \$ 000	38:200 \$ 000
1923	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	25:000 \$ 000	38:200 \$ 000
1924	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	22:500 \$ 000	35:700 \$ 000
1925	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	22:500 \$ 000	35:700 \$ 000
1926	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	22:500 \$ 000	35:700 \$ 000
1927	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	22:500 \$ 000	35:700 \$ 000
1928	1:200 \$ 000	12:000 \$ 000	22:500 \$ 000	35:700 \$ 000
1929	600 \$ 000	12:000 \$ 000	22:500 \$ 000	35:100 \$ 000
1930	600 \$ 000	12:000 \$ 000	22:500 \$ 000	35:100 \$ 000
1931	—	12:000 \$ 000	—	12:000 \$ 000
1932	—	24:000 \$ 000	—	24:000 \$ 000
1933	—	24:000 \$ 000	—	24:000 \$ 000
1934	—	24:000 \$ 000	—	24:000 \$ 000
TOTAL	12:000 \$ 000	216:000 \$ 000	227:500 \$ 000	455:500 \$ 000

INSTITUTO POLYTECHNICO DE FLORIANÓPOLIS



TOTAL DOS RECURSOS PÚBLICOS :	Rs	455	: 500	\$ 000
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL :	Rs	12	: 000	\$ 000
GOVERNO ESTADUAL	:	Rs	216	: 000 \$ 000
GOVERNO FEDERAL	:	Rs	227	: 500 \$ 000

### 2.3 - PRÉDIO - A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE

O Instituto Polytechnico funcionou durante alguns anos num prédio cedido pelo Governo do Estado, à Travessa Ratcliff, esquina com a rua João Pinto, nº 41.

Em 1919, pensou a diretoria adquiri-lo logo o Congresso Representativo votasse a lei<sup>39</sup> que determinava a aquisição de um patrimônio, de acordo com o poder executivo, autorizado a auxiliá-lo em tal intuito. Esta idéia não foi concretizada.

Em 1920 é expedido edital assinado pelo secretário do estabelecimento promovendo abertura de concorrência para apresentação de planta e orçamento do novo edifício. A Mensagem do Governador por ocasião da abertura da segunda sessão, 10ª legislatura, em julho do mesmo ano, formalizou o cumprimento da supra citada lei.

Diz a Mensagem de Hercílio Luz:

"Mantendo com regularidade os cursos... esse nosso único estabelecimento de ensino superior... Tratando a sua diretoria da construção de um prédio próprio, resolvi na conformidade de lei, auxiliá-lo, decretando, por utilidade pública, a desapropriação de um prédio contíguo à faixa do terreno para tal fim preferido".<sup>40</sup>

A convite, alguns membros da Congregação vão ao Palácio, onde recebem a notícia, do Governador, da entrega ao Instituto de um terreno situado à Avenida do Saneamento,<sup>41</sup> compreendido entre as ruas Nunes Machado e General Bittencourt, para construção do seu prédio próprio, asse

gurando na mesma ocasião seus fundamentos. Comprometeu-se também a trocar idéias com a Comissão de Fazenda, do Congresso Representativo, para elevar a subvenção dada anualmente.

No dia da comemoração do centenário da independência do Brasil foi lançada a pedra fundamental. Ao ato compareceram representações políticas de vários municípios catarinenses. O diretor de Obras Públicas, Dr. Olavo Freire Jr. representou o Governador.

Foram oradores: José Boiteux representando a diretoria do Instituto e Juvenal Bacellar os discentes. No ato foi lavrada ata que com moedas, gravuras do prédio, exemplares dos jornais "O Estado", "República" e "Verdade", em caixa de cobre, foi colocada numa cova, onde mais tarde ergue-se-ia o prédio.

O Deputado Federal Joaquim David Ferreira Lima, conseguiu carrear recursos do Ministério da Agricultura à guisa de auxílio para construção do edifício. A Diretoria de Viação e Obras Públicas organizou a planta de corte transversal.

No ano de 1922 havia na agência do Banco do Brasil 20:000\$000 liberados pela Delegacia Federal, e, garantido para o ano de 1923, 25:000\$000.

A comunidade catarinense compreendendo os esforços dos idealizadores do Instituto, deu seu apoio efetivo através de banqueiros, industriais e comerciantes.

No ano de 1923 recebeu as seguintes ofertas: um

fôrro artístico de imbuia procedente de Rio Negrinho destinado à sala da Congregação. No dia 23 de outubro começou a cobertura do Instituto com telhas francesas procedentes de Joinville.<sup>42</sup> Madeiramento para várias salas de aula procedentes de Palmital, Brusque, Lauro Müller e São Bento. O Governo do Estado doou a escada trabalhada ligando o 1º ao 2º pavimento e carteiras de aula tipo americanas. Em 1924 mais ofertas são dadas oriundas de Urussanga e norte do Estado, bem como a porta principal que foi ofertada pela direção da Estrada de Ferro Santa Catarina. Os amigos do Instituto entregam a José Boiteux 200\$000 para aquisição de um relógio.

Até 1924, segundo dados fornecidos à imprensa pela Diretoria, haviam sido dispendidos 82:897\$000, resultando num saldo de 2:869\$000. Com o propósito de homenagear o implantador do ensino superior em Santa Catarina é feita uma lista de adesão para colocar o seu busto no vestibulo do novo prédio.<sup>43</sup>

O prédio tinha 682m<sup>2</sup> e o terreno 720m<sup>2</sup>, sendo na época, depois do da Escola Normal, o maior.<sup>44</sup>



Instituto Polytechnico, Florianopolis

O prédio do Instituto Polytechnico no ano de 1930. (Extraído do livro: História de Santa Catarina, de Lucas A. Boiteux, p.196).

Não há registro da sua inauguração oficial, segundo depoimentos de ex-alunos, a mudança foi feita gradualmente no final de 1924 e início de 1925. O prédio comportava todos os cursos, dispunha de um Gabinete Dentário para assistência gratuita, laboratório de química, além da biblioteca e museu. Pensava a diretoria, em futuro, ampliá-lo, para abrigar novos cursos, entre os quais o de Agronomia e Eletro-Técnica.<sup>45</sup>

Em 1926, vem à baila questões internas a respeito

do procedimento administrativo na condução das obras do prédio que deve tê-lo atrasado um pouco.

A diretoria em 1928 lançou concorrência pública para conclusão das obras, tais como: assoalho, fôrro, reboco, varandões, portas, esgotos, água e luz e que deveriam obedecer aos padrões do plano térreo. Os serviços contratados importavam em 35:519\$400.<sup>46</sup>

Em 1929, novo edital de concorrência foi publicado para colocação de vidros, caiação interna e externa das paredes, dos corredores, pintura a óleo de 36 janelas e colocação de vidros, sendo o responsável pela pintura o Sr. João Oliveira.<sup>47</sup>

Data de 19<sup>3</sup>/<sub>23</sub> a última notícia da conservação do prédio como ainda pertencente ao Instituto Polytechnico. O senhor Eduardo Dias é contratado para efetuar a pintura dos quadros negros e respectivos cavaletes, orçamentos para ladrilhamento da área ao fundo do edifício como medida de higiene, bem como limpeza externa e pintura a óleo das janelas, venezianas e sala de honra.<sup>48</sup>

## NOTAS

## CAPÍTULO 2

- 1 - Denominada também "Reforma Carlos Maximiliano".
- 2 - ESTATUTOS do Instituto Polytechnico de 1917, registrado no Livro de Pessoas Jurídicas, Livro nº 2, contendo 119 artigos (p.82-92), averbado às páginas 88 e 89 do Livro nº 5 sob o termo nº 37. Cartório Protásio Leal.
- 3 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 13 jun. 1917. p.2.
- 4 - Em 1920 é substituído por José Pedro Duarte da Silva.
- 5 - Posteriormente, substituído por Frederico Selva.
- 6 - Em 1920 os membros do Conselho Econômico são substituídos por: Achylles Wedekin dos Santos - Curso de Odontologia; Donato Mello - Curso de Farmácia; Francisco Souza - Curso de Agrimensura e Armando Kanught - Curso de Comércio.
- 7 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 24 ago. 1920. p.3.
- 8 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; o lançamento da pedra fundamental. O Estado, Florianópolis, 6 set. 1921. p.2.
- 9 - Artigo 7º alterou o mandato da Diretoria e Conselho Econômico de um para dois anos; Artigo 75º disciplinou os pagamentos das mensalidades; Artigo 107º alterou as taxas de admissão, certidões, matrículas e mensalidades. Modificações dos Estatutos de 1917, votadas nas Sessões da Congregação nas datas de 3 de junho, 27 de agosto e 20 de dezembro de 1920, respectivamente.

- 10 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 27 ago. 1920. p.2.
- 11 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. A  
Noite, Florianópolis, 13 mar. 1918. p.3.
- 12 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. 0  
Estado, Florianópolis, 17 jan. 1921. p.2.
- 13 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 4 mar. 1921. p.3.
- 14 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. 0  
Estado, Florianópolis, 4 abr. 1921. p.2.
- 15 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. 0  
Estado, Florianópolis, 17 ago. 1922. p.2.
- 16 - Extraído dos Livros nºs 03 e 04 da antiga Diretoria  
de Higiene, hoje Departamento de Saúde Pública.
- 17 - BRASIL. Leis, decretos, etc... Atos do Poder Legis-  
lativo; Decreto nº 4.763, de 15 de dez. 1923. In:  
— Coleção de Leis do Brasil de 1923. Rio de Ja-  
neiro, Imprensa Nacional, 1924. v.1, p.188.
- 18 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. 0  
Estado, Florianópolis, 7 jan. 1923. p.2.
- 19 - Mais tarde transformada em "Fôlha Acadêmica".
- 20 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 24 fev. 1924. p.1.
- 21 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. 0  
Estado, Florianópolis, 10 dez. 1930. p.2.
- 22 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; cur-  
so de direito. 0 Estado, Florianópolis, 16 abr.  
1931. p.2.
- 23 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; a pro-  
pósito da nova Legislação Federal sobre os práticos  
licenciados. República, Florianópolis, 29 out.  
1931. p.2.

- 24 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 23 dez. 1931. p.2.
- 25 - Foram realizadas sessões nos dias: 7, 9, 12, 14, 16,  
18, 20 e 21 de setembro de 1931, respectivamente.
- 26 - SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Decreto nº 309,  
de 14 dez. 1932. In:— Coleção de decretos, reso-  
luções e portarias de 1932. p.81.
- 27 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 23 ago. 1932. p.2.
- 28 - Na época chamada Superintendência Municipal de Floria-  
nópolis, hoje Prefeitura Municipal de Florianópolis.
- 29 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O  
Estado, Florianópolis, 25 ago. 1917. p.7.
- 30 - SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Lei nº 1.169,  
de 19 out. 1917. In:— Coleção de leis, decretos,  
resoluções e portarias de 1917. Florianópolis, Of.  
D'O Dia, 1917. p.49.
- 31 - ORÇAMENTO do Estado de Santa Catarina. República, Flo-  
rianópolis, 31 dez. 1931. p.4.
- 32 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 4 jan. 1921. p.4.
- 33 - O PRÉDIO do Instituto Polytechnico. República, Floria  
nópolis, 7 jan. 1923. p.6.
- 34 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 5 set. 1924. p.2.
- 35 - RELATÓRIO do Instituto Polytechnico. República, Floria  
nópolis, 16 jan. 1931. p.3.
- + 36 - Neste ano de 1932, os Cursos do Instituto Polytechnico  
atingiram o maior número de alunos formados, isto  
certamente prendeu-se à legislação federal regulamen-  
tando as profissões de cirurgiões-dentistas e farma-  
cêuticos.

- 37 - A hipótese mais viável da utilização destes recursos prendeu-se, provavelmente, aos elevados custos com as inspeções federais, adequação dos laboratórios e manutenção dos cursos.
- 38 - A DOAÇÃO do Instituto Polytechnico ao Governo do Estado. República, Florianópolis, 3 fev. 1935. p.3.
- 39 - SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Lei nº 1.191, 9 de outubro de 1917. In:— Coleção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1917. Florianópolis, Of. D'O Dia, 1917. p.111-4.
- 40 - SANTA CATARINA. Vice-Governador 1918-22 (Luz) Instituto Polytechnico. In:— Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo Eng. Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, s.ed., 1920. p.28-9.
- 41 - Hoje chamada "Avenida Hercílio Luz".
- 42 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 15 jan. 1924. p.2.
- 43 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; doações. República, Florianópolis, 15 jan. 1924. p.2.
- 44 - BOITEUX, Lucas A. História de Santa Catarina. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1930. p.196.
- 45 - O ENSINO Superior em Santa Catarina. República, Florianópolis, 26 fev. 1924. p.1.
- 46 - CONCLUSÕES das obras. República, Florianópolis, 19 ago. 1928. p.3.
- 47 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; concorrência pública. República, Florianópolis, 30 jan. 1929. p.3.
- 48 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 25 jan. 1933. p.2.

CAPÍTULO 3

ESTRUTURA DO ENSINO - CURSOS

Os Cursos do Instituto Polytechnico desdobravam-se em: Preparatórios e de Especialização.

### 3.1 - CURSO DE PREPARATÓRIOS

O curso de Preparatórios, anexo ao Instituto, com aulas noturnas, preparava os alunos para admissão aos cursos de Agrimensura,<sup>1</sup> Farmácia, Odontologia e Comércio. O ano letivo ia de 1º de abril a 30 de novembro, dividindo-se em dois anos. Haviam duas épocas de exames, a primeira, para os alunos matriculados e assistentes às aulas, realizada na primeira quinzena de dezembro e a segunda época para os matriculados e não assistentes às aulas<sup>2</sup> e para os não matriculados, cujos exames seriam vagos.

De acordo com os Estatutos e posteriores resoluções da Congregação, nenhum candidato aos Cursos de Especialização poderia matricular-se dependendo dos exames Preparatórios. Exceto aqueles que apresentassem certificados de aprovação passado pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, ou a ele equiparados como: Ginásio Catarinense, Escola Normal e Colégio Santo Antonio, de Blumenau.<sup>3</sup> Havia uma exceção deste dispositivo, era para os candidatos ao curso de Comércio.

Para admissão ao primeiro ano de cada Curso de Es-

pecialização os candidatos deveriam prestar exames das matérias correspondentes aos cursos escolhidos. Como a seguir mostramos:

**Para o curso de Agrimensura ou Engenheiro Geógrafo**

Português, francês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, corografia do Brasil, cosmografia, história do Brasil, física e química, história natural, trigonometria e desenho linear.

**Para os cursos de Farmácia e Odontologia**

Português, francês, aritmética, geografia, corografia do Brasil, cosmografia, história do Brasil, física e química e história natural.

**Para o curso de Comércio**

Português: leitura e ditado. Aritmética: as quatro operações fundamentais. Noções de geografia geral, corografia e história do Brasil.<sup>4</sup>

A chamada para os exames Preparatórios foi geralmente publicada nos periódicos da Capital e na Imprensa Oficial. A primeira turma a requerer estes exames estava assim composta: Aldo Linhares, Ataliba Vara Brasil, Ary Bittencourt Machado, Ernani Freysleben, Francisco Ludgero Furtado, João Mariano dos Santos Jr., Jorge Gallois, Mário Moura e Otávio Martins Neves. A Banca Examinadora composta pelos professores: José A. Boiteux, José O'Donnell e Álvaro Ramos,<sup>5</sup> sendo fiscal o senhor Joaquim

Oliveira Costa, do Ginásio Catarinense. Ao final do curso os alunos recebiam um boletim mencionando as notas obtidas nos Preparatórios durante o ano letivo, servindo o mesmo de informação para os professores examinadores à admissão aos Cursos de Especialização.<sup>6</sup> A aferição das notas obedecia aos seguintes critérios: distinção, plenamente e simplesmente.<sup>7</sup>

O horário do Curso de Preparatórios:

HORAS	2º	3º	4º	5º	6º	Sábado
17 às 17:50	Port.	Franc.	Port.	Franc.	Port.	Franc.
18 às 18:50	Geogr.	Aritm.	Red.Of.	Aritm.	Geogr.	Aritm.
19 às 19:50						Red.Of.

Total de aulas:

Português : 3 aulas por semana  
 Aritmética : 3 " " "  
 Francês : 3 " " "  
 Geografia : 2 " " "  
 Redação Oficial: 2 " " "

Ao que tudo indica foi um curso que funcionou, pelo menos no início, separado do Instituto Polytechnico, conforme anúncio transcrito:

" Diretoria e Corpo Docente:

Diretor: Armando A. Knaught  
Rua Deodoro, 15

Português, Geografia e Redação Oficial

Professor Amphiloquio Gonçalves

Francês e Aritmética

Professor Armando A. Knaught

Jóia : 10\$000

Mensalidade: 5\$000"

A jóia e a primeira mensalidade eram pagas no momento da inscrição, as outras mensalidades, pagas adiantadamente no princípio de cada mês. A matrícula permanecia aberta até o dia 30 de novembro.<sup>8</sup> Os candidatos aos diversos cursos do Instituto classificados em 1º e 2º lugar na classificação final do Curso de Preparatórios, tinham matrícula gratuita no Curso de Especialização que desejassem seguir,<sup>9</sup> bem como eram distribuídos os prêmios: "Armando Knaught" e "José A. Boiteux" aos dois primeiros classificados.<sup>10</sup>

O Curso de Preparatórios funcionou regularmente até o fechamento do Instituto, adaptando-se porém, à reforma do ensino superior no Governo Provisório. A partir de então, conforme comunicado do senhor Ciro Mascarenhas Passos, inspetor do Ginásio Catarinense, ficava estabelecido em quatro o número de matérias que poderiam ser expedidos certificados de habilitação, anualmente.<sup>11</sup>

### 3.2 - CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

No dia 16 de fevereiro de 1917, às 18 horas, no salão do Centro Cívico e Literário, à rua Jerônimo Coelho, nº 8, reuniram-se os fundadores do Instituto para definir sobre os Cursos de Especialização. Pensou-se organizar inicialmente, os cursos de: Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Comércio, Agrimensura e Pilotagem.<sup>12</sup> Entretanto, dias mais tarde, sob a presidência do Dr. Fausto de Souza, decidem sobre a organização definitiva dos Cursos de Especialização. Foram eles: Farmácia, Odontologia, Agrimensura e Comércio.<sup>13,14</sup> Em seguida, definiram-se as cadeiras para os quatro cursos, bem como seus lentes.

Os exames de admissão eram efetuados na 1ª quinzena de março e os de Especialização na 2ª quinzena de dezembro, podendo ser feitos em duas épocas: na 2ª quinzena de dezembro (1ª época) e 2ª quinzena de março (2ª época). As inscrições para os exames seriam de dez dias, terminando dois dias antes dos respectivos exames.

Para admissão e inscrição o candidato deveria preencher os seguintes requisitos: 1) Requerimento declarando o curso de sua preferência; 2) Atestado de identidade assinado por um professor ou duas pessoas conhecidas; 3) Atestado de vacinação; 4) Certificado de aprovação nos exames ginasiais ou correspondentes; 5) Certidão de idade provando ter completado 16 anos e 6) Recibo do pa-

gamento da taxa de inscrição.

Os exames de admissão constavam de prova escrita e oral. A inscrição para a matrícula era na 2ª quinzena de março.

Os Cursos de Especialização, eram constituídos de aulas teóricas, dadas em salas de aulas, e aulas práticas, ministradas por um lente em gabinetes, laboratórios e no museu.<sup>15</sup>

As primeiras aulas foram ministradas no Centro Cívico e Literário, no Lyceu de Artes e Offícios, à Praça Getúlio Vargas e posteriormente em sua sede, cedida pelo Governo do Estado à Travessa Ratcliff, nº 41, esquina com a rua João Pinto, entre os dias 9 e 23 de abril de 1917.<sup>16,17</sup>

As aulas práticas foram dadas, inicialmente, na Escola Normal, conforme solicitação da Direção do Instituto à Secretaria do Interior e Justiça.

Para os alunos que concluíssem os Cursos de Especialização do Instituto, receberiam diplomas de: farmacêutico, cirurgião-dentista, guarda-livros e agrimensor.

- **Curso de Farmácia** - com duração de 3 anos letivos, compreendendo nove cadeiras assim distribuídas:

**1º ano**

1. Física
2. Química Orgânica
3. História Natural

**2º ano**

4. Química Analítica e Toxicológica
5. Química Orgânica e Bromatológica
6. Farmacologia (1ª parte)

**3º ano**

7. Higiene
8. Farmacologia (2ª parte e Prolegômenos de Terapêutica)
9. Microbiologia Geral

- **Curso de Odontologia** - feito em 2 anos, com dez cadeiras, assim distribuídas:

**1º ano**

1. Elementos Anatomia Descritiva. Anatomia Descritiva e Topográfica da cabeça
2. Elementos Histologia e Anatomia Microscópica, boca e anexos
3. Elementos Fisiologia e Patologia Geral
4. Clínica Dentária com Técnica Odontológica
5. Prótese Dentária

**2º ano**

6. Higiene, sobretudo da boca. Noções de Microbiologia
7. Patologia Dentária e Estomatologia
8. Matéria Médica e Terapêutica Dentária
9. Clínica Dentária
10. Prótese Dentária

- **Curso de Comércio** - feito em 3 anos, com dez cadeiras, assim distribuídas:

**1º ano**

1. Correspondência Tecnológica e Técnica Comercial
2. Geografia Comercial
3. Noções de Direito Público e Constitucional  
Aulas práticas de francês, inglês, alemão, ca  
ligrafia e datilografia

**2º ano**

4. Escrituração Mercantil
5. Direito Comercial (terrestre)
6. Economia Política  
Aulas práticas de francês, inglês, alemão e  
taquigrafia

**3º ano**

7. Contabilidade Prática de Escritório
8. Direito Comercial (Marítimo)
9. Finanças. Instituto de Crédito  
Aulas práticas de francês, inglês, alemão
10. Ciência da Administração

- **Curso de Agrimensura** - feito em 2 anos, com sete cadeiras, assim distribuídas:

**1º ano**

1. Aritmética (Estudo completo)
2. Álgebra (Estudo completo)

3. Geometria, Trigonometria Retilínea e Esférica

4. Química

5. Física

Aula de Desenho Linear e Aquarela

**2º ano**

6. Topografia. Noções de Geodésia e Astronomia

7. Estatística. Direito Administrativo e Legislação de Terras

Aulas de Desenho Linear Tipográfico

Exercícios práticos de Topografia, Geodésia e Astronomia

De acordo com uma publicação de 1924, do Instituto, os cursos de Comércio e Agrimensura sofreram uma reestruturação, apresentando-se da seguinte forma:

**Curso de Comércio** - subdividido em dois cursos:

Curso de Ciências Comerciais, em três anos, expediria diplomas de guarda-livros, perito judicial e empregos da fazenda e o Curso de Ciências Jurídico-Comerciais, em cinco anos, expediria diploma de Bacharel em Ciências Jurídico-Comerciais.

**- Curso de Ciências Comerciais**

**1º ano**

1. Português

2. Francês

3. Aritmética

4. Geografia e História Geral

5. Álgebra e Geometria

**2º ano**

6. Português, Correspondência e Tecnologia Comercial

7. Francês

8. Escrituração Mercantil

9. Geografia e História Geral

10. Álgebra e Geometria

**3º ano**

11. Inglês

12. História Natural, Física e Química

13. Noções de Direito Civil, Público e Comercial

14. Direito Administrativo, Legislação de Fazenda e Aduaneira

15. Contabilidade Prática de Escritório

- **Curso de Ciências Jurídico-Comerciais** - compreendia sete cadeiras, dividido em dois anos e considerado de nível superior.

**1º ano**

1. Geografia Comercial e Estatística. História do Comércio e da Indústria

2. Matemática Superior Aplicada ao Comércio

3. Contabilidade Mercantil comparada e Banco Modelo, Tecnologia Industrial e Mercantil

**2º ano**

4. Direito Comercial e Marítimo

5. Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade Pública
6. Direito Internacional, Diplomacia, História dos Tratados e Correspondência Diplomática
7. Inglês, Italiano e Espanhol (Ensino prático)

Os diplomados em Ciências Comerciais teriam direito ao uso do respectivo anel, constando de um aro de ouro, caduceus, decálogo e turmalina rósea e os que se diplomassem pelo Curso de Ciências Jurídico-Comerciais teriam o grau de bacharel e direito ao uso do respectivo anel, que constava de decálogo, caduceus e rubi.

**Curso de Agrimensura** - achava-se subdividido em dois cursos:

Agrimensura e Engenheiro Geógrafo. Os que completassem os dois primeiros anos receberiam o diploma de agrimensor e os que completassem o terceiro ano receberia o diploma de engenheiro geógrafo. Com as matérias as sim distribuídas:

**1º ano**

1. Geometria, Álgebra e Trigonometria
2. Física Experimental e Meteorologia
3. Química Inorgânica, Analítica e Descritiva  
1ª aula - desenho de aguadas e suas aplicações às sombras e à perspectiva

**2º ano**

4. Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal

5. Topografia, medição e legislação de terras.  
Princípios gerais de Colonização
6. Geometria Descritiva e suas aplicações às so  
bras e ã perspectiva  
2º aula - desenho topográfico. Trabalhos grã-  
ficos de topografia
- 3º ano**
7. Trigonometria Esférica. Astronomia Teórica e  
Prática. Geodésia
8. Mecânica Racional e Cálculo das Variações
9. Economia Política. Direito Administrativo e  
Estatística
10. Mineralogia. Noções de Metalurgia  
3º aula - desenho cartográfico. Construções  
de cartas geodésicas e geográficas<sup>18</sup>

O corpo docente do Instituto compunha-se de lentes catedráticos e substitutos. Eram vitalícios desde o dia de sua posse, só perdendo o lugar em virtude de renúncia expressa ou penalidade determinada pelos Estatutos. Os lentes catedráticos regiam sua cadeira, organizava o pro  
grama do seu curso, compunham mesas examinadoras de ad  
missão e Preparatórios e compareciam às sessões da Con  
gregação. Os lentes substitutos deveriam substituir os catedráticos nos seus impedimentos. A vaga do lente cate  
drático seria preenchida com a nomeação do substituto e a do lente substituto, preenchida por concurso, para isto, o diretor, cinco dias após se dar a vaga abriria em

edital, pelo jornal oficial, inscrição por sessenta dias. O concurso constava da apresentação duma Memória de valor, impressa, sobre a cadeira vaga.<sup>19</sup>

Os professores efetivos do Instituto Polytechnico:

Dr. Achilles Paulo Gallotti	Catedrático
Cir.Dent. Achylles Wedekin dos Santos	"
Dr. Alfredo Porphirio de Araújo	"
Cir.Dent. Álvaro Antunes Ramos	"
Dr. Álvaro Remígio de Oliveira	"
Prof. Américo Ferreira da Rocha	"
Dr. Américo da Silveira Nunes	"
Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna	"
Prof. Belarmino Correa Gomes	"
Dr. Carlos da Motta Azevedo Correa	"
Agr. Eduardo Pio da Luz	Substituto
Farm. Elias Nunes Lopes	Catedrático
Farm. Fernando Clepto Duarte	Substituto
Dr. Frederico Lobato	Catedrático
Eng. Frederico Selva	"
Farm. Heitor Pinto da Luz e Silva	"
Farm. Henrique Bruggmann	"
Des. Honório Hermetto Carneiro da Cunha	"
Prof. Joaquim das Oliveiras Margarida	"
Farm. Joaquim Marcelino Coelho	"
Des. João Pedro da Silva	Substituto
Des. José Arthur Boiteux	Catedrático

Prof. José Duarte Magalhães	Catedrático
Prof. José O'Donnell	"
Prof. José Pedro Duarte da Silva	"
Cir.Dent. Ricardo O'Donnell	"

Os professores licenciados do Instituto:

Eng. Décio Palmério Lopes	Substituto
Eng. Antonio Lopes de Mesquita	Catedrático
Eng. Augusto Fausto de Souza	"
Eng. Armando Alfredo Knaught	"
Eng. Cândido Gaffrê	"
Dr. Cid Campos	Substituto
Dr. Donato Mello	Catedrático
Dr. Felipe Machado Pedreira	"
Eng. Francisco Benjamim Gallotti	"
Eng. Francisco Xavier de Souza	Substituto
Dr. Henrique Rupp Júnior	"
Dr. Ivo D'Aquino Fonseca	"
Dr. Joaquim David Ferreira Lima	Catedrático
Dr. Jonas Thales de Miranda	Substituto
Dr. Marinho de Souza Lobo	"
Dr. Raul de Freitas Melro	"
Eng. Silvio Noronha	"
Eng. Waldemiro Leon Salles	"20

Apesar do corpo docente ser tão extenso, poucos eram os que, efetivamente, ministravam aulas nos diversos cursos, como a seguir mostramos.

1º ANO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO INSTITUTO POLYTECHNICO-1917

CURSOS	DISCIPLINAS	LENTE S	DIAS	HORÁR.
FARMÁCIA	FÍSICA	[ CARLOS CORREA SUBST. JONAS MIRANDA	4 <sup>as</sup> e 6 <sup>as</sup>	16 às 17 hs.
	QUÍMICA	- HENRIQUE BRUGGEMANN	3 <sup>as</sup> e Sábados	8 às 9 hs.
	HISTÓRIA NATURAL	[ CARLOS CORREA SUBST. JOAQUIM D. FERREIRA LIMA	3 <sup>as</sup> e Sábados	16 às 17 hs.
ODONTOLOGIA	ANATOMIA	[ JOAQUIM D. FERREIRA LIMA SUBST. ALFREDO P. ARAUJO	3 <sup>as</sup> e Sábados	16 às 17 hs.
	FISIOLOGIA	[ JONAS DE MIRANDA SUBST. CARLOS CORREA	2 <sup>as</sup> e 6 <sup>as</sup>	16 às 17 hs.
	HISTOLOGIA	[ RAUL MELRO SUBST. JONAS DE MIRANDA	3 <sup>as</sup> e Sábados	8 às 9 hs.
	CL. DENTÁRIA	[ ALVARO RAMOS	2 <sup>as</sup> e 4 <sup>as</sup>	8 às 9 hs.
	PRÓTESE DENTÁRIA	[ SUBST. ACHYLLES W. SANTOS ACHYLLES W. SANTOS SUBST. ALVARO RAMOS	2 <sup>as</sup> e 4 <sup>as</sup>	7 às 8 hs.
	CORRES. E TECNOLOGIA COMERCIAL	[ JOSÉ O'DONNELL SUBST. VICENTE CONILL	3 <sup>as</sup> e 6 <sup>as</sup>	7 às 8 hs.
COMÉRCIO	GEOGRAFIA COMERCIAL	[ JOSÉ BOITEUX SUBST. IVO D'AQUINO FONSECA	2 <sup>as</sup> e Sábados	7 as 8hs.
	DIREITO PÚBLICO E CONSTIT.	[ MARINHO LOBO SUBST. HENRIQUE RUPP JR.	4 <sup>as</sup>	7 às 8hs.
	FRANCÊS, INGLÊS E ALEMÃO	- ARMANDO KNAUGHT	2 <sup>as</sup> , 6 <sup>as</sup> e 4 <sup>as</sup>	18às 19hs.
	CALIGRAFIA DATILOGRAFIA	- VICENTE CONILL - GASTÃO DOUAT		
AGRIMENSURA	ARITMETICA	- SAMUEL PEREIRA		
	ALGEBRA	- SAMUEL PEREIRA		
	GEOM., TRIGON., RETILÍNEA E ESFÉRICA	- FAUSTO SOUZA		
	QUÍMICA	- HENRIQUE BRUGGEMANN		
FÍSICA	[ CARLOS CORREA SUBST. JONAS MIRANDA			
DESENHO LINEAR E AQUARELA	- FREDERICO SELVA			

Em 1932, com o propósito de se adaptar à nova legislação do Governo Provisório de 1930, no tocante ao sistema universitário, a Congregação do Instituto, após várias sessões, elaborou novo Estatuto. Quanto ao Curso de Especialização muitas modificações foram efetuadas. Os cursos de Farmácia, Odontologia e Agrimensura<sup>22</sup> foram divididos em dois períodos, intercalados com férias escolares nos meses de julho, janeiro e fevereiro. A frequência às aulas passaram a ser consideradas obrigatórias, não podendo fazer provas parciais e exames finais os alunos, cuja frequência não atingisse a dois terços das aulas dadas em cada disciplina.

A matrícula para cada curso realizou-se durante os quinze dias que precediam ao início do ano letivo que começava, geralmente, nos dezesseis primeiros dias de março. Para a matrícula, os candidatos deveriam apresentar os seguintes documentos: 1) Certificado do curso secundário fundamental de cinco anos, com adaptação didática do curso que o aluno desejasse seguir; 2) Idade mínima conforme certificado do curso secundário, de 15 a 17 anos; 3) Prova de identidade; 4) Prova de sanidade; 5) Prova de idoneidade moral e 6) Recibo do pagamento da respectiva taxa.

As mensalidades eram pagas adiantadamente, dentro dos dez primeiros dias, sendo multado o aluno que ultrapassasse esse prazo. O estabelecimento ficou obrigado a manter, gratuitamente, em seus diversos cursos, até seis

alunos indicados pelo Governo do Estado. O exame vestibular compreendia prova escrita e oral, perante uma comissão de professores organizada pelo Conselho Técnico Administrativo e eram realizados entre 19 a 25 de fevereiro.

A habilitação do aluno para promoção ao ano imediato era verificada pelas médias de trabalhos práticos ou exercícios escolares, pelas provas parciais e exames finais, havendo este último duas épocas.

Os exames finais começavam no primeiro dia útil de dezembro. Eram atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez), divididas da seguinte forma: 0 a 3 inabilitado, 4 a 6 aprovado simplesmente, 7 a 9 plenamente e 10 aprovado com distinção.

Os cursos constituíam-se de aulas teóricas e práticas, ministradas as primeiras, em salas de aula, e as teóricas, em gabinetes, laboratórios e museus.

Alguns cursos do Instituto Polytechnico foram reformulados, tais como, o Curso de Odontologia que com dois anos de duração passou para três anos. O Curso de Engenheiros Geógrafos, apesar de constar dos Estatutos não foi reconhecido pela "Reforma Francisco Campos", passando o curso outra vez a formar somente agrimensores.

A seguir transcrevemos os diversos cursos com suas respectivas cadeiras como consta nos Estatutos de 1932.<sup>23</sup>

- **Curso de Farmácia** - com duração de 3 anos letivos, compreendendo doze cadeiras:

**1º ano**

1. Física aplicada à Farmácia
2. Química Orgânica e Biológica
3. Botânica aplicada à Farmácia
4. Zoologia e Parasitologia

**2º ano**

5. Microbiologia
6. Química Analítica
7. Farmacognosia
8. Farmácia Galênica

**3º ano**

9. Química Toxicológica e Bromatológica
10. Farmácia Química
11. Química Industrial Farmacêutica
12. Higiene e Legislação Farmacêutica

- **Curso de Odontologia** - com duração de 3 anos letivos, compreendendo doze cadeiras:

**1º ano**

1. Anatomia
2. Histologia e Microbiologia
3. Fisiologia
4. Metalurgia e Química Aplicadas

**2º ano**

5. Técnica Odontológica
6. Clínica Odontológica (1ª parte)
7. Prótese
8. Higiene e Odontologia Legal

**3º ano**

9. Clínica Odontológica (2ª parte)
10. Patologia e Terapêutica Aplicadas
11. Ortodontia e Odontopediatria
12. Prótese buco-facial

- **Curso de Agrimensor** - com duração de 2 anos letivos, compreendendo dez cadeiras:

**1º ano**

1. Cálculo Infinitesimal
2. Complementos de Geometria Analítica e noções de Nomografia
3. Complementos de Geometria Descritiva. Elementos de Geometria Projetiva. Perspectiva. Aplicações técnicas
4. Física (1ª parte)
5. Desenho à mão livre

**2º ano**

6. Mecânica, precedida de elementos de cálculo vetorial
7. Topografia. Geodésia Elementar. Astronomia de campo
8. Geologia Econômica e noções de Metalurgia
9. Legislação de Terras
10. Desenho Topográfico

- **Curso de Geógrafos** - com duração de 3 anos, compreendendo vinte e uma cadeiras:

**1º ano**

1. Cálculo Infinitesimal
2. Complementos de Geometria Analítica e noções de Nomografia
3. Complementos de Geometria Descritiva. Elementos de Geometria Projetiva. Perspectiva. Aplicações técnicas
4. Física (1ª parte)
5. Desenho à mão livre
6. Química Analítica
7. Botânica Sistemática

**2º ano**

8. Mecânica, precedida de elementos de cálculo vetorial
9. Topografia. Geodésia Elementar. Astronomia de campo
10. Geologia Econômica e noções de Metalurgia
11. Legislação de Terras
12. Desenho Topográfico
13. Física (2ª parte)
14. Zoologia Sistemática

**3º ano**

15. Hidráulica Teórica e aplicada
16. Estatística. Economia Política e Finanças
17. Organização das Indústrias. Contabilidade Pública e Industrial. Direito Administrativo. Legislação

18. Foto-topografia. Técnica Cadastral. Cartografia
19. Geografia Física, Política e Econômica
20. Meteorologia e Climatologia
21. Geodésia e Astronomia<sup>24</sup>

O corpo docente era formado por:

- professores catedráticos.
- professores honorários.
- docentes livres.

O professor catedrático, desde o dia da sua posse gozaria das garantias da vitaliciedade e inamovibilidade, de que só poderia ser privado por abandono de cargo, sentença judiciária ou penalidades por lei ou prevista pelos Estatutos. Orientavam sua disciplina, faziam parte de comissões examinadoras do curso, defesa de teses, concursos para preenchimento de vagas de professor catedrático e obtenção de docência livre. Compareciam às sessões da Congregação para que fossem convocados pelo Diretor e votavam.

Seria nomeado professor honorário o profissional de notável e excepcional competência, brasileiro ou estrangeiro, que fosse eleito por voto de dois terços da Congregação.

Vagando, ou sendo criada alguma disciplina, o Diretor, a proveria interinamente e fixaria editais publicando-os pela imprensa local.

A docência livre tinha por fim ampliar, em cursos equiparados aos cursos normais, a capacidade didática do Instituto e concorrer, pelo tirocínio do magistério, para a formação do corpo de professores. O candidato à docência livre prestaria concurso de títulos e de provas semelhantes a dos professores catedráticos. Ao docente livre seria assegurado o direito de realizar cursos equiparados, substituir e colaborar com o catedrático, reger o ensino das turmas, organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e especialização relativos a sua disciplina.

No ano de 1934 funcionavam no Instituto Polytechnico somente dois cursos, o de Agrimensura e o de Farmácia. O curso de Odontologia já tinha sido fechado no final de 1932 e o curso de Comércio, ao que tudo indica, formou sua última turma no ano de 1930.

Baseando-nos em informações de ex-alunos e outros dados disponíveis, tentou-se montar um quadro dos docentes desta época, com suas respectivas cadeiras.

CURSO DE AGRIMENSURA		
ANO	DISCIPLINA	PROFESSORES
1º	<p>Cálculo Infinitesimal</p> <p>Complementos de Geometria Analítica e Noções de Monografia</p> <p>Complementos de Geometria Descritiva. Geometria Projetiva e Perspectiva. Aplicações Técnicas</p> <p>Física</p> <p>Desenho à mão livre</p>	<p>Victor A. Peluso Júnior (Substituindo o Eng. Celso Leon Salles)</p> <p>Victor A. Peluso Júnior</p> <p>Oscar de Oliveira Ramos</p> <p>Carlos Correa</p> <p>Antonio de Mesquita Filho</p>
2º	<p>Mecânica, precedida Elementos Cálculo Vetorial</p> <p>Topografia</p> <p>Geodésia, Elementos Astronomia de Campo</p> <p>Geologia Econômica e Noções de Metalurgia</p> <p>Legislação de Terras</p> <p>Desenho Topográfico</p>	<p>Victor A. Peluso Júnior</p> <p>Oscar de Oliveira Ramos</p> <p>Frederico Selva</p> <p>Haroldo Pederneiras</p> <p>José A. Boiteux</p> <p>Artur Mesquita Filho</p>

CURSO DE FARMÁCIA		
ANO	DISCIPLINA	PROFESSORES
1º	Física aplicada à Farmácia Química Orgânica e Biológica Botânica aplicada à Farmácia Zoologia e Parasitologia	Henrique Bruggmann  Henrique Bruggmann  Germano de Oliveira Carlos Correa
2º	Microbiologia  Química Analítica Farmacognosia Farmácia Galênica	Alfredo Porphirio de Araújo  Henrique Bruggmann Raimundo Santos Nelson Guerra
3º	Química Toxicológica e Bromatológica Farmácia Química Química Industrial Farmacêutica Higiene e Legislação Farmacêutica	Raimundo Santos Henrique Bruggmann  Henrique Bruggmann  João Tolentino

### 3.2.1 - CURSO DE FARMÁCIA

A primeira turma a se formar neste curso foi no final do ano de 1920. Até o término desta década, as turmas foram em sua maioria, pequenas, só mais tarde é que tiveram sua frequência aumentada. A situação dos práticos de farmácia, de modo geral, residindo no interior do Estado, foi regulada pelos Decretos Estaduais nºs 1.082, de 5 de janeiro de 1918 e 2.076, de 28 de julho de 1928. Estes decretos autorizavam a Diretoria de Higiene a baixar normas quanto a estes profissionais, estabelecendo que, após três anos ou mais de prática comprovada, por atestado passado pelo responsável legal, poderiam obter junto à Diretoria de Higiene o certificado de prático de farmácia, submetendo-se, previamente, ao necessário exame prático-oral, perante uma comissão nomeada e presidida pelo Diretor de Higiene. De posse do competente certificado, o prático obteria a necessária licença para estabelecer-se em qualquer localidade onde não existisse farmácia, e cuja preferência para tal fim não fosse requerida por farmacêutico diplomado. Essa licença concedida, subsistiria por todo o tempo, ainda mesmo que na localidade viessem a estabelecer-se profissionais titulados.

O Decreto Federal nº 20.877, de 30 de dezembro de 1931,<sup>26</sup> anulou este dispositivo da legislação estadual, pois, de conformidade com o Artigo 1º do citado decreto, para que o prático se estabelecesse em qualquer

localidade do interior do Estado, precisava provar que já estivesse estabelecido por conta própria por mais de três anos. O decreto federal não cogitou absolutamente da situação do prático auxiliar de farmacêutico, com aspirações a estabelecer-se um dia com uma pequena "botica", em um recanto qualquer do Estado. De conformidade com a lei federal, para que pudesse estabelecer-se e obter uma licença permanente ele precisaria de um atestado de prático por mais de três anos, e também, provar que estivesse estabelecido por conta própria, sem o qual ficaria eternamente manipulando drogas sem poder abrir sua farmácia.

Os direitos adquiridos pelos práticos em farmácia foram assegurados posteriormente por todas as leis federais reguladoras do exercício da profissão.

As farmácias no Estado de Santa Catarina, por esta época de 1932, encontravam-se em sua maioria, organizadas e legalizadas, possuindo farmacêuticos responsáveis, fosse pelo exame feito na Diretoria de Higiene, Faculdades reconhecidas pelo Governo Federal ou pelo Instituto Polytechnico.

Dada a facilidade com que o prático de farmácia ou de odontologia obtinha no Instituto o diploma de sua profissão, valendo-se da facilidade de poderem prestar "exames vagos", independentes de freqüência às aulas e submetendo-se somente aos exames finais, sem prestarem exame de admissão, muitos práticos substituíram o certi-

ficado passado pela Diretoria de Higiene pelo Diploma do Instituto.

O Programa do Curso de Farmácia do Instituto não foi alterado desde seu início até seu fechamento. Podia ainda o citado estabelecimento proceder ao exame de habilitação de profissionais estrangeiros conforme o Capítulo 13º, Artigos 87º, 88º, 89º, 90º e 91º, dos Estatutos de 1917. Os alunos do Curso de Farmácia além das aulas teóricas e aulas práticas nos laboratórios de química e física, praticavam também nas farmácias "Rauliveira", "Popular" e "Santo Agostinho".<sup>27</sup>

O senhor Germano de Oliveira, professor da cadeira de Botânica do primeiro ano, iniciou as aulas práticas. Fazendo-se acompanhar de seus alunos visitou o Jardim Oliveira Bello, estudando os vários espécimes de árvores ali existentes. Foi pensamento dele criar um herbário no Instituto, facilitando a aprendizagem dos alunos na manipulação de drogas.<sup>28</sup> Intenção que provavelmente não deve ter sido posta em prática, uma vez que não se tem conhecimento da realização do mesmo nos anos posteriores.

Em 1929, foi inaugurada a Farmácia do Instituto, podendo seus alunos praticarem ali e não mais nas farmácias da Capital, como até então o faziam.<sup>29</sup>

Foi fato notável no ano de 1929 a organização do Código Nacional dos Farmacêuticos, redigido pelo farmacêutico Rodolfo Albino da Silva, em vigor desde 15 de

agosto do mesmo ano.<sup>30</sup>

Em 7 de junho de 1925 foi fundada a "Associação Catarinense de Farmacêuticos, Proprietários de Farmácia e Laboratórios". Sendo sua primeira diretoria formada por professores e alunos do Instituto. Estando assim organizada:

Presidente : Prof. Heitor Luz  
 Vice-Presidente : José Augusto de Farias  
 Secretário Geral: Heitor Moura  
 Tesoureiro : João Di Bernardi

Orador: Prof. Henrique Bruggmann. Comissão de Sindicância: Eduardo Santos, Oscar Pinto da Luz e Vidal de Oliveira Dutra; Comissão Científica: Heitor Luz, Henrique Bruggmann e Ildefonso Juvenal.<sup>31</sup>

Mais tarde, em 1931, é transformada em "Associação Catarinense de Farmacêuticos". Seu diretor, naquela ocasião, Dr. Artur Gama D'Eça, solicitou à direção do Instituto uma sala para a realização das Assembléias Gerais, solenidades e discussão dos seus Estatutos,<sup>32,33</sup> tornando-se o mesmo, sede provisória da Associação.

Logo a seguir, surge o "Jornal dos Farmacêuticos", editado em Florianópolis por Ney Bruggmann da Luz.

Com o Governo Provisório de Getúlio Vargas e a Reforma no Ensino Superior, ficaram todos os Cursos de Especialização do Polytechnico sujeitos à inspeção. É no meado o farmacêutico Donato Mello para proceder a inspe-

ção preliminar no Curso de Farmácia. Sobre isto publica a República:

"Oficializado o Curso de Farmácia. Conforme telegrama publicado no "Estado de São Paulo", de 2 do corrente, sabe-se que o Conselho de Educação do Rio de Janeiro, resolveu unanimemente oficializar o Curso de Farmácia mantido pelo Instituto Polytechnico que terá inspeção preliminar".<sup>34</sup>

Em 1935 o Ministério da Educação e Saúde Pública, através da Comissão de Ensino Superior nega o pedido de equiparação solicitado e suspende a inspeção preliminar, apontando as seguintes irregularidades:

- do corpo docente de sete membros, dois apenas eram catedráticos, sendo os demais contratados;
- não foi procedido concurso para o preenchimento das vagas existentes no corpo docente;
- não foi enviado ao Conselho o "curriculum vitae" dos alunos diplomados no ano de 1934, como determinava o Decreto Federal nº 20.179, de 6 de julho de 1931;
- como também não cumpriu o Conselho Técnico Administrativo o inciso VII, do Artigo 8º do Decreto nº 23.546, de 5 de dezembro de 1933, referente à limitação das matrículas, e
- não foi enviado o regimento interno para que fosse aprovado pelo Conselho Nacional de Educação.<sup>35</sup>

E assim formou o Instituto Polytechnico, no final do ano de 1934, sua última turma do Curso de Farmácia.

CURSO DE FARMÁCIA - 3 ANOS		
ANO	FORMADOS	MATRICULADOS
1917		Emma Bruck Ernani Freysleben Otávio Martins Neves Pompílio Luz Filho Zuleima Garrido Portela <sup>36</sup>
1919	Alvaro Gevaerd Antonio Vasali <sup>37</sup>	
1920	Antonio Lemos de Farias Francisco Baptista Paraninfo: Heitor Luz Orador : Antonio Lemos de Farias <sup>38</sup>	
1921	Arnaldo Brehmer <sup>39</sup> - Alemanha (Trenwalde)	
1922	Oscar Pinto da Luz <sup>40</sup> - Tijuca	

- 1924     José Augusto de Farias  
          João Batista Di Bernardi - Santo Amaro  
          Barnabê Vieira Dutra - Florianópolis  
          Ildefonso Juvenal - Florianópolis  
          Frederico Koelling  
          Jurgens Hans Hubbe - Araranguá  
          Paraninfo: Frederico Lobato  
          Orador    : Idelfonso Juvenal<sup>41,42</sup>
- 1925     Antonio D'Acampora - Nova Veneza  
          Taurino Honório de Souza - Garopaba do Norte  
          Euclides da Silva Cascaes - Florianópolis  
          João Machado Pacheco Júnior  
          José de Freitas - Florianópolis  
          Maurina dos Reis - Itajaí  
          Nicolau Glavan de Oliveira - Florianópolis<sup>43</sup>
- 1926     Osni Silva<sup>44</sup>
- 1927     Francisco Sepetiba - Florianópolis  
          Ciro da Costa Ribeiro - Lages  
          Renato F. Mello - Florianópolis  
          Álvaro de Mello Guilhon - Florianópolis  
          José Legui - Florianópolis  
          Jorge José de Souza - Florianópolis<sup>45</sup>

- |      |   |
|------|---|
| 1928 | Hermes Sprenger - Joinville<br>Bernardo Hoepfner - Joinville<br>Raulino Horn Ferro - Florianópolis<br>Bernardino Vaz Borges - Lages<br>Norma Brande da Rosa - Laguna<br>Antonio Pilar - Áustria <sup>46</sup>   |
| 1929 | Ernesto Lacombe Filho - Rio Branco<br>Osny Pinto da Luz - Itajaí<br>Theodorico Ramos de Carvalho - Lages<br>Ney Bruggmann Pinto da Luz - Florianópolis<br>Moacir Gomes de Oliveira - Joinville<br>Walter Haufe - Blumenau<br><br>Paraninfo: Henrique Bruggmann<br>Orador : Ney Bruggmann da Luz <sup>47</sup> |
| 1930 | Jorge Schutz Júnior - Blumenau<br>Emygídio Martins de Sá<br>Laurentino Costa Ávila - Lages<br>Arthur Campos - Araranguá <sup>48</sup>   |
| 1931 | Irmãs: Hermengarda Bartels - Alemanha<br>Edwirges Wiesmann - Alemanha<br>Cunegundes Fleige - Alemanha<br><br>Romulo Ramos Borges<br>Péricles Lopes - Lages<br>Donaldo Ritzmann - Joinville  |

Oscar Joaquim Bremer - Timbõ  
 Orlando José Schaeffer - Brusque  
 Reinaldo Alves - Palhoça  
 Altino Costa - Florianópolis  
 Ivo Müller - Brusque  
 Frederico Zukowsky - Criciúma  
 Narbal Alves de Souza - Florianópolis  
 Guilherme Krieger Neto - Brusque  
 Paraninfo: Raimundo dos Santos  
 Orador : Romulo Ramos Borges<sup>49,50</sup>

1932

José Cayres Pinto  
 Nelson Di Bernardi - Florianópolis  
 Alfredo Thomsen  
 Gercino Silva - Florianópolis  
 Sadi Guimarães  
 Edmundo Taurino Amorim  
 Gregório Rubineck Netto - Itajaí  
 Paraninfo: Raimundo Santos  
 Orador : Gercino Silva<sup>51,52</sup>

1933

Carlos Alves Souza  
 Ilbe Crema  
 Ruth Becke  
 Tomaz Conrado Peressoni  
 Oscar João dos Santos  
 Leonidas André de Sã

Luiz Gonzaga Medeiros  
Carlos Henrique Medeiros  
Adolf Friedrich  
Ranulpho José de Souza  
Guilherme Gemballa  
Nadyr Fernandes  
Otávio Müller  
Arno Ravache  
Aloisio Michels  
Erich Jordan  
Luiz Bortoluzzi - Nova Veneza  
Thadeu Danielewicz Júnior  
Emilio Odebrecht  
Rudolfo Voigt  
Pedro Ivo Vaz  
Alirico Mourão  
  
Paraninfo: Raimundo Santos  
Orador : Alirico Mourão<sup>53,54</sup>

1934

Milton da Costa Carvalho  
Ubiratan Matias Leal  
Levino Berti  
Nilo Laus  
Gecy Dorval Macedo  
Carlos Hoffmann  
Pedro Bruno Lima  
Antonio Martins Valmor Ribas

Enio Dal Grande
Laercio Leal
Luis Osvaldo D'Acampora
Mario Reu
Luiz Dutra
Torquato de Motta Lima
Paraninfo: Henrique Bruggmann
Orador : Milton da Costa Carvalho <sup>55,56</sup>

### 3.2.2 - CURSO DE ODONTOLOGIA

Este curso, constituído de aulas teóricas e práticas, teve sua primeira turma formada em meados de 1919. A maioria dos que se formavam eram práticos, residindo no interior, valendo-se da prerrogativa que a lei lhes facultava, de poderem prestar "exames vagos", sem a obrigatoriedade de frequência às aulas. Entre os formados constatou-se um número bastante grande de estrangeiros, em geral oriundos da Alemanha e da Áustria que revalidavam seus diplomas e retornavam às suas cidades, de forte contingente germânico, tais como: Blumenau, Joinville, Indaial, Rio do Sul e Brusque. Outro fator a considerar sobre estes estrangeiros foi a herança cultural que traziam consigo. A prática, muitas vezes conseguida ajudando algum familiar ou conhecido no seu trabalho

diário, a mentalidade técnica de alguns emigrantes alemães que vieram após a I Guerra Mundial e mais a necessidade de se estabelecerem profissionalmente, fez com que procurassem o único estabelecimento de convergência cultural e intelectual do Estado, o Instituto Polytechnico. Órgão em que poderiam, através do "exame vago" ou revalidação, legalizar sua situação.

Dos formados, os que permaneciam em Florianópolis e exerciam a profissão, eram poucos.

Pode-se concluir que tanto o Curso de Odontologia como o de Farmácia formavam um pessoal que atendia às necessidades, principalmente, do interior do Estado. Como também, pode-se deduzir, analisando o quadro de formados, que foi dentre todos os Cursos de Especialização o mais procurado pelas mulheres.

Para a comunidade, prestou valiosa contribuição no atendimento gratuito dentário. A parte prática do curso era ministrada no Gabinete de Clínica Dentária que a Congregação do Instituto, organizou, à semelhança de outras Escolas de Odontologia existentes no Brasil e de conformidade com seus Estatutos (Capítulo XII, Artigo 849). Decidiu oferecer serviço gratuito dentário à várias entidades. Após entendimento com o Governador do Estado dirigiu ofício ao Diretor de Instrução Pública. Com o mesmo intuito foram expedidos ofícios aos órgãos da Guarnição Federal sediados aqui, tais como: 109 Bateria de Artilharia de Costa, Capitania do Porto e da Fortale-

za de Santa Cruz, Escola de Aprendizes de Marinheiros, Escola de Aprendizes e Artífices e Força Pública Estadual. Estes serviços gratuitos acarretaram grande ônus ao Instituto, que gozava, na ocasião, apenas de uma subvenção estadual de seis contos de réis.<sup>57</sup>

O Gabinete Dentário ficava inicialmente no edifício da Travessa Ratcliff, nº 41, numa das salas do andar térreo, posteriormente no prédio da Avenida Hercílio Luz, também no térreo, primeira sala à direita de quem entrasse. O material necessário para clínica não era encontrado aqui e, para tanto, deslocava-se até Curitiba, a fim de comprá-lo, um dos seus professores, em geral Achilles Wedekin dos Santos.<sup>58</sup>

No primeiro ano de funcionamento do Instituto, a clínica dentária atendeu até 10 de julho de 1917, 125 pessoas, no período matutino. A partir de 1919, houve dois turnos, matutino e vespertino, sendo seus responsáveis os cirurgiões-dentistas João Mariano dos Santos e Judith Diniz, respectivamente.

As pessoas atendidas registravam-se num livro especial de consultas, alcançando no final de 1921, 753 atendimentos. Em 1929 este atendimento bifurca-se. Para os reconhecidamente pobres que continuariam a ter assistência gratuita e total e para os clientes particulares que sã pagariam o material empregado nos trabalhos realizados.<sup>59</sup>

Em 1922, como reflexo talvez, das turmas forma-

das no Curso de Odontologia junto à comunidade, foi publicada uma nota ao público em geral. Através dela tabelou-se os serviços dentários, tendo em vista, como dizia a nota, as condições modestas de grande parte das pessoas que mais necessitavam desses serviços.<sup>60</sup>

Outra influência que podemos constatar foi a organização do "Sindicato de Cirurgiões-Dentistas" com a participação de ex-alunos do Instituto. Foi fundado em 1932, funcionando à rua Felipe Schmidt, onde mais tarde foi construído o prédio do Lux Hotel. Sua primeira diretoria foi: presidente: Luiz da Costa Freysleben; secretário: Arnaldo Suarez Cúneo; tesoureiro: Nestor Carpes. Funcionou até 1937, quando fechou para transformar-se em Associação.<sup>61</sup>

Na tentativa de se adaptar às novas condições da Reforma do Ensino, (Decreto Federal nº 19.852, de 11 de abril de 1931) a direção do Instituto pensou em reaparelhar o Curso de Odontologia a fim de pleitear inspeção preliminar, ampliar de dois para três anos o seu currículo e solicitar junto ao Ministério da Educação e Saúde o seu reconhecimento. Em resposta a esta solicitação, recebeu o senhor Cândido Ramos despacho do Ministro Francisco Campos negando o seu pedido.<sup>62</sup>

Algumas crises internas surgidas no Instituto, no final de 1932, vão ensejar fatos que marcaram profundamente a continuidade do estabelecimento tais como:

- renúncia do diretor do Instituto Polytechnico, Des. Heráclito Carneiro Ribeiro;
- o período de interventoria a que esteve sujeito o estabelecimento de 14 de dezembro de 1932 a 14 de agosto de 1933, e
- o conseqüente fechamento do Curso de Odontologia, em 1932, ao formar sua última turma.

Os motivos que levaram a estas medidas drásticas resumiremos a seguir.

Procedente de Rio do Sul chegou a esta Capital Guilherme Koeddermann, que como Ricardo Berndte são suspeitos de terem registrado diplomas falsificados na Diretoria de Higiene. Foi constituído inquérito policial para apurar os fatos. No dia 16 de novembro de 1932, o delegado da Capital com ordem do Chefe de Polícia encaminhou relatório à imprensa sobre o caso dos diplomas falsos.

Encerrava o processo alguns itens relevantes:

- implicação de funcionários e alguns professores na concessão de diplomas no Curso de Odontologia;
- enquadramento dos senhores: Álvaro Ramos, Paulo Nohl e Argemiro Gandra nos Artigos: 252º, parágrafo 2º, combinado com os Artigos 254º e 338º parágrafo 5º do Código Penal da República, bem como Ricardo Berndte e Guilherme Koeddermann

no Artigo 253º, parágrafo 3º do citado Código;  
- envio dos autos ao Juiz de Direito da 2ª Vara da Capital.<sup>63</sup>

O Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas manifestou-se condenando o procedimento da direção do Instituto quanto à abertura de matrícula por tempo indeterminado, após encerramento do ano letivo, violando frontalmente o Artigo 107º dos Estatutos de 1932 deste órgão. Condenou a participação de pessoas envolvidas no escândalo e que pertenciam à banca examinadora e resolveu eliminar do seu quadro alguns professores pertencentes ao Curso de Odontologia.<sup>64</sup>

Colaborando com o Sindicato, a comunidade através da imprensa, interrogou sobre a passividade da Diretoria e da Congregação do Instituto que não instaurou inquérito administrativo para apurar quais os funcionários e professores implicados no caso. Comentou-se a renúncia do diretor Des. Heráclito Carneiro Ribeiro, alegando que o mesmo não quis compactuar com tais irregularidades. Levantaram-se duas hipóteses: 1) Quem responderia pela direção? 2) os que ficassem pretendiam corrigir os erros ou manter o "statu quo" da ilegalidade?

Comentou-se que o Governo do Estado e o Ministério da Educação diante das arbitrariedades, suspenderiam a subvenção, que fatalmente redundaria no fechamento do

Instituto e no prejuízo dos alunos. Questionou-se que Guilherme Koeddermann não poderia ser matriculado porque: 1) Segundo o que preceituava o Artigo 107º dos Estatutos do Instituto "a matrícula para cada curso se realizará durante os 15 dias que precede o início do período letivo; 2) Estando ele envolvido no inquérito policial não podia obter a prova de idoneidade moral exigida no ato da matrícula (Artigo 109º, parágrafo V do mesmo Estatuto)".<sup>65</sup>

Os estudantes dos Cursos de Farmácia e Agrimensura elaboraram nota oficial protestando contra os escândalos ocorridos no Curso de Odontologia, agravados com a atitude assumida pela maioria da Congregação e alguns elementos da diretoria. Responsabilizaram muitos dos professores catedráticos, membros da Congregação no caso das matrículas irregulares e lembraram as infrações às Leis e Regulamentos do Instituto.<sup>66</sup>

A convite do Interventor Interino, no dia 12 de dezembro de 1932, a diretoria e professores do Instituto, vão a Palácio tratar da passagem do estabelecimento para o Governo do Estado pelo espaço de cinco anos.

José Boiteux é nomeado, pelo Interventor, diretor do Instituto Polytechnico.<sup>67</sup> Logo em seguida mandou reabrir o Gabinete Dentário para atendimento às pessoas pobres, ficando sob a responsabilidade do cirurgião-dentista Antonio Silva.<sup>68</sup> O cirurgião-dentista Arnaldo Suarez Cúneo requer concurso para docente livre, corren-

do sua petição os trâmites legais. Assumiu a cadeira de Prótese Dentária, com a defesa de tese O ARTICULADOR ANATÔMICO DE SNOW E SUA TÉCNICA.<sup>69</sup> Até meados de 1933 vêm-se editais publicados nos jornais da Capital de funcionamento do Curso de Odontologia. A partir de 19 de julho de 1933, nada mais foi publicado sobre este curso.

Formou o Instituto quatorze turmas, sendo a menos numerosa a de 1930 e a mais numerosa a de 1932, a última.

CURSO DE ODONTOLOGIA - 2 ANOS		
ANO	FORMADOS	MATRICULADOS
1917		Ary B. Machado João Mariano Santos Júnior Judith Diniz Paulina Elvira Portella Cecília de Macedo José Diniz Marietta Bastos Justiniani <sup>70</sup>
1919	Achyles Wedekin dos Santos Ary Bittencourt Machado João Mariano dos Santos Júnior Judith Diniz Paulina Portella	

	Paraninfo: J. D. Ferreira Lima Orador : Ary B. Machado <sup>71</sup>
1920	Arno Marquardt Ulysses Xavier Neves Alfredo Correa de Oliveira Júlio Cantizano Eudacio Soares Correa de Oliveira Carlos Jorge Freysleben Paraninfo: Álvaro Ramos Orador : Alfredo Correa de Oliveira <sup>72</sup>
1921	Carlos Gonçalves Assumpção Carlos Henrique Krieger João José Cupertino de Medeiros Luiz da Costa Freysleben <sup>73</sup>
1922	Carmem Cribari Cássio da Luz Abreu Edith Carlota Goeden Gabino Álvaro Motta - Espírito Santo Paraninfo: Alfredo Porphirio Araújo Orador : Cássio da Luz Abreu
1923	Cid Barreto - Blumenau Guido Paulo Kaestner - Blumenau José Pinto Varella Júnior - Laguna

- Ricardo Witte - Blumenau  
 Rodolfo Neumann  
 Walter Karmann - Joinville  
 Gil Ungaretti - Rio Grande do Sul  
 Paraninfo: Achilles Gallotti  
 Orador : José Pinto Varella Júnior<sup>75</sup>
- 1924 Fernando Clepto Duarte - Minas Gerais  
 Ivo Mosimann - Brusque  
 Arnaldo Suarez Cúneo - Florianópolis  
 Frederico Struve - Blumenau  
 Gaudêncio Antonio de Campos - Tijucas  
 Jorge Ernesto Trinkes - Joinville  
 Max Morgenstern - São Bento<sup>76,77</sup>
- 1925 Albapeva Monteiro Arroxelas - Sergipe  
 Richard Jung - Blumenau  
 Alvino Guenther - Blumenau  
 Eurich Karmann - Joinville  
 Osni Silva - Florianópolis<sup>78</sup>
- 1926 Orlando Filomeno  
 Ervino Swarowski - Joinville  
 Yolanda Figueiredo  
 Zoroastro Baptista Firme - Estado do Rio  
 Edgar Bastos Araújo  
 Francisco Coleho - Tijucas

Ernesto Mauricio Arndt - Alemanha

Paraninfo: Alfredo Porphirio Araújo

Orador : Edgar Bastos Araújo<sup>79,80,81</sup>

1927 José Alvino da Cunha - Blumenau

Raul Schmidlim - Joinville

Francisco Dorigatti - Blumenau

Antenor de Moraes - Rio Grande do Sul

José Candido de Borba - Florianópolis<sup>82</sup>

1928 Bento Callado

Eurico Adam - Blumenau

José Fernando Krieger - Brusque

Mário Fernando D'Acampora - Florianópolis

Orlando Valente - Lages<sup>83</sup>

1929 Julio Agostinho Vieira - Florianópolis

Waldir Grisard - Florianópolis

João Carlos Mello Sobrinho - Florianópolis

Paulo Baus - Alemanha

Henrique Holzinger - Áustria

Francisco Holzinger - Áustria

José Mauricio Friederich - Rio Grande do Sul

Guilherme Griebeler - Rio Grande do Sul

Ricardo Hocheitmer Sobrinho - Blumenau

José Dorigatti - Blumenau

Eurico Kluge - Blumenau

- Theodoro Moser - Blumenau
- Paraninfo: Ary Bittencourt Machado
- Orador : João Carlos de Mello Sobrinho<sup>84</sup>
- 1930 Hermann Beck Júnior - Blumenau
- Camilo Albuquerque<sup>85,86</sup>
- 1931 Guaracy Amaury dos Santos - Florianópolis
- Zélia Fernandes - Florianópolis
- Nestor Carpes - Florianópolis
- Ernani Sayão dos Santos - Estado do Rio
- Orly Machado Furtado - Lages
- Frederico Zukowsky
- Slavonier Félix Werpachowski - Polônia
- Argemiro Gandra - Florianópolis
- Paulo Nohl - Alemanha
- Paraninfo: Álvaro Ramos
- Orador : Zélia Fernandes<sup>87,88</sup>
- 1932 Gerhard Ziesche - Joinville
- Frederico Kuerten - Braço do Norte
- Fausto Caminha - Rio Grande do Sul
- Américo Silveira D'Avila - Florianópolis
- Nilo Vieira Furtado - Lages
- Adalberto Klintwort - Blumenau
- Ehrenfried Gern - Campo Alegre
- Eurico C. Mallon - São Bento

Arthur Largura - Blumenau  
Victor Jensen - Itoupava Central  
Gustavo Bittencourt Silveira - Florianópolis  
Adolfo Ernesto Fischer - Joinville  
Ugo Bortoluzzi - Nova Veneza  
Antonio Nuernberg Filho - Nova Veneza  
Olivério Nuernberg - Nova Veneza  
Abdias Ribeiro Waltrick - Lages  
Otávio Rafaelli - Lages  
Roberto Mueller - Florianópolis  
Emílio Martins - Indaial  
Elias Bacha - Araranguá  
Emílio Neis - Rio Grande do Sul  
Guilherme Paulo Carlos Klein - Joinville  
Rita Medeiros Varella - Tubarão  
Zoraida Cunha das Neves - Florianópolis  
Gertrudes Lepper - Joinville  
Reinhard Ettel - Alemanha  
Danilo Caminha Bessa - Florianópolis  
Acylio Acácio Pereira Pires - Nova Trento  
Pery Camisão - Florianópolis  
Antonio Silva - São Paulo  
Helmuth Probst - Blumenau  
Darcy Rodrigues Ungaretti - Rio Grande do Sul  
Jorge Moura - Florianópolis  
Lothário E. Klaumann - São Bento  
Victor Schroeder - Indaial

Arnaldo Otto Schulz - Joinville

João M. Jorge - Florianópolis

Hugo Haverroth - Capivary

Affonso Marcos Reuter - Rio do Sul

Arcângelo Vicentin - Blumenau

Rodolfo Klava - Criciúma

Leopoldo Ohde - Joinville

Eduardo Monnich - Alemanha

Emílio Alfredo Sussmann - Alemanha

Ernst W. Habermann - Alemanha

Heinrich Zimmermann - Alemanha

Zilã de Oliveira Barbosa - Florianópolis

Zoraide da Silveira - Campo Alegre

Ilse Kreiling - Florianópolis

Anna Luise Raacker - Alemanha

Mauricio Moreira da Costa Lima - Estado do Rio

Paraninfo: Ary Bittencourt Machado

Orador : Mauricio M. Costa Lima<sup>89</sup>

A reconstituição das turmas do Curso de Odontologia e de Farmácia foi uma empresa difícil e árdua, pois todo o arquivo pertencente ao Instituto, segundo carta do Dr. Ivo D'Aquino, de 12 de junho de 1956<sup>90</sup> foi enviada ao Ministério da Educação. Pela impossibilidade de, até o momento, não se ter localizado o referido arquivo, teve-se que recorrer a diversas fontes de pesquisa. Não sendo possível, por este motivo, retratar fielmente todas as turmas formadas.

Os exames para os Cursos de Odontologia e de Farmácia basicamente dividiam-se em quatro tipos: os de admissão, habilitação, revalidação e os chamados "exames vagos".

Para os exames de admissão exigia-se a comprovação dos Preparatórios completos ou certificado passado por Colégios equiparados ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Os exames de habilitação eram permitidos a todos os práticos, quer cirurgiões-dentistas, quer farmacêuticos, brasileiros, com comprovada prática na profissão. Os exames de revalidação eram exclusivos para os estrangeiros que quizessem exercer sua profissão no Brasil, ou brasileiros formados em outros lugares que quizessem reconhecer seu diploma para poderem trabalhar livremente. Quanto aos "exames vagos", não se exigia frequência às aulas, submetendo-se o candidato, somente, a exames finais, perante uma banca de professores.

De acordo com o Capítulo 13º, Artigos 87º, 88º,

899, 909 e 919 dos Estatutos de 1917 do Instituto, profissionais estrangeiros graduados que quizessem ter seus diplomas reconhecidos, deveriam, mediante apresentação, de alguns documentos comprobatórios prestar exames perante uma banca examinadora composta de três lentes e presidida pelo diretor do Instituto. Os exames constavam de uma arguição e exercício prático, em duas etapas, com intervalo não menor de três dias. Conseguiu-se junto ao Departamento de Saúde Pública - Serviço de Fiscalização do Estado, antiga Diretoria de Higiene, órgão que registrava os diplomas, levantar algumas revalidações (como eram chamados estes exames). Talvez a lista que segue esteja incompleta devido à grande dificuldade que se encontrou para obtenção destes dados.

Ernesto Chinger - Alemanha

26.09.1923 - Departamento de Saúde Pública - Livro 02, p.95

Ricardo Kempler - Munich - Alemanha

15.07.1925 - Livro 03

Theodor Weber - Hannover - Alemanha

Livro 03

Johan Zippel - Kiel - Alemanha

Jornal "O Estado", Florianópolis - 13.03.1931 p. 30

Jorge Fritz - Alemanha

"República", Florianópolis, nº 115 - 13.03.1931

### 3.2.3 - CURSO DE AGRIMENSURA E ENGENHEIROS GEÓGRAFOS

A primeira turma de agrimensores a se formar foi no início do ano de 1919, na presença de vários lentes do Instituto e autoridades da Capital.<sup>91</sup> Já por volta de 1921, a mão de obra formada encontrava-se aproveitada pelo Governo do Estado.<sup>92</sup>

O engenheiro Francisco de Souza parainfando a turma de 1920, diz em seu discurso:

"O Curso de Agrimensura é feito no nosso Instituto em dois anos, porém, parece-me que devemos cuidar de aumentá-lo para três, podendo desse modo certas matérias serem lecionadas com mais vagar, e portanto, com mais proveito para os alunos, aliando-se ao ensino teórico, que lhes administramos atualmente, o ensino prático".

No entanto, só em reunião da Congregação realizada em 1923<sup>93</sup>, através de proposição do Des. José A. Boiteux, foi transformado o Curso de Agrimensura para o de Engenharia, formando engenheiros geógrafos. Baseava-se o novo programa na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com três anos letivos. Todos os agrimensores, formados desde 1919, de acordo com uma publicação interna do Instituto, podiam matricular-se no terceiro ano do Curso de Engenheiros Geógrafos.<sup>94</sup> E a partir de 1924 formaram-se sucessivas turmas de engenheiros geógrafos, surgindo ao mesmo tempo, presumivelmente, o Curso Anexo. O Curso de Engenheiros Geógrafos requeria do candidato um conhecimento bem mais amplo em matemática e desenho geométrico,

do que o Curso de Agrimensura. A matrícula era concedida a quem tivesse os "Preparatórios" específicos, entretanto, para o Curso de Engenheiros Geógrafos exigiam-se ainda os "Preparatórios" das disciplinas que constituíam o Curso Anexo. Este curso com duração de um ano nasceu em função desta necessidade, e compunha-se das cadeiras: matemática (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria) e desenho geométrico, ministradas pelos professores Eduardo Pio da Luz e Antonio Lopes de Mesquita, respectivamente.<sup>95</sup>

A acolhida por parte dos acadêmicos, ou já formados em Agrimensura, foi enorme, pois assim podiam eles completar ainda mais seus conhecimentos. Além da teoria, aliou-se um estudo eminentemente prático, orientado por um corpo docente dos melhores o que foi decisivo para a formação de ótimos profissionais, aproveitados dentro e fora do Estado.

Com o prévio assentimento do Dr. Abelardo Luz, Superintendente Municipal, mediante solicitação do Prof. Oscar de Oliveira Ramos, regente da cadeira de Topografia, os alunos iniciaram trabalhos práticos em diversos locais da Capital. Trabalharam no acesso<sup>96,97</sup> que ligaria mais tarde a Ponte Hercílio Luz à Avenida Rio Branco. Fizeram o levantamento de baías e cartas hidrográficas de várias localidades do Estado, assim como, no nivelamento e perfil do Largo 13 de Maio até o Bairro da Prainha.<sup>98</sup> Sob a orientação do Prof. Portilho Bastos, os

alunos visitaram várias indústrias da Capital, tais como: a do senhor Rodolfo Rhein, à rua Álvaro de Carvalho, assistindo a fundição de ferro, a Casa Hoepcke e Cia., à rua Conselheiro Mafra, onde através do engenheiro Willy Hoffmann, responsável pelo departamento de máquinas, tiveram uma sucinta explanação sobre a maquinaria existente.<sup>99</sup>

As aulas práticas não pararam aí, trabalharam ainda no levantamento da Avenida Hercílio Luz, plantas, projetos de casa, construção de passeios, demarcações de terras em Barreiros, mas foi principalmente, no setor de estradas de rodagens que os profissionais agressos do Curso de Engenheiros Geógrafos foram mais aproveitados.

A demanda para os Cursos de Agrimensura e Engenheiros Geógrafos foi diferente da dos Cursos de Farmácia e Odontologia, cujo maior contingente provinha do interior. Para os dois primeiros cursos, os candidatos eram em geral de Florianópolis.

Encontraram os engenheiros geógrafos fácil colocação junto à Inspetoria de Estradas e Rodagens, e, mais tarde, em 1932, na Diretoria de Terras e Colonização. Esta situação se manteve até a Reforma do Ensino Superior, implantada no início do Governo Provisório em 1930. Com a regulamentação das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, através do Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933,<sup>100</sup> o Curso de Engenheiros Geógrafos não foi reconhecido. Mas dada a carência de enge-

nheiros formados no Estado, os antigos profissionais com muitos anos de experiência foram aproveitados pelos dois órgãos governamentais acima citados e mais tarde pelo Departamento de Estradas e Rodagens nas Residências, espalhadas pelo interior do Estado.<sup>101</sup>

CURSO DE AGRIMENSURA - 2 ANOS		
ANO	FORMADOS	MATRICULADOS
1917		Francisco Ludgero Furtado Augusto Fausto de Souza Júnior Celso Almeida Coelho Carlos Otaviano Seara Constantino Selva Jorge Gallois Nestor Gonçalves <sup>102</sup>
1919	Augusto Fausto de Souza Júnior Carlos Otaviano Seara Constantino Selva Jorge Gallois Nestor Gonçalves  Paraninfo: Fúlvio Aducci Orador : Carlos O. Seara <sup>103</sup>	

- |      |  |
|------|--|
| 1920 | Antonio Selva<br>João Monteiro<br>Mário Machado<br>Pedro Almeida Gonçalves<br>Paraninfo: Francisco Xavier de Souza<br>Orador : Mário Machado <sup>104</sup>  |
| 1921 | Gentil Barbato.<br>José Nicolau Born<br>Juvenal Bráulio Bacellar<br>Pedro Estanislau da Silva Medeiros <sup>105</sup>  |
| 1922 | Nicolau Peressoni<br>João Francisco Regis (II época)<br>Paraninfo: José A. Boiteux <sup>106</sup>  |
| 1923 | Pedro Paulo Sanford<br>Renê Deeke<br>Acir Bruggmann Pinto da Luz<br>Luiz M. Vasconcellos<br>Acy de Freitas<br>Levy Linhares da Silva<br>Nazareno Davidoff Lessa<br>Orlando F. Taulois<br>Risoletto Barata de Azevedo |

João A. de N. Guilhon
Euclides Piracuruca
Paraninfo: Frederico Selva
Orador : Nazareno Davidoff Lessa <sup>107,108</sup>

**PRIMEIRA TURMA FORMADA DO CURSO DE ENGENHEI  
ROS GEÓGRAFOS<sup>109</sup> - 3 ANOS**

1924	Álvaro Tavares da Cunha Mello José Nicolau Born Nicolau Peressoni Jorge Gallois João Batista Natividade João Francisco Regis Paraninfo: Portilho Bastos Orador : Álvaro Tavares da Cunha Mello <sup>110</sup>
1925	José Piracuruca Acy Freitas Levy Linhares Mauro Vasconcellos <sup>111,112</sup>
1926	Bráulio Jacques Dias Irenio Barbosa João Marinho Raimundo Rothshal

	Hugo Mund
	Luiz Alves Souza
	Parainfo: Celso Leon Salles
	Orador : Irenio Barbosa <sup>113</sup>
1927	Sebastião Coelho
	Arthur Mambini Filho
	Haroldo Luz
	Axel Leconte <sup>114</sup>
1928	Duarte Pedra Pires
	Vitor Antônio Peluso Jr.
	Henrique Fialho
	Joel Vieira de Souza
	Camillo Albuquerque
	Parainfo: Celso Leon Salles
	Orador : Vitor A. Peluso Jr. <sup>115</sup>
1929	Pedro Almeida Gonçalves
	Arthur Ulbricht
	José Maria Torres de Miranda
	Mário Dias da Cunha
	Parainfo: Frederico Selva
	Orador : José Maria Torres de Miranda <sup>116</sup>
1931	Manoel Donato da Luz

	Paraninfo: Vitor A. Peluso Jr. <sup>117</sup>
1932	Alceu Carneiro da Cunha Sezafredo Blaschke Salvador Poeta Paraninfo: Carlos Correa <sup>118</sup>
1933	Carlos Büchele Júnior Erich Goettmann João Severiano Waltrick Otaviano Osório Silveira José Paulo Vaz Sebastião da Silva Furtado Jaime Barbosa Varella Neri Waltrick <sup>119</sup>

**CURSO DE AGRIMENSURA<sup>120</sup> - 2 ANOS**

1932	José Paulo Vaz João Severiano Waltrick Carlos Büchele Júnior Paraninfo: Annes Gualberto Orador : Carlos Büchele Júnior <sup>121</sup>
1933	Felix Paulo Laux Alberto Meyer Leôncio Renault de Castro Paraninfo: Celso Leon Salles <sup>122,123</sup>
1934	Eurico Couto Ildefonso Linhares Paraninfo: Germano de Oliveira Orador : Ildefonso Linhares <sup>124</sup>

### 3.2.4 - CURSO DE COMÉRCIO

Para se habilitar ao Curso de Comércio, o candidato deveria provar idade mínima de 12 anos, possuir certidão de aprovação dos exames de admissão ou primeira série de ginásio oficial equiparado ou ainda possuir diploma de complementarista.

De todos os Cursos de Especialização do Instituto, foi o de Comércio que teve maior número de inscritos no ano de 1917. Entretanto, não se conseguiu apurar, pelas fontes pesquisadas, nenhum formando daqueles que se matricularam. Somente no final de 1920 que se encontrou o primeiro guarda-livros formado pelo Instituto. Como complementação a este curso, funcionou anexo o Curso de Datilografia.

Com o intuito de melhor atender a seus alunos, o horário das aulas, a partir de 1924, passou a funcionar em dois períodos, matutino e noturno. A grande maioria dos que se candidatavam a este curso eram de Florianópolis. Alguns já ligados ao comércio, direta ou indiretamente, e outros às Repartições Públicas. O fiscal estadual foi o senhor Américo da Silveira Nunes.

Através da Lei nº 1.453, de 4 de setembro de 1923, o presidente do Congresso Representativo de Santa Catarina, dispensou os diplomados em Ciências Comerciais pelo Instituto Polytechnico, do concurso para o cargo de 4º Escriurário do Tesouro do Estado.<sup>125</sup>

Mas a mesma medida protetora não podia ser tomada em relação aqueles que estivessem ligados ao comércio. Estes teriam de competir com elementos formados por outras Escolas de Comércio da Capital, como por exemplo o Curso Prático de Comércio, criado em 31 de dezembro de 1918, bem estruturado, mantendo uma regular correspondência com o Curso Comercial de Curitiba, Escola Alvares Penteado de São Paulo e Academia de Comércio do Rio de Janeiro, além do que, reconhecido pelo Governo Federal muito antes de qualquer tentativa neste sentido por parte do Instituto Polytechnico.<sup>126,127</sup>

A grande demanda que se verificou junto ao Curso de Comércio do Instituto, não se repetiu nos anos subsequentes a 1917. Formaram-se pequenas turmas e com grandes lacunas entre uma e outra.

Das pessoas entrevistadas a queixa comum era a baixa remuneração financeira para os guarda-livros, a não observância da regulamentação da lei, o desnivelamento de salário entre os profissionais habilitados e os não habilitados, horário de aulas que dificultava aqueles que trabalhassem durante o dia e tivesse que estudar à noite e ainda o sistema de transporte muito precário na ocasião para os que quisessem retornar às suas residências após às aulas.

De todos os cursos do Instituto, foi o de Comércio o primeiro a fechar suas portas. Ele foi incorporado, no final de 1929, à Escola Prática de Comércio, com

o nome de Centro Popular, à rua Visconde de Ouro Preto, esquina com a rua Anita Garibaldi. Em 1931 pelo Decreto Federal nº 20.158, de 30 de junho de 1931, adaptando-se à Reforma de Ensino Federal, passou a se denominar Escola Prática de Comércio de Santa Catarina. Em meados de 1934, voltou novamente à Avenida Hercílio Luz, nº 47, passando a chamar-se Escola Técnica de Comércio de Santa Catarina, ali continuando até os dias de hoje, com a denominação de Academia de Comércio de Santa Catarina, em função da Lei de Acumulação, como Instituto Livre de Ensino Isolado.<sup>128</sup>

CURSO DE COMÉRCIO - 3 ANOS		
ANO	FORMADOS	MATRICULADOS
1917		Aldo Linhares Ataliba Vara Brasil Jorge Gallois Lauro Souza Mário Moura Constantino Selva Ernesto de Souza Medeiros João Batista da Costa Pereira Agenor Cardoso Alberto Muller Euclides Gentil Roberto Schleip <sup>129</sup>

1920	Carmem Barbosa
1923	José Barzan Celso Honório de Souza Theodoro Ligocky Paraninfo: Américo Rocha Orador : Celso Honório de Souza <sup>131,132</sup>
1924	Afonso Lemhkuhl <sup>133</sup>
1925	Olga Barbosa Acari Perfeito da Silva <sup>134</sup>
1928	João Correia José Jaime Vieira Rodrigues Paraninfo: José Pedro Duarte Silva <sup>135</sup>
1929	Zedar Perfeito da Silva Charles Edgar Moritz Jacinto Ávila da Luz Paraninfo: Herondino Ávila Orador : Zedar Perfeito da Silva <sup>136</sup>
1930	Max Moonn Antonio Mendonça <sup>137</sup>

## CURSO DE DATILOGRAFIA

Da necessidade de formar pessoal qualificado para as repartições públicas e como complemento para o Curso de Comércio, surgiu o Curso de Dactilografia, um pouco mais tarde que os de Preparatórios e de Especialização.

Sua efetiva organização deu-se em reunião da Congregação no dia 15 de dezembro de 1919, formando neste ano sua primeira turma.<sup>138</sup>

Faziam parte da banca examinadora os professores: José Pedro Duarte da Silva, presidente; Armando A. Kanught, Frederico Selva e Alayde Vera do Livramento.

Foram classificados nesta primeira turma, com as seguintes notas:

Isolina Paiva	- 8
Adalgisa Bonassis	- 6
Etelvina Cabral	- 6
Dorotea Bezerra	- 5
Eglantina Oliveira	- 4,6
Hilda Mancelos	- 4,3
Reprovadas, 2	<sup>139</sup>

A prova consistia em três partes: 1) O abecedário escrito em duas linhas; 2) Uma carta comercial e 3) Cópia de um trecho literário.

Sobre os datilógrafos, o jornal "O Estado" pu-

blicou:

"O serviço de datilografia nas Repartições.

O Governo do Estado resolveu que a começar de primeiro de janeiro do próximo ano, datilógrafo algum seja admitido sem que apresente título de habilitação.

Essa medida é extensiva aos que não estando atualmente diplomado, se acham servindo no Gabinete Presidencial e nas diversas repartições subordinadas às duas Secretarias de Estado".<sup>140</sup>

A diplomação revestia-se com certa solenidade como se conclue com a de 1920, onde a entrega dos diplomas foi no Edifício da Municipalidade, sendo paraninfo José A. Boiteux e Joaquim David Ferreira Lima. O Curso no início era dirigido pela Srta. Alayde Vera Livramento, datilógrafa da Secretaria da Fazenda e diplomada pela Escola Velox, mais tarde, através de concurso, a direção passou para a Srta. Terezinha Fialho, também da Secretaria da Fazenda.

As aulas eram ministradas às segundas, quartas e sexta-feiras, das 15:30 horas em diante.<sup>141</sup>

As aulas tinham início a 1º de abril, a taxa de matrícula era de 10\$000 e a mensalidade de 5\$000, sendo o pagamento efetuado nos dez primeiros dias de cada mês.<sup>142</sup>

Sabe-se, com certeza, que até início de 1930, o Curso de Datilografia funcionou com regularidade.<sup>143,144</sup>

Entretanto, somente se conseguiu a relação dos diplomados até 1922, como a seguir relacionamos:

CURSO DE DATILOGRAFIA	
ANO	DIPLOMADOS
1919	Olindina Ávila Áurea Nocetti Eglantina Firmo Oliveira Etelvina Cabral Adalgisa Bonassis Dorothea Bezerra Gillete Conceição Joaquina Firmo de Oliveira Áurea Oliveira Isolina Paiva Maria N. Garcia Hilda Mancellos
1920	Armia Horn Maria Ana Correa Maria Exaltina Meyer Thereza de Concilio Zilda Moellmann Selmira de Santa Ritta Julieta Sabino Odete Maria do Livramento Clara Seara Elly Kegel

Dulce Nunes Cunha  
Emerentina Delfina dos Passos  
Laura Demoro e Oliveira  
Lucia da Gama Carmargo Schumann  
Emma Damiani  
Jorge Thomsen  
Afonso Thomsen  
Jocelina Cardoso  
Olga Boppré  
Rosinha Fredigo  
Silvia Dacia Miranda  
Emerinda Duarte Silva  
Eulina Martins  
Alayde Bittencourt Silveira  
Carolina Meyer  
Alayde Martins  
Armélia Monteiro  
Sybilla Henriqueta dos Passos  
Maria Antonieta Sepetiba  
Letizia Bavasso  
Tecla Verge  
Zilda Santos  
Emílio Thomsen  
Antônio Joaquim Jacinto

1921  
Maria das Dores Moura  
Maria Amélia Juracy Oliveira

Olga Tzelikis  
Nadyr Santos Money  
Eulália Cardoso  
Frutuosa Oliveira  
Olga Oliveira  
Angelina Bianchini  
Clara Secco  
Hosanna Cunha  
Carolina Luz  
Maria Gomes Mendes  
Helena Teixeira  
Alypia Lyra  
Maria Paula Andrada  
Maria Lourdes Oliveira  
Nair Livramento  
Maria das Dores Póvoas  
Maria Alzira Roque  
Nila Pichring  
Maria Greenhalgh Cabral  
Olga Secco  
Francisca Linhares  
Autidia Gomes Mendes  
Maria Antonieta Neves  
1922 Marieta Carreirão  
Carolina Meireles  
Eutychia de Souza Cardoso

Joventilha Celestina Bento
Iracema Carreirão
Collecta Livramento
Maria Azevedo Correa
Nair Duarte Cabral
Julietta Netto
Alexandrina Julia Moreira <sup>145</sup>

Encontrou-se no jornal a "República" uma nota expedida pelo Instituto Polytechnico, em fins de 1934, informando o número total de formados por Cursos, que transcrevemos abaixo:

"Formou até hoje:

Agrimensores	-	29
Farmacêuticos	-	95
Cirurgiões-Dentistas	-	126
Engenheiros Geógrafos	-	41
Total...		291

Formados de acôrdo com a Lei nº 1.169, de 19 de outubro de 1917, desempenhando atividades profissionais nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo".146

INSTITUTO POLYTECHNICO						
QUADRO GERAL DOS FORMADOS PERÍODO: 1919 - 1934						
FORMADOS ANOS	C U R S O S					TOTAL FORMADOS
	FARMÁCIA	ODONTOLOGIA	AGRIMENSOR	ENG. GEOGR.	COMÉRCIO	
1919	2	4	5	—	—	11
1920	2	6	6	—	1	15
1921	1	4	2	—	—	7
1922	1	4	2	—	—	7
1923	—	8	11	—	3	22
1924	6	7	—	6	1	20
1925	7	5	—	4	2	18
1926	3	7	—	6	—	16
1927	6	5	—	4	—	15
1928	5	5	—	5	2	17
1929	6	13	—	4	3	26
1930	3	2	—	—	2	7
1931	14	9	—	1	—	24
1932	7	51	3	5	—	66
1933	22	—	3	6	—	31
1934	14	—	2	—	—	16
TOTAL LEVANTADO	99	130	34	41	14	318
TOTAL PUBLICADO	95	126	29	41	—	291
DIFERENÇA	4	4	5	—	14	27

Paralelamente montou-se um Quadro Geral dos Formados, por Curso e Ano (período de 1919-34). Baseando-se no número de formados apresentado no ítem: Curso de Especialização. O resultado foi de 318 formados, aproximando-se do publicado pelo jornal já citado, ou seja 291 formados. A diferença de 27 formados, pode ser assim justificada:

- 1 - Na nota publicada não constou os 14 formados pelo Curso de Comércio;
- 2 - Cinco dos formados no Curso de Agrimensura cursaram após 1924 o Curso de Engenheiros Geógrafos, sendo eles: Jorge Gallois (1919), José Nicolau Born (1921), Nicolau Peressoni (1922) e Acy de Freitas (1923), e
- 3 - Os oito restantes dizem respeito a alunos dos Cursos de Farmácia (4) e Odontologia (4), estrangeiros, que provavelmente realizaram exames de revalidação.

### 3.3 - CORPO DISCENTE

As atividades discentes do Instituto podem ser divididas em três partes:

- 1) "Revista Acadêmica" e "Folha Acadêmica", 1ª e 2ª fases, órgão divulgador dos alunos;

- 2) Associação, e
- 3) Centro Acadêmico José A. Boiteux, órgão representativo dos alunos dos Cursos de Especialização.

A "Revista Acadêmica" nasceu com o intuito de publicar todos os assuntos referentes ao estabelecimento e artigos de cunho científico. Em 18 de junho de 1920, surgiu a primeira edição dirigida pelos senhores: Mário Bittencourt Machado, Ary Bittencourt Machado e redatoria da por Alfredo Correa. Circulou como elemento representativo do Instituto e de seus alunos.<sup>147,148</sup> Lançou, para comemorar o centenário de nossa Independência, uma "Polyanthêa Sete de Setembro". Sabe-se que foram editados sete números da "Revista Acadêmica", desconhece-se, entretanto, a data de transformação da "Revista" em "Folha".<sup>149</sup>

A Associação surgiu a 8 de abril de 1921, com o propósito de manter a "Revista Acadêmica", estabelecer a união e solidariedade entre seus membros e festejar datas memoráveis do estabelecimento. Sua vida foi efêmera, mas sabe-se que funcionou até final de 1924.<sup>150</sup>

Mas é o Centro Acadêmico José A. Boiteux que vai ser o órgão máximo de representatividade dos alunos dos Cursos de Especialização. Surgiu a 8 de julho de 1925, sendo seus fundadores os acadêmicos: Luiz Alves de Souza, João Marinho, Irenio Barbosa e Levi Linhares da Silva. Os Estatutos do Centro Acadêmico propugnava pe-

los seguintes objetivos: 1) Pugnar pelo engrandecimento do Instituto e pela união da classe acadêmica; 2) Criar condições para publicação de um jornal ou revista que enfocasse os assuntos referentes aos diversos Cursos de Especialização; 3) Organização de uma biblioteca, e 4) Promover conferências mensais sobre assuntos técnicos e sessões solenes nas épocas comemorativas. Logo, em seguida, é lançada, em 1926 a "Folha Acadêmica" nº 1, IIª fase, tendo como diretor Ney Luz e redatores principais: Waldir Grisard e José O'Donnell Júnior. Ela foi editada até março e abril de 1930, quando então foi suspensa em consequência de divergências entre alguns lentes com o advento da revolução de 1930 e implantação da Interventoria no Estado.

A sede do Centro Acadêmico foi inaugurada juntamente com o retrato do seu patrono, no dia 9 de novembro de 1929. Ficava numa das salas do andar superior do Instituto. Houve homenagens a José A. Boiteux, sendo oradores, na ocasião os alunos Carlos Büchele Júnior, redator da Folha Acadêmica, o secretário Ney Pinto da Luz, e o homenageado. Prestigiaram o acontecimento várias autoridades da Capital. Possuía o Centro Acadêmico, uma biblioteca, que abrigava nesta época perto de 100 obras das mais significativas. Sua última diretoria, eleita a 18 de novembro de 1930, estava assim constituída:

Presidente : Lauro C. Valente  
Vice-Presidente: Rômulo Borges  
1º Secretário : Biase A. Faraco  
2º Secretário : Donald Ritzmann  
1º Tesoureiro : Slavonier Felix Werpachowski  
Orador : Carlos Büchele Júnior  
Bibliotecário : Armando C. Mahler

Promoveram a imponente "Marche aux Flambeaux" em regosijo à deliberação do Departamento de Ensino Federal que mandou inspecionar o Instituto Polytechnico para possível reconhecimento oficial de seus cursos.<sup>151</sup>

### 3.4 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

#### 3.4.1 - BIBLIOTECA

Podem ser consideradas como atividades complementares a Biblioteca e o Museu existentes no Instituto Polytechnico.

A Biblioteca, órgão de consulta para seu corpo docente e discente, funcionou desde sua criação, no ano de 1917, até seguramente final de 1933, data das últimas notícias coligidas. Foi organizada com o auxílio de seus professores e pessoas ligadas à comunidade que acreditavam na iniciativa de José A. Boiteux. Quando ainda na

Travessa Ratcliff, funcionou no segundo pavimento, e, no prédio da Avenida Hercílio Luz numa ampla sala que serviu, muitas vezes para reuniões de seus professores e alunos, também no andar superior.

A criação da Biblioteca foi proposta por carta a José A. Boiteux através de uma pessoa que quiz permanecer no anonimato.

O teor da mesma é o seguinte:

"Com prazer, tive pelos jornais de Florianópolis a notícia da fundação, nessa capital, do Instituto Polytechnico, de que sois digno membro e principal fundador.

Não podendo diretamente cooperar em tão útil instituição, sugeriu-me a idéia de que ali deveria ser fundada uma biblioteca composta de livros didáticos, indicados pelos mestres, à disposição dos alunos e angariados por donativos.

Como bem sabeis, haverã no Instituto muitos alunos que não estarão em condições de adquirir esses livros que hoje estão por preço elevado.

Conhecedor do vosso caráter e do ardor com que empregais vossos esforços em tudo que é útil e são, tomo a liberdade de junto a esta enviar-vos a importância de cinquenta mil réis para dardes início a esta obra".152

Observou-se por esta carta e pelos donativos que se seguiram quão difícil foi na ocasião a biblioteca. Os livros de referência para os alunos eram sua maioria em francês, espanhol e alguns em alemão. Entre os nomes que fizeram doações encontram-se os de: Major José Vieira da Rosa, Sr. Eurípedes Gonçalves Ferro, Joaquim Martins Jacques, Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Sr. Antonio

Lopes de Mesquita, Major Elpídio Fragoso, Sr. Felipe Pedreira, Dr. Donato Mello, Bruno Lobo (diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro) Dr. H. Leecheim (Secretário da Legação Alemã no Rio de Janeiro) Agr. Pedro Estanislau da Silva Medeiros, Dr. Henrique Fontes (diretor de Instrução Pública do Estado) e outros nomes que não se conseguiu coletar pelos periódicos.

Por volta de 1923, possuía a biblioteca 735 volumes, dos quais 531, encadernados.<sup>153</sup> Durante os dez anos que se seguiram sofreu este órgão uma baixa sensível nas suas obras de consulta. Tentando reorganizá-la é depositado no Banco do Comércio a importância de 1:259\$600 em caderneta especial com o nome de "Biblioteca do Instituto Polytechnico", para aquisição de novos livros.<sup>154</sup>

Em meados do ano de 1933, encontrou-se nota em jornal da Capital dizendo ter o Instituto adquirido novos volumes, constando seu acervo em 600 volumes, etiquetados e catalogados.

#### 3.4.2 - MUSEU

O Museu do Instituto foi organizado em meados de 1920. Como ocorreu com a Biblioteca, figuras representativas locais ajudaram com valiosas contribuições. A inauguração do Museu deu-se no dia 7 de março de 1921.<sup>155</sup>

Tentaremos relacionar de forma sucinta o acervo do Museu do Instituto.

José Boiteux solicita ao Sr. Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, uma coleção didática de mineralogia a fim de iniciá-lo. Ofereceram amostras de diversos minerais os Srs. Álvaro Monteiro de Barros (promotor público da Comarca de Palhoça) Agr. Pedro de Almeida Gonçalves, Dr. Osvaldo Rodrigues Cabral, Sr. Artur Ramos Moreira, Des. José Boiteux, Sr. Jorge Corinto da Luz, Sr. Jorge Becke e outras pessoas que por certo terão contribuído com tão nobre gesto.

Segundo testemunho de ex-aluno do Instituto<sup>156</sup> o Museu era muito bem aparelhado, não só na sua parte de mineralogia, como possuía, entre outras coisas, uma rara coleção de moedas antigas, em ouro e prata, pedras semi-preciosas e esqueleto onde os alunos estudavam anatomia.

A diretoria adquiriu uma coleção de instrumentos para observações meteorológicas. Foi pensamento da mesma, construir junto ao edifício do Instituto um pavilhão que servisse para estudos meteorológicos, entretanto, deuz-se, por pesquisas posteriores, não se ter concretizado a idéia.

Em 1930, a diretoria do Instituto reorganizou o museu com vistas à sua ampliação e é com bastante curiosidade constatar-se, já, naquela época, proposição que até nossos dias não se materializou. É endereçada à redação do jornal "O Estado", desta cidade, o seguinte ofi-

cio:

"Florianópolis. 27 de janeiro de 1930.  
 Ilmo. Sr. Estando em organização, neste estabelecimento de ensino superior um mu seu destinado ao estudo da mocidade que frequenta as suas aulas, venho solicitar -vos a oferta de objetos que satisfaçam a sua finalidade. Nas seções do Museu ha verá manuscritos, autógrafos, coleções de selos, trabalhos de cerâmica e artes de uso comum dos indígenas, amostras de produtos minerais, da fauna e flora brasileira, objetos pertencentes a homens notáveis do nosso país e estrangeiro, retratos e biografias, enfim tudo que tenha valor histórico. Contando com a vossa colaboração nessa importante obra, que concorrerá para o engrandecimento intelectual da mocidade catarinense, agradeço-vos a fidalguia do vosso gesto acolhedor. Ass.: Oscar de Oliveira Ramos (secretário)".157

Ato contínuo a esta solicitação, encontrou-se pelos periódicos, doações para o Museu. Desconhece-se, entretanto, hoje em dia, o paradeiro dos objetos que pertenceram ao mesmo.

### 3.5 - A LUTA DOS EX-ALUNOS DO INSTITUTO POLYTECHNICO PELO REGISTRO DOS SEUS DIPLOMAS

Com a doação do Instituto Polytechnico para o Governo do Estado, no dia 3 de fevereiro de 1935, começou a luta dos ex-alunos para o reconhecimento dos seus diplomas.

O primeiro obstáculo encontrado prendeu-se ao aspecto institucional. A Constituição de 16 de julho de 1934 no seu Capítulo I, Artigo 59, parágrafo 14º transferiu à União poderes para traçar diretrizes sobre a educação em âmbito nacional. Sendo competência da União:

"Art. 150 - a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país; b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior exercendo sobre eles a necessária fiscalização; c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educacionais apropriados aos mesmos".<sup>158</sup>

Em 1936 os senadores Vidal Ramos e Arthur Ferreira da Costa, apresentaram proposição ao Senado solicitando registro de diplomas dos ex-alunos do Instituto que ainda não o tivessem feito. Esse projeto teve tramitação regular, logrando aprovação. Posteriormente baixou à Câmara dos Deputados, e, com o Estado Novo, em 1937, fechando Congresso, impediu fosse ele aprovado naquela Casa.<sup>159</sup>

Em 4 de julho de 1943 o Presidente da República emitiu Decreto-Lei nº 5.545, estabelecendo medidas destinadas à regularização da vida escolar e de diplomados que houvessem freqüentado cursos superiores não reconhecidos. Absorvendo o Decreto-Lei acima citado e outros, instituiu o Presidente da República através da Lei nº 609, de 13 de janeiro de 1949,<sup>160</sup> uma Junta Especial com

posta por três membros, designados pelo Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de prover a validação dos cursos realizados pelos alunos das escolas superiores não reconhecidas.

Pela exiguidade de maiores informações, desconhece-se quantos ex-alunos tiveram até aquela data sua situação regularizada, através das oportunidades concedidas pelo Governo Federal. Entretanto, crê-se que muitos não foram beneficiados, pois a luta pelo reconhecimento continuou.

Em 1954 o deputado federal Leoberto Leal, renovou proposição, através do Projeto-Lei nº 4.634, merecendo aprovação na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Enviado à sanção presidencial foi vetado com o seguinte e exclusivo fundamento:

"A proposição em aprêço faculta, de forma ampla, o registro de diplomas expedidos por extintos estabelecimentos de ensino superior, sem que o Ministério da Educação e Saúde possua elementos referentes à vida escolar dos diplomados para poder ajuizar da regularidade dos cursos que concluíram".

Com o título de "Breve Notícia Sobre o Extinto Instituto Polytechnico de Florianópolis", formou-se uma Comissão integrada pelo farmacêutico Ildefonso Juvenal, presidente; cirurgião-dentista, Arnoldo Suarez Cúneo, secretário; engenheiro geógrafo Pedro Paulo Sanford, tesoureiro. Continha este memorando breve histórico do estabelecimento baseando-se em decretos federais arrolados

no Livro "Leis do Brasil", Volume I, 492 a 515, fornecendo ao mesmo tempo um perfil de alguns diplomados pelo extinto Instituto, exercendo funções de representatividade em órgãos municipais, estaduais e federais que conclamavam aos membros do Parlamento a rejeição ao veto presidencial aposto ao Projeto-Lei nº 4.634, de 1954 e Projeto nº 253/55, sendo seu porta-voz novamente o deputado Leoberto Leal.

Em 12 de junho de 1956, Dr. Ivo D'Aquino, ex-senador da República, respondendo carta do deputado Leoberto Leal, informou-lhe que quando no exercício de Secretário do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina, durante o governo do Dr. Nereu Ramos, remeteu ao Ministério da Educação o arquivo do extinto Instituto Polytechnico de Florianópolis, no qual continham todos os documentos relativos aos currículos escolares dos seus alunos e diplomados.

Em sessão realizada no Congresso Nacional no dia 13 de junho de 1956, foi aprovado o projeto vetado, verificando-se o seguinte resultado: 188 votos - sim; 16 votos - não; nulo - 1 voto; em branco - 15 cédulas. Dois dias após, tiveram os ex-alunos do Instituto seus direitos assegurados através do Decreto nº 2.797, de 15 de junho de 1956, transcrito a seguir:

"O Presidente da República:  
Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do artigo 70, §3º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Artigo 1º - É o Ministério da Educação e Cultura autorizado a registrar os diplomas expedidos pelo extinto Instituto Polytechnico de Florianópolis, que contenham todas as formalidades exigidas para a referida expedição.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1956, 135º da Independência e 88º da República.

(ass.:) Juscelino Kubitschek".161

## NOTAS

## CAPÍTULO 3

- 1 - Mais tarde em 1924 este Curso foi ampliado para Curso de Engenheiro Geógrafo, do qual passou a fazer parte.
- 2 - Especialmente para os práticos de farmácia e odontologia.
- 3 - Sabe-se através de informações obtidas que de todos os estabelecimentos citados, o único equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, foi o Ginásio Catarinense pela portaria de 23 de março de 1918, gozando deste privilégio por quarenta anos.
- 4 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Curso preparatórios; programa de ensino. Florianópolis, s.ed., s.d. p.3-5.
- 5 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Estado, Florianópolis, 27 mar. 1917. p.2. 0
- 6 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 6 jan. 1921. p.2. Re-
- 7 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Estado, Florianópolis, 7 mar. 1921. p.3. 0
- 8 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 22 nov. 1918. p.3. Re-
- 9 - EDITAL - 30 de julho de 1919. In: EDITAIS. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1919. p.6. 0
- 10 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Estado, Florianópolis, 8 mar. 1921. p.3. 0
- 11 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; regime preparatórios. República, Florianópolis, 13 dez. 1930. p.4. 0

- 12 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; curso de especialização. O Estado, Florianópolis, 16 fev. 1917. p.1.
- 13 - Para os Cursos de Obstetrícia e Pilotagem, deduz-se por notícias da imprensa local que não houveram candidatos.
- 14 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 28 fev. 1917. p.2.
- 15 - Dados retirados dos Estatutos do Instituto Polytechnico de Florianópolis de 1917.
- 16 - Informações obtidas nos manuscritos originais de José Arthur Boiteux em poder da autora.
- 17 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Fundação do Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 24 fev. 1917. p.1, c.4.
- 18 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Comércio, Engenharia, Odontologia, Farmácia. 15p.
- 19 - Dados retirados dos Estatutos do Instituto Polytechnico de Florianópolis de 1917.
- 20 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Comércio, Engenharia, Odontologia, Farmácia. 15p.
- 21 - O quadro encontra-se incompleto por falta de maiores dados dos periódicos da época.
- 22 - Quanto ao Curso de Comércio apesar de também ser prevista sua reformulação nos Estatutos de 1932, tudo leva a crer por informações obtidas que não funcionava mais regularmente junto ao Instituto ou que não havia mais alunos matriculados.
- 23 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Regime escolar. In: Estatutos do Instituto Polytechnico de Florianópolis. Florianópolis, Tip. da Escola Artífices, 1932. p.37.
- 24 - INSTITUTO POLYTECHNICO: Op.cit. p.4-5.

- 25 - Estas informações foram possíveis mediante o auxílio do professor Victor Antonio Peluso Júnior e o farmacêutico Nelson Di Bernardi.
- 26 - Decreto Federal assinado por Getúlio Vargas e Francisco Campos, legislando sobre a profissão dos práticos de farmácia.
- 27 - O ENSINO Superior em Santa Catarina. República, Florianópolis, 26 fev. 1924. p.1.
- 28 - PROFESSOR Germano de Oliveira. Fôlha Acadêmica, Florianópolis, 19 ago. 1929. p.5.
- 29 - FARMÁCIA. Fôlha Acadêmica, Florianópolis, 16 out. 1929. p.6.
- 30 - COLAÇÃO de grau no Instituto Polytechnico. Fôlha Acadêmica, Florianópolis, jan/fev. 1930. p.3.
- 31 - REUNIÃO dos farmacêuticos. República, Florianópolis, 19 abr. 1931. p.4.
- 32 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Associação Catarinense de farmacêuticos. O Estado, Florianópolis, 16 maio 1931. p.2.
- 33 - Ibid., 27 jun. 1931. p.3.
- 34 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; oficializado o curso de farmácia. República, Florianópolis, 6 mar. 1932. p.6.
- 35 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; a inspeção preliminar do curso de farmácia. República, Florianópolis, 2 fev. 1935. p.6.
- 36 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; alunos matriculados. O Estado, Florianópolis, 19 abr. 1917. p.3.
- 37 - Exame de habilitação prestado no Instituto Polytechnico a fim de abrir farmácia. Registrados no Departamento de Saúde Pública, antiga Diretoria de Higiene. República, Florianópolis, 17 set. 1919. p.4.

- 38 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Quadro da turma de farmacêuticos. República, Florianópolis, 17 dez. 1920. p.1.
- 39 - Exame de Revalidação prestado no Instituto Polytechnico a fim de exercer a profissão de farmacêutico, registrado na Diretoria de Higiene, Livro 03, p.56, atual Departamento de Saúde Pública.
- 40 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 20 fev. 1923. p.5.
- 41 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 20 dez. 1924. p.1.
- 42 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. O Estado, Florianópolis, 19 dez. 1924. p.1.
- 43 - Registrado na Diretoria de Higiene, Livro 03, p.33-70, atual Departamento de Saúde Pública.
- 44 - Ibid., p.75.
- 45 - Ibid., p.89-125.
- 46 - Ibid., Livro 03, p.117-122 e Livro 04, p.30-119.
- 47 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 28 dez. 1929. p.13.
- 48 - Registrados na Diretoria de Higiene, Livro 04, p.16-44, atual Departamento de Saúde Pública.
- 49 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. O Estado, Florianópolis, 22 dez. 1931. p.4.
- 50 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 14 nov. 1931. p.6, c.4.
- 51 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; exames finais. O Estado, Florianópolis, 19 set. 1932. p.2.

- 52 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; co-  
lação de grau dos farmacolandos e odontolandos. República, Florianópolis, 5 out. 1932. p.4.
- 53 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; re-  
sultado segundo a prova parcial do curso de far-  
mácia. República, Florianópolis, 29 ago. 1933.  
p.2.
- 54 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; co-  
lação de grau do curso de farmácia. República,  
Florianópolis, 20 dez. 1933. p.1.
- 55 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; cur-  
so de farmácia. República, Florianópolis, 19 dez.  
1934. p.4, c.3.
- 56 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; co-  
lação de grau. República, Florianópolis, 9 dez.  
1934. p.2.
- 57 - PROPOSTA orçamentária para 1920. República, Floria-  
nópolis, 11 set. 1919. p.2.
- 58 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O  
Estado, Florianópolis, 16 abr. 1918. p.3.
- 59 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; ga-  
binete dentário. República, Florianópolis, 2  
mar. 1929. p.1.
- 60 - REUNIÃO dos cirurgiões-dentistas; ao público em ge-  
ral. O Estado, Florianópolis, 13 mar. 1922.  
p.2.
- 61 - CÔNEO, Arnaldo Suarez. Entrevista concedida a Ama-  
zile de Hollanda Vieira, em 17 de abril de 1978,  
depositada no Laboratório de História Oral da  
Universidade Federal de Santa Catarina, sob o  
registro P. E. 07 N.0170.
- 62 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; um  
memorial dos odontolandos ao Ministro da Educa-  
ção. O Estado, Florianópolis, 6 abr. 1932. p.4.

- 63 - PUBLICAÇÃO do relatório sobre os diplomas falsificados. O Estado, Florianópolis, 16 nov. 1932. p.1.
- 64 - ASSEMBLÉIA GERAL DO SINDICATO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS. Florianópolis, 1932. Os escândalos dos Cursos de Odontologia do Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 7 dez. 1932. p.1.
- 65 - IRREGULARIDADES do Instituto Polytechnico de extrema gravidade. O Estado, Florianópolis, 7 dez. 1932. p.2.
- 66 - EM torno do Instituto Polytechnico; o povo catariense espera uma ação moralizadora no ensino profissional. O Estado, Florianópolis, 9 dez. 1932. p.2.
- 67 - INSTITUTO POLYTECHNICO perante a opinião pública. O Estado, Florianópolis, 15 dez. 1932. p.1.
- 68 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; reabertura do gabinete dentário. República, Florianópolis, 18 fev. 1933. p.3, c.6.
- 69 - CÚNEO, Arnaldo Suarez. O articulador anatômico de Snow e sua técnica. Florianópolis, Liv. Moderna, 1933. 8p. "These para concurso de docente livre da cadeira de prothese dentária do Curso de Odontologia do Instituto Polytechnico, 1933".
- 70 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; alunos matriculados no curso de odontologia. O Estado, Florianópolis, 19 abr. 1917. p.1.
- 71 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; os novos cirurgiões-dentistas. República, Florianópolis, 14 fev. 1919. p.1.
- 72 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; cirurgiões-dentistas. República, Florianópolis, 15 jan. 1921. p.1.

- 73 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; seis anos de fundação. República, Florianópolis, 13 mar. 1923. p.2.
- 74 - Ibid., p.2.
- 75 - TURMA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS - 1923. Quadro de Guido Paulo Koestner.
- 76 - CÚNEO, Arnaldo Suarez. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira, em 17 de abril de 1978, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P. E. 07 N.0170.
- 77 - Registrado na Diretoria de Higiene no Livro 03, p.10-69, atual Departamento de Saúde Pública.
- 78 - Registrado na Diretoria de Higiene, no Livro 03, p.36-46, atual Departamento de Saúde Pública.
- 79 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-pública, Florianópolis, 21 dez. 1926. p.1.
- 80 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-pública, Florianópolis, 28 dez. 1926. p.8.
- 81 - Registrado na Diretoria de Higiene, no Livro 03, p.62-148, atual Departamento de Saúde Pública.
- 82 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; cópia de grau. República, Florianópolis, 22 mar. 1928. p.1.
- 83 - Registrado na Diretoria de Higiene, no Livro 03, p.114-120, atual Departamento de Saúde Pública.
- 84 - TURMA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS - 1929. Quadro de Waldir Grisard.
- 85 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; cópia de grau. República, Florianópolis, 4 abr. 1930. p.4.

- 86 - Registrado na Diretoria de Higiene, no Livro 04, p.7-15, atual Departamento de Saúde Pública.
- 87 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 18 nov. 1931. p.4.
- 88 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 9 dez. 1931. p.3.
- 89 - FOTOGRAFIA da turma de cirurgiões-dentistas - 1932, pertencente à autora.
- 90 - "Rio, 12 de junho de 1956.  
Prezado amigo Leoberto Leal.  
Respondendo a sua carta, datada de hoje, informando-lhe que, quando exerci o cargo de Secretário do Interior e Justiça no Estado de Santa Catarina, durante o Governo Nereu Ramos, remeti ao Ministério da Educação, o arquivo do extinto Instituto Politécnico de Florianópolis, no qual se continham todos os documentos relativos aos currículos escolares dos seus alunos e diplomados. Com um cordial abraço do  
(a) Ivo D'Aquino".  
Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, v.11, nº 21, jun. 1956. p.274.
- 91 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; a primeira turma de agrimensores recebe seus diplomas. O Estado, Florianópolis, 25 fev. 1919. p.1.
- 92 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau de agrimensores. República, Florianópolis, 22 jan. 1921. p.1.
- 93 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; curso de engenheiro geógrafo. República, Florianópolis, 11 dez. 1923. p.3.
- 94 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Comércio, Engenharia, Odontologia, Farmácia. 15p.

- 95 - Estas informações foram possíveis graças às declarações do professor Victor Antonio Peluso Júnior, professor da Universidade Federal de Santa Catarina.
- 96 - Hoje chamada "Alameda Adolfo Konder".
- 97 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; aulas práticas do professor Oscar de Oliveira Ramos. República, Florianópolis, 4 jun. 1924. p.1.
- 98 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; curso de engenharia. República, Florianópolis, 8 ago. 1924. p.2.
- 99 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; aulas práticas do curso de engenheiros geógrafos. República, Florianópolis, 5 set. 1924. p.1.
- 100 - CONTINENTINO, Silvio de Castro & PINHEIRO, Pedro Paulo de Castro. Engenharia, arquitetura e agronomia. Rio de Janeiro, Ed. Sant'Ana Ltda, 1977. p.1.
- 101 - PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. Entrevista concedida à Amazile de Hollanda Vieira, em 26 de julho de 1978 e terminada a 22 de fevereiro de 1979.
- 102 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; alunos matriculados. Farmácia, Odontologia, Comércio e Agrimensura. O Estado, Florianópolis, 19 abr. 1917. p.1.
- 103 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; a primeira turma de agrimensores recebe seus diplomas. O Estado, Florianópolis, 25 fev. 1919. p.1.
- 104 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; a colação de grau da turma de agrimensores. República, Florianópolis, 15 jan. 1921. p.1.
- 105 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 13 mar. 1923. p.2.

- 106 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 5 jan. 1923. p.2.
- 107 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 5 jan. 1923. p.2.
- 108 - TURMA DE AGRIMENSORES - 1923. Quadro de Pedro Paulo  
Sanford.
- 109 - O ano de 1924 formou a primeira turma de Engenheiros  
Geógrafos, motivo pelo qual repetiram-se alguns  
nomes formados anteriormente no Curso de Agrimen-  
sura.
- 110 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; co  
lação de grau do Curso de Engenheiro Geógrafo e  
Farmácia. República, Florianópolis, 20 dez.  
1924. p.1.
- 111 - Nota encontrada no jornal assinalou estes alunos co  
mo cursando o 2º ano de agrimensura em 1924. Jo<sup>r</sup>  
nal "República", 20 de dezembro de 1924. p.1.
- 112 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; c<sup>u</sup>  
rso de engenharia - trabalhos práticos. Repúbli-  
ca, Florianópolis, 8 ago. 1924. p.2.
- 113 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; co  
lação de grau. República, Florianópolis, 21 dez.  
1926. p.1.
- 114 - Na impossibilidade de se encontrar a lista de forma-  
dos de 1927, considerou-se como tais os nomes pu-  
blicados nos jornais: República, 8 ago. 1924, p.1  
e 28 dez. 1926, p.2, cursando Sebastião Coelho o  
segundo ano em 1926 e os outros o primeiro ano em  
1924.
- 115 - Dados fornecidos pelo professor Victor Antonio Pelu-  
so Júnior.
- 116 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; co  
lação de grau. República, Florianópolis, 28 dez.  
1929. p.1.

- 117 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; co-  
lação de grau. República, Florianópolis, 9 dez.  
1931. p.3.
- 118 - TURMA DE ENGENHEIROS GEÓGRAFOS - 1932. Quadro de  
Sezefredo Blaschke.
- 119 - Informações obtidas junto ao professor Carlos Büche-  
le Júnior, da Universidade Federal de Santa Cata-  
rina.
- 120 - Voltou novamente a se chamar Curso de Agrimensura,  
pelo fato da Reforma do Ensino Superior, atra-  
vés do Decreto Federal nº 20.179, de 6 de julho  
de 1931 não reconhecer a profissão de Engenhei-  
ros Geógrafos.
- 121 - Informações obtidas junto ao professor Carlos Büche-  
le Júnior, da Universidade Federal de Santa Cata-  
rina.
- 122 - TURMA DE AGRIMENSORES - 1933. Fotografia em poder  
da autora.
- 123 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-  
pública, Florianópolis, 20 dez. 1933. p.1, c.4.
- 124 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; cur-  
so de agrimensura. República, Florianópolis, 9  
dez. 1934. p.6, c.3.
- 125 - A citada lei no seu teor não especificou se por pra-  
zo determinado, ou, enquanto formassem turmas do  
Curso de Comércio do Instituto Polytechnico.
- 126 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; Cur-  
so Prático de Comércio. O Estado, Florianópolis,  
31 dez. 1918. p.1.
- 127 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; Cur-  
so Prático de Comércio. O Estado, Florianópolis,  
28 nov. 1919. p.1.
- 128 - Informações cedidas pelo professor Ademar Américo Ma-  
deira, livre-docente da Universidade Federal de  
Santa Catarina.

- 129 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; alunos matriculados no Curso de Comércio. O Estado, Florianópolis, 19 abr. 1917. p.1.
- 130 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 15 dez. 1920. p.1.
- 131 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 28 jul. 1923. p.1.
- 132 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 21 dez. 1923. p.6.
- 133 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. O Estado, Florianópolis, 20 dez. 1924. p.1.
- 134 - TURMA DE GUARDA-LIVROS - 1925. Quadro do senhor Acari Perfeito da Silva.
- 135 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 20 dez. 1928. p.1.
- 136 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 28 dez. 1929. p.1.
- 137 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; colação de grau. República, Florianópolis, 4 abr. 1930. p.4.
- 138 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 17 dez. 1919. p.2.
- 139 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 25 dez. 1919. p.1.
- 140 - O SERVIÇO de datilografia nas repartições. O Estado, Florianópolis, 7 jun. 1920. p.1.

- 141 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; curso de datilografia. República, Florianópolis, 26 ago. 1922. p.2.
- 142 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; matrícula curso de datilografia. República, Florianópolis, 22 mar. 1921. p.1.
- 143 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 17 jul. 1929. p.3.
- 144 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 13 mar. 1930. p.2.
- 145 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico; curso de datilografia. República, Florianópolis, 13 mar. 1923. p.2.
- 146 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. República, Florianópolis, 21 dez. 1934. p.6, c.6.
- 147 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Revista Acadêmica. República, Florianópolis, 27 abr. 1920. p.2.
- 148 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Revista Acadêmica, Florianópolis, 16 jun. 1920. p.4.
- 149 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 29 ago. 1922. p.2.
- 150 - Informações obtidas através de entrevistas com ex-alunos do Instituto Polytechnico.
- 151 - As informações sobre o "Centro Acadêmico José A. Boiteux" é a segunda fase da "Fôlha Acadêmica", só foram possíveis graças ao empréstimo feito à autora de alguns exemplares da "Fôlha Acadêmica", pertencentes ao jornalista Waldir Grisard.
- 152 - UMA ação meritória. O Estado, Florianópolis, 15 mar. 1917. p.1.

- 153 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 5 abr. 1923. p.4. 0
- 154 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. Re-pública, Florianópolis, 17 mar. 1933. p.3, c.3. Re-
- 155 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 8 mar. 1921. p.5. 0
- 156 - LUZ, Manoel Donato. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira em 8 de março de 1979.
- 157 - INSTITUTO POLYTECHNICO. Museu do Instituto Polytechnico. O Estado, Florianópolis, 3 fev. 1930. p.2.
- 158 - ALMEIDA, Fernando H. Mendes. Constituições do Brasil. São Paulo, Ed. Saraiva, 1958. p.224-297.
- 159 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Rio de Janeiro. v.11, nº 21, jun. 1956. p.274-5.
- 160 - BRASIL. Leis, decretos, etc... Atos do poder legislativo, Lei nº 609 de 13 de janeiro de 1949. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 14 jan. 1949. Secção 1. p.633.
- 161 - BRASIL. Leis, decretos, etc... Atos do poder legislativo, Lei nº 2.797 de 15 de junho de 1956. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 16 jun. 1956. Secção 1. p.2.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação permitiu a recomposição parcial da história do Instituto Polytechnico, primeiro estabelecimento de ensino superior em Santa Catarina. Durante sua existência, entre 1917 e 1935, sofreu o Instituto o impacto de duas fases conjunturais distintas que marcaram profundamente a história do Brasil. A primeira, até o final da República Velha em 1930, fundamentada na atividade agrícola e num sistema educacional descentralizado, fruto dos ideais constitucionalistas de 1891. A segunda, a partir da implantação do Governo Provisório em 1930, enfatizando no setor econômico o desenvolvimento industrial e no sistema educacional superior a centralização, consequência da nova política que se instalava.

A partir desta realidade tentou-se mostrar a sua influência no contexto sócio-cultural catarinense, mais em particular na de Florianópolis.

A criação de Institutos e Escolas superiores foi um fenômeno que se repetiu em dimensão nacional durante os dois primeiros lustros do século XX. Sobre este assunto pode-se lembrar trecho da Mensagem Presidencial de Wenceslau Braz em 1918:

"Num país em que o ensino profissional era deficiente, as leis em vigor incrementavam o bacharelismo, já super abundante, pelo nivelamento dos bons e dos maus Institutos secundários e superiores".<sup>1</sup>

Ainda sobre a mesma questão transcreveu-se trecho publicado recentemente no "O Estado de São Paulo", criticando a Reforma Rivadávia Correa, de 1911:

"... Improvisavam-se Universidades, brotraram escolas superiores como cogumelos; proliferou o ensino universitário por correspondência; fez-se dos títulos acadêmicos... objetos do mais vergonhoso comércio; tanto que diplomas de médicos, advogados ou engenheiros... inundaram durante dois ou três decênios o mercado das profissões liberais do País..." ("Problemas do Ensino Superior", de Almeida Júnior, p.216).<sup>2</sup>

No meio desta situação viu-se organizar o Instituto Polytechnico, idealizado por José A. Boiteux, nascido na gestão de Felipe Schmidt e estruturado na de Hercílio Luz.

Os Cursos oferecidos pelo Instituto não tiveram a receptividade esperada junto à comunidade de Florianópolis. Não seguiram a velha tradição dos cursos superiores vigentes no Brasil por aquela época - advocacia, medicina e engenharia civil.

Constatou-se que a maior demanda de alunos para o Instituto provinha do interior. Dos estabelecimentos de ensino da Capital que poderiam oferecer jovens para ali continuarem seus estudos, tais como: Escola de Artífices, Escola Normal e Ginásio Catarinense, o contingente

de formados não era grande. E destes, muitos preferiram parar seus estudos, por encontrarem melhores condições financeiras como técnicos de nível médio ou professores normalistas. Quanto aos egressos do Ginásio Catarinense, considerado naquela época o estabelecimento de elite de Florianópolis, tiveram ambições de cursos mais abrangentes, provavelmente que lhes dessem mais "status". Portanto, não seriam os Cursos de Agrimensura, Engenheiros Geógrafos, Odontologia, Farmácia e Comércio que lhes daria esta posição social. Os dois primeiros cursos forçavam seus profissionais, uma vez formados, a se fixarem no interior. Os de Odontologia e Farmácia formavam em sua maioria práticos do interior que passavam pelo Instituto com o objetivo de legalizar sua situação profissional. Quanto ao Curso de Comércio devido a má remuneração e a não observância das leis que regulamentavam a profissão de guarda-livros, não teve procura.

A tentativa de diversificação dos cursos "Polytechnicos" foi uma constante ao longo de sua existência. Tentou iniciar com os de obstetrícia e pilotagem na ocasião da sua fundação, direito em 1921 e agronomia e eletro-técnica em 1926. Mas pela falta de um corpo docente para determinadas áreas, bem como a impossibilidade de oferecer remuneração compatível e motivadora, estas investidas não se concretizaram. Inicialmente manteve o Instituto um quadro de professores dos melhores, mas com a participação efetiva de poucos. Por este motivo e tam-

bém porque a diretoria não pensou na reposição de lentes nem em se adaptar convenientemente à Reforma do Ensino Superior ocorrida em 1931 e mais a falta de recursos financeiros, viu a população da Capital no início de 1935, fechar as portas de seu primeiro estabelecimento de ensino superior.

Mercê de tudo o que foi dito, a importância do Instituto Polytechnico não pode ser negada, pois:

- gerou alternativas para atender grande parte do contingente da baixa classe média da época;
- atraiu práticos da Capital e principalmente do interior;
- possibilitou a revalidação de profissionais estrangeiros;
- atender às necessidades dos governos no tocante a formação de mão de obra técnica especialmente no seu plano viário, pois viu-se agrimensores e engenheiros geógrafos prestando seus serviços na Diretoria de Estradas e Rodagens, Residências e Diretoria de Terras e Colonização;
- integrou-se à comunidade através de prestação de serviços, nos mais variados setores como: atendimento odontológico à população, promoveu solenidades, estimulou a criação de entidades de classe, além de ter divulgado Santa

Catarina junto a órgãos federais e estabelecimentos congêneres de estados vizinhos.

Pode-se afirmar que influenciou na criação da Faculdade de Direito em 1932, gerando o processo de outros cursos superiores que se seguiram, culminando, mais tarde em 1956, com a organização da Universidade Federal de Santa Catarina.

## NOTAS

## CONCLUSÃO

- 1 - RIO DE JANEIRO. Presidente 1914-1918 (Gomes). Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 1918 pelo Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, s.ed., 1918. p.37.
- 2 - DIO, Renato Alberto T. Di. Problemas do ensino de terceiro grau. O Estado de São Paulo. São Paulo, 27 maio 1979. Suplemento Cultural. p.11.

## REFERÊNCIAS

## 1 - FONTES PRIMÁRIAS

## 1.1 - Arquivos

Arquivo da família Boiteux. Papéis de José A. Boiteux.

ARQUIVO PÚBLICO do Estado de Santa Catarina. Lei nº 1.169 de 19 de outubro de 1917, do Governador Felipe Schmidt. Requerimentos, ofícios, provas de alunos do Curso de Agrimensura e Engenheiros Geógrafos do Instituto Polytechnico de Florianópolis.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA - Antiga Diretoria de Higiene. Livros 03, 04 e 05.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (CREA).

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE FARMÁCIA.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ODONTOLOGIA.

ESTATUTOS do Instituto Polytechnico de Florianópolis do ano de 1917, registrado no Livro de Pessoas Jurídicas, Livro nº 2, contendo 119 artigos, averbado às páginas 88 e 89 do Livro nº 5, sob o termo nº 37 - Cartório de Protásio Leal.

## 1.2 - Entrevistas

CONEO, Arnaldo Suarez. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira, em 17 de abril de 1978, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P. E. 07 N.170.

- GRISARD, Waldir. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira, em 3 de março de 1978, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P. E. 07 N.0171.
- LUZ, Manoel Donato da. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira, em 8 de março de 1979.
- MORITZ, Charles Edgar. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira, em 24 de janeiro de 1979.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira, em 26 de julho de 1978 e terminada em 22 de fevereiro de 1979.
- PORTELLA, Márcio Machado. Entrevista concedida a Amazile de Hollanda Vieira, em 26 de fevereiro de 1979.

### 1.3 - Fotografias

- TURMA DE AGRIMENSURA - 1923. Quadro de Formatura de Pedro Paulo Sanford.
- TURMA DE AGRIMENSURA - 1933. Fotografia pertencente ao arquivo da autora.
- TURMA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS - 1923. Quadro de Formatura de Guido Paulo Kaestner.
- TURMA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS - 1929. Quadro de Formatura de Waldir Grisard.
- TURMA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS - 1932. Fotografia pertencente ao arquivo da autora.
- TURMA DE GUARDA-LIVROS - 1925. Quadro de Formatura de Acari Perfeito da Silva.

## 2 - FONTES SECUNDÁRIAS

## 2.1 - Obras

- ALMEIDA, Fernando H. Mendes. Constituições do Brasil. São Paulo, Ed. Saraiva, 1958. 721p.
- AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 4.ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963. 803p.
- BOITEUX, Lucas A. História de Santa Catarina. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1930. 215p.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1970. 458p.
- CONTINENTINO, Silvio de Castro & PINHEIRO, Pedro Paulo de Castro. Engenharia arquitetura e agronomia. Rio de Janeiro, Ed. Sant'Ana, 1976. 420p.
- CONEO, Arnaldo Suarez. O articulador anatómico de Snow e sua technica. Florianópolis, Liv. Moderna, 1933. "These para concurso de docente livre da cadeira de prothese dentaria do curso de Odontologia do Instituto Polytechnico". 8p.
- ESTATUTOS do Instituto Polytechnico de 1932, Florianópolis, Tip. da Escola de Artífices, 1932, 62p. - Cartório Leal.
- FIORI, Neide de Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Florianópolis, EDEME, 1975. 219p.
- GINÁSIO CATARINENSE. Relatório. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1940. 127p.

- INSTITUTO POLYTECHNICO. Comércio, Engenharia, Odontologia, Pharmacia. Florianópolis, Liv. Moderna, 1924. 15p.
- INSTITUTO POLYTECHNICO. Curso de preparatórios; programas de ensino para admissão a matrícula nos Cursos de Engenheiro Geógrafo, Pharmacia, Odontologia, Comércio. Florianópolis, s.ed., s.d. 9p.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. Efeitos sociais da primeira industrialização do Brasil. In: História do Século XX. São Paulo, Abril Cultural, 1973. p.1012-3.
- LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil; de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro, Ed. Brasília, 1974. 273p.
- LINS, Ivan. Perspectivas de Augusto Comte. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1965. p.21-5.
- MADEIRA, Ademar Américo & ROSA, José Edu. Antecedentes históricos do ensino odontológico no Estado de Santa Catarina. Revista Catarinense de Odontologia. Florianópolis, 4(2):5-9, jul/dez. 1977.
- OLIVEIRA, José Teixeira. Dicionário brasileiro de datas históricas. 2.ed. Rio de Janeiro, Departamento Imprensa Nacional, 1950. p.388.
- RIOS, Adolfo Morales de los. Relação das escolas de engenharia e arquitetura de todos os países. Rio de Janeiro, CONFEA, 1958. 132p.
- VILLELA, Anibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira; 1889-1945. Rio de Janeiro, I.P.E.A., 1975. 454p.
- VITA, Luis Washington. Panorama da filosofia no Brasil. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969. 149p.

## 2.2 - Impressos Oficiais

BRASIL. Leis, decretos, etc... Atos do Governo Provisório. Decreto nº 20.179 de 6 de julho de 1931. In:— Coleção de leis. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1931. p.493-7.

BRASIL. Leis, decretos, etc... Atos do Poder Executivo. Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915. In: — Coleção de leis. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916. v.1.

BRASIL. Leis, decretos, etc... Atos do Poder Legislativo. Decreto nº 4.763 de 13 de dezembro de 1923. In:— Coleção de leis. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1924. v.1. p.188.

BRASIL. Leis, decretos, etc... Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931. In:— Coleção de leis. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1931. v.1. p.323-48.

BRASIL. Leis, decretos, etc... Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1970. p.290.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Rio de Janeiro. v.11, n.20. de 13 de junho de 1956. p.274-6.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Rio de Janeiro, n.11, jan. 1949.

EDITAL. 30 de julho de 1919. In: Editais. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1919. p.6.

RELATÓRIO. Conselho Superior do Ensino. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro, 26 de ago. de 1918. 13p.

RIO DE JANEIRO. Presidente da República, 1914-1918 (Gomes). Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, em 1918, pelo dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, s.ed. p.4-39.

SANTA CATARINA. Governador, 1914-1918 (Schmidt). Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 14 de agosto de 1917 pelo Cel. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, s.ed., 1917. p.3-74.

SANTA CATARINA. Vice-Governador, 1918-1922 (Luz). Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, s.ed., 1920. p.28-9.

SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Leis, 1908-1913. Florianópolis, Tip. D'O Dia, 1916. p.33-4.

SANTA CATARINA. Leis, decretos, etc... Decreto nº 587 de 22 de abril de 1911. In:— Decretos e Atos de 1910 a 1913. Florianópolis, Tip. D'O Dia, 1916. p.83.

### 2.3 - Periódicos

O ALBOR. Laguna, 1917-25.

O ESTADO. Florianópolis, 1917-35.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 12 de fevereiro de 1978. Suplemento Cultural.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 27 de maio de 1979. Suplemento Cultural.

FOLHA ACADEMICA. Florianópolis, Centro Acadêmico Dr. José A. Boiteux, jun.1929/abr.1930.

A NAÇÃO. Rio de Janeiro, 1919.

A NOITE. Florianópolis, 1918.

REPÚBLICA. Florianópolis, 1917-35.

ANEXO

Congresso Representativo do Estado de Santa Catharina



Secretaria em Florianopolis, 30 de Setembro de 11

37

Exm<sup>o</sup>. Sr. Governador do Estado

O Congresso Representativo do Estado de Santa Catharina  
vos dirige o Decreto incluso sob n<sup>o</sup> 27, e espera que mereçã  
a vossa sanção.

Luiz e Prateado

*Handwritten signature: Augusto Frederico Schmidt*



# O Congresso Representativo do Estado de S. Catharina

n.º 27

Sancciono e dá a publicidade.

Palacio do Governo, em Florianopolis,

1.º de Outubro de 1914

DECRETA:

Felipe Schmidt

Art.º 1.º Fica oficialmente reconhecida pelo Estado, desde que se constitua em pessoa lidade juridica, o Instituto Polytechnico, e sede na capital.

Art.º 2.º Os diplomados pelo Instituto e qualdade de condições, concorrerão nas o mnuções para os cargos estaduais que deor dem competência tecnica profissional.

Art.º 3.º Fica concedido ao Instituto o oxilio annual de seis contos de reis, obrigando esse estabelecimento de ensino superior a ter triculados até seis alumnos, gratuitamente, seus diferentes cursos.

Paraphrasso unico - Os alumnos de Frata este artigo serão indicados pelo Govor do Estado dentre pessoas reconhecidamente p brs, preferencialmente orphãos de pai, de bo procedimento e de comprovada avcação pa os estudos.

Art.º 4.º O Governo do Estado fica co

o direito de fiscalização sobre o Instituto quanto  
ao regular funcionamento dos seus diferen-  
tes cursos.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em  
contrário.

Palácio do Congresso Representativo  
do Estado de Santa Catharina, em Florianópolis,  
29 de Setembro de 1917.

João Mendes, 1.º Secretário  
Arnaldo S. Miguez, 2.º " " " " " "

Lei n.º 1169 de 1.º de Outubro de 1917

O Comendador Filippes Schmidt, Governador  
do Estado de Santa Catharina

Faço saber a Vossa Exatidão, de parte  
desta que o Congresso Representativo decretou e eu promulgo  
a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica oficialmente reconhecido  
pelo Estado, desde que se constitua em personalidades  
jurídicas, o Instituto Politécnico, com sede em Capinzal

Art. 2.º Os diplomados pelo Instituto  
em igualdade de condições, concorrerão nas nomeações  
para os cargos estatuais que demandem competência  
técnica profissional.

Art. 3.º Fica concedido ao Instituto  
o auxílio anual de seis contos de réis, obrigando-  
se esse estabelecimento de ensino superior a dar curso  
tricolado até seis alunos, gratuitamente, nos seus  
diferentes cursos.

Parágrafo único. — Os alunos de  
que trata este artigo serão indicados pelo Governo do  
Estado dentro de prazos reconhecidos pelos respectivos  
comitês de ensino de primeira, de bom procedimento e de con-  
provado merecimento para os estudos.

Art. 4.º O Governo do Estado fica com  
o direito de fiscalização sobre o Instituto quanto ao  
regulor funcionamento dos seus diferentes cursos.

Art. 5.º Organize-se as disposições

contra. aris.

O Reventado Guef en Vigas de Lindo ucin

a. f. aris. aris.

Tamien de f. aris. en F. aris. aris. aris. aris.

Quinta de 1917.

Felippe Schmidt  
F. aris. aris. aris.

X

O Coronel Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina, no uso de suas attribuições, é de conformidade com o artº 1º da Lei nº 1169, de 1º de Outubro do corrente anno, considerando que o Instituto Polytechnico, fundado, n'esta Capital, a 13 de Março ultimo, satisfaz a exigencia contida naquella artº,

DECRETA:

Artº 1º- Fica reconhecido oficialmente o Instituto Polytechnico, sendo validos os diplomas que conferir, de modo a concorrerem, os diplomados, em egualdade de condições, ás nomeações para cargos estaduais que demandem competencia tecnica profissional.

Artº 2º- O dito Instituto, conforme a citada Lei, matriculará, gratuitamente, até seis alumnos, indicados pelo Governo do Estado, nos seus differentes cursos.

Artº 3º- Afim de auxiliar a manutenção desse estabelecimento, o Estado concorrerá com a subvenção annual de seis contos de réis ( 6:000\$000 ).

Artº 4º- O Governo do Estado fica com o direito de fiscalisação sobre o Instituto, quanto ao regular funcionamento de seus differentes cursos.

Palacio do Governo em Florianopolis, 29 de Dezembro de 1917.

*Felipe Schmidt*

*Felipe Schmidt*

X